PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 002/2025

COMUNICADO
RESPOSTA AOS RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Advogado - questão: 2	**Questão: 02** Em cenário de instabilidade política e institucional, o Presidente da República editou decreto com conteúdo normativo que ultrapassava os limites regulamentares previstos na Constituição Federal, alcançando matéria expressamente reservada à edição de lei formal pelo Poder Legislativo. A medida provocou reação imediata no Congresso Nacional, onde parlamentares passaram a questionar não apenas a validade jurídica do ato normativo, mas também a possibilidade de responsabilização do Chefe do Poder Executivo pela conduta adotada, à luz dos mecanismos de controle previstos no ordenamento constitucional. Considerando o sistema constitucional brasileiro, assinale a alternativa CORRETA. (A) A responsabilização do Presidente depende exclusivamente de decisão do Supremo Tribunal Federal. (B) Atos normativos presidenciais não estão sujeitos ao controle do Poder Legislativo. (C) O Presidente responde por crime de responsabilidade se violar a Constituição Federal. (D) A edição de decreto ilegal configura apenas infração administrativa sem sanção política. **Recurso:** QUESTÃO 02 (Direito Constitucional) À Comissão Organizadora e de Concurso – UNOCHAPECÓ Ref.: Recurso quanto ao Gabarito Preliminar – Questão 02 – Cargo: Advogado Objeto: Anulação da questão por imprecisão técnica e ausência de alternativa juridicamente correta. Fundamentação: A Questão 02 apresenta um cenário em que o Presidente da República edita um decreto que extrapola limites regulamentares e invade competência do Poder Legislativo. O gabarito preliminar aponta a Alternativa C como correta: "O Presidente responde por crime de responsabilidade se violar a Constituição Federal". Ocorre que tal afirmação é juridicamente incompleta e imprecisa, induzindo o candidato ao erro pelos seguintes motivos: 1. Inexistência de Responsabilização Automática: No ordenamento jurídico brasileiro, a violação da Constituição por ato normativo (decreto) não gera, de forma automática ou isolada, a caracterização de crime de responsabilidade. Para que tal ocorra, a conduta deve se amoldar estritamente às hipóteses taxativas do Art. 85 da Constituição Federal e da Lei nº 1.079/1950. 2. Mecanismos Diversos de Controle: A própria Constituição Federal prevê outros mecanismos para sanar a ilegalidade de um decreto que extrapola o poder regulamentar sem necessariamente atribuir crime de responsabilidade ao agente.

	O Art. 49, inciso V, da CF/88 confere ao Congresso Nacional a competência para sustar atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar. Portanto, a violação descrita no enunciado enseja primeiramente o controle de legalidade/constitucionalidade, e não obrigatoriamente a responsabilização política. 3. Natureza do Crime de Responsabilidade: Conforme a doutrina clássica e a jurisprudência do STF, o crime de responsabilidade exige um atentado grave contra a Constituição e o livre exercício dos Poderes. Um decreto que invade matéria de lei pode ser apenas fruto de uma divergência de interpretação jurídica, passível de anulação judicial ou sustação legislativa, sem que se configure o dolo ou a gravidade necessários para o impeachment. Conclusão: Ao afirmar genericamente que o Presidente "responde por crime de responsabilidade se violar a Constituição", a alternativa C simplifica excessivamente um instituto complexo, ignorando que muitas violações constitucionais são resolvidas estritamente no campo da validade do ato (nulidade) e não da responsabilidade pessoal do agente. Ante a ausência de uma alternativa que contemple a necessidade de tipicidade e gravidade para a configuração do crime, requer-se a anulação da referida questão. **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação do candidato da questão que foi escolhida pelo candidato no sistema para abertura deste recurso, após análise desta banca conclui-se: A questão avalia o conhecimento do candidato acerca dos mecanismos de responsabilização política do Presidente da República no sistema constitucional brasileiro, especialmente no que se refere aos limites do exercício do PODER REGULAMENTAR e às consequências jurídicas decorrentes da violação da CONSTITUIÇÃO FEDERAL. O enunciado descreve situação em que o Presidente da República edita decreto com conteúdo normativo que ultrapassa os limites regulamentares e invade matéria reservada à lei formal. Tal hipótese envolve diretamente o sistema de controle constitucional e de responsabilização previsto na Constituição de 1988. A alternativa considerada correta afirma que o Presidente responde por CRIME DE RESPONSABILIDADE se violar a Constituição Federal. Tal afirmação está em plena conformidade com o texto constitucional. O artigo 85 da Constituição Federal estabelece expressamente que são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal. O próprio dispositivo enumera, em seguida, categorias de condutas que configuram tais atentados, relacionadas à organização dos Poderes, ao exercício dos direitos políticos, à segurança interna do país, à probidade administrativa, à lei orçamentária e ao cumprimento das leis e decisões judiciais. Assim, a violação à Constituição constitui o núcleo material do instituto dos CRIMES DE RESPONSABILIDADE, cuja disciplina procedimental encontra-se regulamentada pela Lei nº 1.079/1950. Importa esclarecer que a alternativa não afirma a existência de responsabilização automática. O texto apenas indica que a violação da Constituição pode ensejar responsabilização por crime de responsabilidade, o que corresponde exatamente ao comando constitucional. A eventual caracterização do crime exige processo político-jurídico próprio, com autorização da Câmara dos Deputados e julgamento pelo Senado Federal, conforme previsto no artigo 86 da Constituição Federal. A exigência desse procedimento não torna incorreta a afirmação constante da alternativa, que se limita a reproduzir a regra constitucional sobre a natureza dos crimes de responsabilidade. Quanto ao argumento de que a Constituição prevê outros mecanismos de controle, como a competência do Congresso Nacional para sustar atos normativos do Poder Executivo

	que exorbitem do poder regulamentar, prevista no artigo 49, inciso V, da Constituição Federal, cumpre esclarecer que tal instrumento constitui mecanismo de controle político-legislativo sobre atos do Executivo. Todavia, a existência desse mecanismo não exclui a possibilidade de responsabilização do Presidente caso o ato configure atentado à Constituição. Trata-se de mecanismos distintos e juridicamente compatíveis, podendo coexistir no sistema constitucional. A alternativa que afirma que a responsabilização do Presidente dependeria exclusivamente de decisão do Supremo Tribunal Federal está incorreta. O processo por crime de responsabilidade possui natureza político-constitucional e é conduzido pelo Congresso Nacional, cabendo à Câmara dos Deputados autorizar a instauração do processo e ao Senado Federal realizar o julgamento, nos termos dos artigos 51, inciso I, 52, inciso I, e 86 da Constituição Federal. O Supremo Tribunal Federal possui competência para julgar o Presidente da República apenas nas infrações penais comuns. A alternativa que sustenta que atos normativos presidenciais não estão sujeitos ao controle do Poder Legislativo também está incorreta, pois a Constituição prevê expressamente o controle parlamentar sobre atos do Executivo. O artigo 49, inciso V, estabelece a competência do Congresso Nacional para sustar atos normativos que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa. A alternativa que afirma que a edição de decreto ilegal configura apenas infração administrativa sem sanção política também apresenta erro conceitual. Caso o ato do Presidente configure atentado à Constituição, poderá caracterizar crime de responsabilidade, sujeito ao processo de impeachment, que constitui sanção político-constitucional prevista no ordenamento jurídico brasileiro. Dessa forma, verifica-se que a alternativa considerada correta está em plena consonância com a literalidade da Constituição Federal e com o regime jurídico dos crimes de responsabilidade. As demais alternativas apresentam inconsistências jurídicas evidentes, seja por atribuírem competência indevida ao Supremo Tribunal Federal, seja por negarem o controle legislativo sobre atos do Executivo, seja por reduzirem indevidamente a gravidade da conduta a mera infração administrativa. Não se verifica, portanto, erro material, ambiguidade ou ausência de alternativa juridicamente correta. Diante dos argumentos apresentados pela banca, a questão está mantida. RECURSO INDEFERIDO
Advogado - questão: 7	**Questão: 07** No curso de sua atividade arrecadatória, a Fazenda Pública permaneceu inerte quanto à adoção das providências necessárias à constituição do crédito tributário, permitindo o transcurso integral do prazo legalmente previsto para o exercício desse direito. Somente após o decurso desse lapso temporal é que buscou promover a cobrança do tributo supostamente devido, o que deu ensejo à discussão acerca dos efeitos jurídicos da inércia estatal e da possibilidade de exigência do crédito à luz das normas do Código Tributário Nacional. Assinale a alternativa CORRETA. (A) Ocorreu decadência do direito de constituir o crédito tributário. (B) Ocorreu prescrição, extinguindo apenas a

	exigibilidade. (C) A decadência admite interrupção por despacho administrativo. (D) A decadência depende de arguição do contribuinte. **Recurso:** A Questão 07 deve ser anulada por ausência de elemento essencial à definição da resposta correta. O enunciado afirma que a Fazenda Pública permaneceu inerte quanto à constituição do crédito tributário, porém não informa qual a modalidade de lançamento aplicável (lançamento de ofício ou por homologação). Nos termos do Código Tributário Nacional, o prazo decadencial varia conforme o regime de lançamento, especialmente à luz dos arts. 150, §4º, e 173, I, do CTN.A ausência dessa informação impede a definição precisa do termo inicial do prazo decadencial, comprometendo a objetividade exigida em questão de múltipla escolha. Diante da omissão de dado técnico essencial, requer-se a anulação da questão. **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação do candidato da questão que foi escolhida pelo candidato no sistema para abertura deste recurso, após análise desta banca conclui-se: A questão tem por objetivo aferir o conhecimento do candidato acerca dos institutos da DECADÊNCIA e da PRESCRIÇÃO no âmbito do Direito Tributário, especialmente no que se refere à perda do direito da Fazenda Pública de CONSTITUIR O CRÉDITO TRIBUTÁRIO, conforme disciplinado no CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. O enunciado descreve situação em que a Fazenda Pública permaneceu inerte quanto à adoção das providências necessárias à constituição do crédito tributário, permitindo o transcurso integral do prazo legal para o exercício desse direito e apenas posteriormente buscou promover a cobrança do tributo. Nesse contexto, a situação jurídica retratada corresponde precisamente à DECADÊNCIA, instituto que consiste na perda do direito da Administração Tributária de constituir o crédito tributário em razão do decurso do prazo legal. Nos termos do artigo 173 do Código Tributário Nacional, o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após o prazo de cinco anos, contados da forma estabelecida no próprio dispositivo legal. A decadência, portanto, incide quando a Administração não efetua o lançamento dentro do prazo legal, extinguindo o próprio direito de constituir o crédito tributário. A alternativa considerada correta afirma que ocorreu decadência do direito de constituir o crédito tributário. Tal assertiva está plenamente correta, pois o enunciado descreve exatamente a inércia da Fazenda Pública no exercício da atividade de constituição do crédito, circunstância que conduz à extinção desse direito pelo decurso do prazo decadencial. O argumento recursal sustenta que a questão deveria indicar a modalidade de lançamento aplicável, em razão da existência de regras distintas de contagem do prazo decadencial previstas nos arts. 150, §4º, e 173, inciso I, do Código Tributário Nacional. Entretanto, tal alegação não compromete a objetividade da questão. Independentemente da modalidade de lançamento aplicável, a situação descrita no enunciado refere-se à perda do direito de constituir o crédito tributário em razão da inércia estatal antes da constituição do crédito. Em qualquer das hipóteses previstas no CTN, tal fenômeno jurídico é denominado DECADÊNCIA.

	A questão não exige do candidato a identificação do termo inicial do prazo decadencial, tampouco a distinção entre as hipóteses específicas de lançamento. O que se cobra é o reconhecimento do instituto aplicável diante da descrição da inércia da Fazenda Pública em constituir o crédito tributário dentro do prazo legal. Assim, a ausência de indicação da modalidade de lançamento não gera ambiguidade nem inviabiliza a identificação da resposta correta. A alternativa que afirma ter ocorrido prescrição, extinguindo apenas a exigibilidade, está incorreta, pois a PRESCRIÇÃO ocorre somente após a constituição definitiva do crédito tributário, incidindo sobre o direito de a Fazenda Pública promover sua cobrança judicial, conforme dispõe o artigo 174 do Código Tributário Nacional. No caso descrito, o crédito sequer foi constituído dentro do prazo legal. A alternativa que sustenta que a decadência admite interrupção por despacho administrativo também está incorreta, uma vez que o prazo decadencial possui natureza peremptória, não se sujeitando a interrupção ou suspensão, diferentemente do que ocorre com o prazo prescricional em determinadas hipóteses previstas no ordenamento jurídico. Por sua vez, a alternativa que afirma que a decadência depende de arguição do contribuinte apresenta erro conceitual, pois a decadência constitui matéria de ordem pública, podendo ser reconhecida de ofício pela Administração ou pelo Poder Judiciário, independentemente de provocação da parte interessada. Dessa forma, verifica-se que a alternativa considerada correta corresponde precisamente ao instituto jurídico aplicável à situação descrita no enunciado, não havendo omissão capaz de comprometer a objetividade da questão nem ausência de alternativa juridicamente válida. Diante dos argumentos apresentados pela banca, a questão está mantida. RECURSO INDEFERIDO
Advogado - questão: 9	**Questão: 09** No exercício da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da Administração Pública, foi instaurado procedimento de controle externo para acompanhar a execução de contratos administrativos firmados por entidade integrante da administração indireta. No curso da auditoria, o Tribunal de Contas competente constatou irregularidades relevantes na gestão de recursos públicos, aplicando multa ao gestor responsável e determinando a sustação do contrato em execução. Inconformado, o gestor alegou que tais deliberações extrapolariam as atribuições do órgão de controle, sustentando violação ao princípio da separação dos poderes e usurpação de competência do Poder Judiciário. Diante do sistema constitucional de controle da Administração Pública, analise os itens a seguir: I.O Tribunal de Contas exerce controle externo da Administração Pública, com competência constitucional para fiscalizar a legalidade e a regularidade dos atos administrativos. II.As deliberações do Tribunal de Contas possuem natureza meramente opinativa, sendo vedada a

	aplicação direta de sanções aos gestores públicos. III.O controle exercido pelo Tribunal de Contas possui natureza jurisdicional, podendo o órgão substituir o Poder Judiciário em decisões definitivas sobre a validade dos atos administrativos. Assinale a alternativa CORRETA: (A) Apenas os itens II e III estão corretos. (B) Os itens I, II e III estão corretos. (C) Apenas os itens I e II estão corretos. (D) Apenas o item I está correto. **Recurso:** A Questão 09 apresenta imprecisão técnica no item III.A assertiva reúne dois conteúdos distintos: (i) a natureza jurisdicional do controle exercido pelo Tribunal de Contas e (ii) a possibilidade de substituição do Poder Judiciário. Embora a substituição do Poder Judiciário seja incorreta, a natureza jurídica das decisões dos Tribunais de Contas é objeto de discussão doutrinária, havendo entendimentos que reconhecem caráter quase-jurisdicional às suas decisões de julgamento de contas.Ao reunir duas proposições em uma única assertiva, a questão compromete a objetividade e a precisão técnica exigidas em avaliação objetiva.Requer-se, portanto, a anulação da questão **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação do candidato da questão que foi escolhida pelo candidato no sistema para abertura deste recurso, após análise desta banca conclui-se: A questão avalia o conhecimento do candidato acerca do sistema constitucional de CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, especialmente quanto às competências dos TRIBUNAIS DE CONTAS, conforme previsto nos arts. 70 a 75 da CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. O item que afirma que o Tribunal de Contas exerce controle externo da Administração Pública, com competência constitucional para fiscalizar a legalidade e a regularidade dos atos administrativos, está correto. Nos termos do art. 70 da Constituição Federal, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública será exercida pelo Congresso Nacional mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas. Além disso, o art. 71 da Constituição Federal estabelece diversas competências do Tribunal de Contas, dentre as quais se destacam a apreciação da legalidade de atos administrativos, a fiscalização da aplicação de recursos públicos, a realização de auditorias e inspeções e a aplicação de sanções aos responsáveis por irregularidades. Dessa forma, o item reflete corretamente o modelo constitucional de controle externo. O item que afirma que as deliberações do Tribunal de Contas possuem natureza meramente opinativa e que seria vedada a aplicação direta de sanções aos gestores públicos está incorreto. A Constituição Federal confere aos Tribunais de Contas competência para aplicar sanções administrativas, inclusive multas, aos responsáveis por irregularidades, conforme dispõe o art. 71, inciso VIII, da Constituição Federal. Assim, suas decisões não possuem caráter meramente opinativo em todas as hipóteses, pois podem produzir efeitos diretos na esfera jurídica dos gestores responsáveis. O item que afirma que o controle exercido pelo Tribunal de Contas possui natureza jurisdicional e que o órgão poderia substituir o Poder Judiciário em decisões definitivas sobre a validade dos atos administrativos também está incorreto. Embora os Tribunais de

	Contas exerçam função de julgamento administrativo de contas, sua atuação possui natureza administrativa e não jurisdicional, pois a jurisdição é função típica do PODER JUDICIÁRIO, conforme estrutura constitucional brasileira. Ademais, suas decisões estão sujeitas ao controle jurisdicional, não havendo substituição do Poder Judiciário. Quanto ao argumento recursal, sustenta-se que haveria imprecisão técnica no item III em razão de debates doutrinários acerca da natureza das decisões dos Tribunais de Contas. Entretanto, tal alegação não procede. Ainda que parte da doutrina utilize expressões como “natureza quase jurisdicional” para descrever determinados aspectos da atuação dos Tribunais de Contas, o entendimento consolidado no direito constitucional brasileiro é de que tais órgãos não exercem jurisdição, mas sim função administrativa de controle externo. A própria Constituição estabelece que o controle jurisdicional permanece reservado ao Poder Judiciário, sendo plenamente possível a revisão judicial das decisões proferidas pelos Tribunais de Contas. Além disso, o item III contém afirmação categórica de que o Tribunal de Contas poderia substituir o Poder Judiciário em decisões definitivas sobre a validade dos atos administrativos, o que é manifestamente incompatível com o princípio da SEPARAÇÃO DOS PODERES, previsto no art. 2º da Constituição Federal, bem como com o sistema de controle jurisdicional existente no ordenamento jurídico brasileiro. Dessa forma, não há qualquer ambiguidade capaz de comprometer a objetividade da assertiva. O item III é incorreto de forma inequívoca, pois atribui natureza jurisdicional ao Tribunal de Contas e afirma possibilidade de substituição do Poder Judiciário, hipóteses que não encontram respaldo no texto constitucional. Assim, apenas o item I está correto, sendo incorretos os itens II e III. Não se verifica erro material, ambiguidade relevante ou ausência de alternativa juridicamente adequada. Diante dos argumentos apresentados pela banca, a questão está mantida. RECURSO INDEFERIDO
Advogado - questão: 11	**Questão: 11** No exercício da competência tributária que lhe é atribuída constitucionalmente, determinado município editou lei instituindo uma exação de caráter compulsório, exigida dos contribuintes mediante pagamento em moeda, sem finalidade punitiva e vinculada à arrecadação para atendimento de necessidades públicas. A cobrança passou a ser questionada por particulares, suscitando debate acerca de sua natureza jurídica e do enquadramento do instituto à luz das normas gerais de Direito Tributário. À luz do Código Tributário Nacional, analise os itens a seguir e assinale V para verdadeiro e F para falso: (__)Tributo é prestação pecuniária compulsória, instituída em lei, que não constitua sanção de ato ilícito. (__)A exigência de pagamento em moeda é elemento essencial para a caracterização jurídica do tributo. (__)A compulsoriedade da cobrança afasta a natureza tributária da exação. (__)O tributo pode ser exigido independentemente de lei que o institua formalmente. Assinale a alternativa CORRETA, de cima para baixo:

	(A) F, F, V, V. (B) V, V, F, F. (C) V, F, V, F. (D) F, V, V, F. **Recurso:** QUESTÃO 11 (Direito Tributário) À Comissão Organizadora e de Concurso – UNOCHAPECÓ Ref.: Recurso quanto ao Gabarito Preliminar – Questão 11 – Cargo: Advogado Objeto: Anulação da questão por erro conceitual na Assertiva II. Fundamentação: A assertiva II da referida questão classifica a "exigência de pagamento em moeda" como "elemento essencial para a caracterização jurídica do tributo". Embora o Art. 3º do Código Tributário Nacional (CTN) mencione "moeda ou cujo valor nela se possa exprimir", a doutrina e a própria legislação tributária brasileira admitem a dação em pagamento de bens imóveis (Art. 156, XI, do CTN) como forma de extinção do crédito tributário. Ao definir a moeda como elemento "essencial" (indispensável), a questão ignora que a essência do tributo reside na sua natureza compulsória e pecuniária (valor econômico), e não exclusivamente na espécie "moeda". A possibilidade de pagamento mediante bens descaracteriza a moeda como elemento essencial absoluto, tornando a assertiva juridicamente questionável e induzindo o candidato ao erro. Pede-se a anulação do item **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação do candidato da questão que foi escolhida pelo candidato no sistema para abertura deste recurso, após análise desta banca conclui-se: A questão avalia o conhecimento do candidato acerca do CONCEITO JURÍDICO DE TRIBUTO, conforme definido nas normas gerais de Direito Tributário estabelecidas pelo CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, especialmente no art. 3º do CTN, que dispõe sobre os elementos estruturais da obrigação tributária. O primeiro item afirma que tributo é prestação pecuniária compulsória, instituída em lei, que não constitua sanção de ato ilícito. A assertiva está correta e corresponde exatamente à definição legal prevista no art. 3º do Código Tributário Nacional, segundo o qual tributo é “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”. O segundo item afirma que a exigência de pagamento em moeda é elemento essencial para a caracterização jurídica do tributo. A assertiva também está correta. O conceito legal estabelece que o tributo consiste em prestação pecuniária, ou seja, prestação de conteúdo econômico expressa em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir. O elemento pecuniário constitui característica essencial da natureza jurídica do tributo, distinguindo-o de outras prestações estatais de natureza pessoal ou administrativa. O argumento recursal sustenta que a possibilidade de DAÇÃO EM PAGAMENTO DE BENS IMÓVEIS, prevista no art. 156, inciso XI, do Código Tributário Nacional, afastaria o caráter essencial da moeda na definição do tributo. Entretanto, tal interpretação não procede. A dação em pagamento constitui forma de extinção do crédito tributário, e não elemento definidor da natureza jurídica da obrigação tributária. O tributo nasce como prestação pecuniária exigível em moeda ou valor economicamente mensurável, sendo que eventual forma alternativa de extinção da obrigação, autorizada pela legislação, não altera sua natureza originária. Assim, a possibilidade de dação em pagamento não descaracteriza o requisito da PECUNIARIEDADE, que permanece como elemento essencial do conceito jurídico de tributo.

	O terceiro item afirma que a compulsoriedade da cobrança afasta a natureza tributária da exação. A assertiva está incorreta, pois a COMPULSORIEDADE constitui precisamente um dos elementos definidores do tributo. O tributo não depende da vontade do contribuinte, sendo exigido por força de lei. O quarto item afirma que o tributo pode ser exigido independentemente de lei que o institua formalmente. A assertiva também está incorreta, pois o sistema tributário brasileiro é regido pelo PRINCÍPIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA, previsto no art. 150, inciso I, da Constituição Federal, segundo o qual é vedado exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça. O próprio art. 3º do CTN reafirma que o tributo deve ser instituído em lei. Dessa forma, a sequência correta das assertivas é: verdadeiro, verdadeiro, falso, falso. Verifica-se, portanto, que não há erro conceitual na assertiva impugnada, uma vez que a exigência de prestação pecuniária constitui elemento essencial do conceito de tributo previsto na legislação tributária brasileira. A possibilidade de dação em pagamento representa apenas modalidade excepcional de extinção do crédito tributário, sem interferir na definição jurídica do tributo. Não se identifica, portanto, imprecisão técnica, ambiguidade ou erro material que justifique a anulação da questão. Diante dos argumentos apresentados pela banca, a questão está mantida. RECURSO INDEFERIDO
Advogado - questão: 12	**Questão: 12** No exercício de suas atribuições institucionais, a Secretaria Municipal de Obras foi acionada após a Defesa Civil emitir laudo técnico apontando risco estrutural grave em uma ponte que integrava importante via de circulação urbana, utilizada diariamente por moradores, transporte coletivo e veículos de carga. Diante da iminência de colapso da estrutura e da necessidade de resguardar a segurança da coletividade, o secretário responsável determinou, de forma imediata e verbal, a interdição da via, orientando que a decisão fosse formalizada por escrito em momento posterior. Em razão da medida emergencial, comerciantes instalados no entorno passaram a alegar prejuízos econômicos e questionaram a validade do ato, sustentando a inexistência de forma escrita no momento da decisão administrativa. Considerando a teoria geral do ato administrativo e seus requisitos essenciais, assinale a alternativa CORRETA acerca da validade do ato praticado pela Administração Pública. (A) O ato é inválido, pois a forma escrita é requisito absoluto de validade, ainda que haja risco imediato à coletividade. (B) O ato é válido, pois a forma escrita pode ser dispensada em situações excepcionais de urgência. (C) O ato é inválido, pois a competência para interdição de vias públicas é exclusiva do chefe do Poder Executivo.

	(D) O ato é nulo, pois a inexistência de contraditório prévio aos comerciantes compromete o requisito da finalidade pública. **Recurso:** Prezada Banca Examinadora Em conformidade com o item 9.2.1 do edital, venho solicitar a revisão da questão 12 da prova objetiva para o cargo de advogado, aplicada no dia 01/03/2026. A Banca Examinadora, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa "B" da questão 12, a qual dispõe: (B) O ato é válido, pois a forma escrita pode ser dispensada em situações excepcionais de urgência. Ocorre que a assertiva constante na opção "C", da referida questão, dava margem para uma interpretação subjetiva pelo candidato, ocasionando confusão na resposta. A opção "C" estava assim redigida: (C) O ato é inválido, pois a competência para interdição de vias públicas é exclusiva do chefe do Poder Executivo. Sabe-se que a competência pode ser delegada ou atribuída a secretários específicos (Secretaria de Obras/Defesa Civil), mas isso depende da legislação municipal do caso concreto. No enunciado da questão 12 não foi transmitida a informação se a competência havia (ou não) sido previamente delegada/atribuída ao secretário responsável, gerando ambiguidade na alternativa. Isso porque, se a competência não tivesse sido delegada, o ato do secretário seria inválido e a alternativa também estaria correta. Em cidades grandes ou médias assume-se que esse tipo de competência seja delegada como regra geral, porém, em municípios pequenos ou extremamente pequenos (classificados pelo IBGE como Pequeno Porte I), não é raro que o chefe do Poder Executivo detenha a competência exclusiva mencionada na questão. Assim, diante da possibilidade da alternativa "C" também estar correta, requer a alteração do gabarito preliminar, com a consequente ANULAÇÃO da questão 12 da prova, aos termos dos itens 9.2.7 e 9.2.8 do edital. Nestes Termos, Pede Deferimento **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação do candidato da questão que foi escolhida pelo candidato no sistema para abertura deste recurso, após análise desta banca conclui-se: A questão avalia o conhecimento do candidato acerca dos REQUISITOS DE VALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO, especialmente no que se refere ao elemento FORMA, bem como à possibilidade de flexibilização de formalidades administrativas em situações excepcionais de urgência voltadas à proteção do interesse público. O enunciado descreve situação em que, diante de risco estrutural grave identificado pela Defesa Civil e da iminência de colapso de ponte utilizada intensamente pela população, o secretário municipal determinou imediata interdição da via, com posterior formalização por escrito. Trata-se, portanto, de hipótese típica de medida administrativa emergencial destinada à proteção da segurança coletiva, circunstância em que a Administração Pública deve agir de maneira célere para prevenir danos à coletividade. A alternativa considerada correta afirma que o ato é válido, pois a forma escrita pode ser dispensada em situações excepcionais de urgência. Tal assertiva encontra respaldo na teoria geral do ato administrativo, segundo a qual a forma constitui requisito de validade, mas não necessariamente exige manifestação escrita em todos os casos. Em situações excepcionais caracterizadas por urgência ou necessidade de atuação imediata da Administração, admite-se a prática de atos administrativos verbais, desde que

	posteriormente formalizados e que estejam presentes os demais elementos essenciais do ato administrativo, especialmente competência, finalidade, motivo e objeto. No caso descrito, a Administração agiu para preservar a SEGURANÇA PÚBLICA E A INTEGRIDADE DA COLETIVIDADE, valores que justificam a adoção de providências imediatas. A posterior formalização escrita do ato não compromete sua validade inicial quando demonstrada a necessidade urgente da medida. A alternativa que afirma que o ato é inválido porque a forma escrita seria requisito absoluto de validade está incorreta. A doutrina administrativa reconhece que, embora a forma escrita seja a regra na atuação administrativa, ela não possui caráter absoluto em situações excepcionais nas quais a demora na formalização possa gerar risco à coletividade. A alternativa que sustenta que o ato seria inválido por suposta competência exclusiva do chefe do Poder Executivo também está incorreta. A Constituição e o regime jurídico administrativo admitem a desconcentração administrativa, mediante a qual atribuições administrativas são exercidas por órgãos e autoridades integrantes da estrutura da Administração, como secretários municipais. Além disso, a assertiva apresenta afirmação categórica de exclusividade da competência do chefe do Executivo, o que não corresponde à estrutura administrativa ordinária dos entes federativos, nos quais secretarias exercem atribuições administrativas próprias relacionadas às suas áreas de atuação. O argumento recursal sustenta que a ausência de informação no enunciado acerca de eventual delegação de competência geraria ambiguidade. Contudo, tal alegação não procede. A alternativa afirma de forma absoluta que a competência para interdição de vias públicas seria exclusiva do chefe do Poder Executivo, o que não encontra respaldo na organização administrativa usual do poder público. A gestão de obras, infraestrutura urbana e segurança viária integra normalmente as atribuições administrativas das secretarias competentes, no âmbito da estrutura administrativa municipal. Dessa forma, a assertiva apresenta erro conceitual ao atribuir caráter exclusivo à competência do chefe do Executivo. Por fim, a alternativa que afirma que o ato seria nulo em razão da ausência de contraditório prévio aos comerciantes também está incorreta. Em situações de poder de polícia administrativa exercido em caráter emergencial para proteção da coletividade, a Administração pode adotar medidas imediatas, sendo plenamente admitido o contraditório diferido, especialmente quando há risco concreto à segurança pública. Verifica-se, portanto, que apenas a alternativa que reconhece a validade do ato administrativo diante da situação excepcional descrita encontra respaldo na teoria geral do Direito Administrativo. Não se constata ambiguidade, erro material ou ausência de alternativa juridicamente adequada. Diante dos argumentos apresentados pela banca, a questão está mantida. RECURSO INDEFERIDO
Advogado - questão: 19	**Questão: 19** No contexto de uma relação negocial estabelecida entre duas empresas atuantes no mesmo setor econômico, foi celebrado contrato válido, com definição clara das obrigações assumidas por cada uma das partes. No curso da execução contratual, uma das contratantes

	deixou de cumprir, de forma injustificada, a obrigação principal prevista no ajuste, ocasionando prejuízos à outra parte. Diante do inadimplemento verificado, a parte lesada buscou a adoção das medidas jurídicas cabíveis para a reparação dos danos sofridos, suscitando a aplicação das regras do Código Civil relativas às consequências do descumprimento contratual. À luz do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA. (A) O inadimplemento autoriza apenas a execução específica, sem perdas e danos. (B) O inadimplemento contratual gera direito à resolução ou indenização. (C) O contrato deixa de produzir efeitos automaticamente com o descumprimento. (D) O inadimplemento afasta qualquer responsabilidade se houver prejuízo recíproco. **Recurso 01:** Prezada Banca Examinadora Em conformidade com o item 9.2.1 do edital, venho solicitar a revisão da questão 19 da prova objetiva para o cargo de advogado, aplicada no dia 01/03/2026. A Banca Examinadora, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa "B" da questão 19, a qual dispõe: (B) O inadimplemento contratual gera direito à resolução ou indenização. Ocorre que a assertiva constante na opção "C", da referida questão, dava margem para uma interpretação subjetiva pelo candidato, ocasionando confusão na resposta. A opção "C" estava assim redigida: (C) O contrato deixa de produzir efeitos automaticamente com o descumprimento. Sabe-se que o contrato não se resolve (e deixa de produzir efeitos automaticamente) com o mero inadimplemento, EXCETO, se contiver cláusula resolutiva expressa. No enunciado da questão 19 não foi transmitida a informação se o contrato celebrado entre as partes continha (ou não) cláusula resolutiva expressa, gerando ambiguidade na alternativa. Isso porque, existindo a referida cláusula, o inadimplemento seria capaz de resolver o contrato de pleno direito, que deixaria de produzir efeitos automaticamente, situação em que, a alternativa "C" da questão também estaria correta. A possibilidade do instrumento contratual conter cláusula resolutiva expressa encontra-se prevista no art. 474 do Código Civil, que assim estabelece: Art. 474. A cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito; a tácita depende de interpelação judicial. Assim, diante da possibilidade da alternativa "C" também estar correta, requer a alteração do gabarito preliminar, com a consequente ANULAÇÃO da questão 19 da prova, aos termos dos itens 9.2.7 e 9.2.8 do edital. Nestes Termos, Pede Deferimento. **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação do candidato da questão que foi escolhida pelo candidato no sistema para abertura deste recurso, após análise desta banca conclui-se: A questão avalia o conhecimento do candidato acerca das CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL, conforme disciplinado pelo CÓDIGO CIVIL, especialmente no que se refere às possibilidades de RESOLUÇÃO DO CONTRATO e INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS decorrentes do descumprimento de obrigação contratual. O enunciado descreve a existência de contrato válido celebrado entre duas empresas, com obrigações claramente definidas, no qual uma das partes deixou de cumprir, de

	forma injustificada, a obrigação principal assumida. Tal situação caracteriza hipótese clássica de INADIMPLEMENTO CONTRATUAL, disciplinada pelas normas gerais de responsabilidade contratual previstas no Código Civil. A alternativa considerada correta afirma que o inadimplemento contratual gera direito à resolução ou indenização. Tal assertiva está plenamente de acordo com o sistema jurídico civil brasileiro. Nos termos do art. 475 do Código Civil, “a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos”. O dispositivo consagra precisamente a possibilidade de o credor optar entre a resolução do vínculo contratual ou a exigência do cumprimento da obrigação, sem prejuízo da reparação pelos danos sofridos. A alternativa que afirma que o inadimplemento autorizaria apenas a execução específica, sem perdas e danos está incorreta, pois o ordenamento jurídico admite expressamente a cumulação da tutela do cumprimento da obrigação com a indenização pelos prejuízos causados, quando cabível. A alternativa que sustenta que o contrato deixa de produzir efeitos automaticamente com o descumprimento também está incorreta. A regra geral do direito contratual brasileiro é a de que o inadimplemento não extingue automaticamente o contrato, sendo necessária a manifestação da parte lesada ou a intervenção judicial para a resolução do vínculo, conforme previsto no art. 475 do Código Civil. A resolução automática constitui hipótese excepcional e depende da existência de CLÁUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA, conforme dispõe o art. 474 do Código Civil. O argumento recursal sustenta que a ausência de informação no enunciado acerca da existência de cláusula resolutiva expressa permitiria considerar correta a alternativa que afirma a cessação automática dos efeitos do contrato. Contudo, tal interpretação não procede. Em questões objetivas, adota-se a regra geral prevista no ordenamento jurídico, e não hipóteses excepcionais que dependem de previsão contratual específica não mencionada no enunciado. Na ausência de indicação expressa de cláusula resolutiva no contrato, presume-se a incidência da disciplina jurídica ordinária, segundo a qual o inadimplemento não implica, por si só, resolução automática do contrato. A alternativa que afirma que o inadimplemento afastaria qualquer responsabilidade se houver prejuízo recíproco também está incorreta, pois o Código Civil estabelece que a parte inadimplente responde pelos prejuízos causados à outra parte, nos termos das regras de responsabilidade contratual. Dessa forma, verifica-se que apenas a alternativa que reconhece o direito da parte lesada à resolução contratual ou à indenização por perdas e danos reflete corretamente o regime jurídico estabelecido pelo Código Civil. Não se identifica ambiguidade, erro material ou ausência de alternativa juridicamente correta. Diante dos argumentos apresentados pela banca, a questão está mantida. RECURSO INDEFERIDO
Advogado - questão: 19	**Questão: 19** No contexto de uma relação negocial estabelecida entre duas empresas atuantes no mesmo setor econômico, foi celebrado contrato válido, com definição clara das obrigações assumidas por cada uma das partes. No curso da execução contratual, uma das contratantes

	deixou de cumprir, de forma injustificada, a obrigação principal prevista no ajuste, ocasionando prejuízos à outra parte. Diante do inadimplemento verificado, a parte lesada buscou a adoção das medidas jurídicas cabíveis para a reparação dos danos sofridos, suscitando a aplicação das regras do Código Civil relativas às consequências do descumprimento contratual. À luz do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA. (A) O inadimplemento autoriza apenas a execução específica, sem perdas e danos. (B) O inadimplemento contratual gera direito à resolução ou indenização. (C) O contrato deixa de produzir efeitos automaticamente com o descumprimento. (D) O inadimplemento afasta qualquer responsabilidade se houver prejuízo recíproco. **Recurso:** À BANCA EXAMINADORA UNOCHAPECÓ Venho respeitosamente à presença desta r. Banca Examinadora, apresentar RECURSO contra o gabarito da questão 19 da prova objetiva aplicada no dia 01 de março de 2026 para o cargo de Advogado conforme segue: DA FUNDAMENTAÇÃO 1. Da Violação Direta ao Artigo 475 do Código Civil e à Técnica Legislativa A alternativa considerada "correta" (B) afirma que o inadimplemento gera direito à "resolução **ou** indenização". Tal redação é tecnicamente falha, pois desvirtua a conjunção estabelecida pelo **Artigo 475 do Código Civil**. A redação é clara: "A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, **em qualquer dos casos**, indenização por perdas e danos". A lei estabelece uma relação de **cumulatividade** quanto à indenização, e não de **alternatividade**. Ao utilizar a conjunção coordenativa alternativa "ou", a banca sugere que o credor deve optar entre extinguir o vínculo (resolução) **ou** ser reparado pelos prejuízos (indenização), o que é juridicamente falso. A indenização por perdas e danos é um "efeito geral e típico" do inadimplemento, cumulável com qualquer via eleita pelo credor. 2. Da Confusão entre Objeto de Escolha e Efeito Indenizatório A "atribuição legal de escolha" conferida ao credor recai sobre as vias da **resolução** ou do **cumprimento**. O uso do "ou" na alternativa (B) confunde o remédio resolutório (extinção do pacto) com o remédio indenizatório (reparação do dano). O que o credor não pode fazer é exercer simultaneamente a resolução e o cumprimento, por serem logicamente excludentes. Contudo, a indenização acompanha ambos. Portanto, ao colocar "resolução ou indenização", a questão exclui a possibilidade de cumulação, o que viola o direito potestativo do lesado de obter a resolução **e** a reparação integral. 3. Da Ambiguidade e Inexistência de Alternativa Correta As demais alternativas (A, C e D) apresentam erros crassos: a (A) nega as perdas e danos contra a lei; a (C) ignora que a cláusula resolutiva tácita depende de interpelação judicial,; e a (D) inventa uma hipótese de afastamento de responsabilidade sem amparo legal,. Todavia, a existência de erros nas demais opções não valida uma alternativa tecnicamente incorreta. Considerando a exigência de rigor técnico associada ao certame, a afirmação de que o direito é de "resolução OU indenização" é uma negação do texto expresso do Art. 475 do CC. A ambiguidade criada pela conjunção alternativa "ou" invalida a objetividade da questão. CONCLUSÃO E PEDIDO Diante do exposto, considerando que a alternativa (B) utiliza conjunção que nega a

	cumulatividade prevista no **Art. 475 do Código Civil**, gerando insegurança jurídica e erro conceitual, requer-se a **ANULAÇÃO** da questão, com a consequente atribuição da pontuação a todos os candidatos. Pede Deferimento. **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação do candidato da questão que foi escolhida pelo candidato no sistema para abertura deste recurso, após análise desta banca conclui-se: A questão avalia o conhecimento do candidato acerca das CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL, conforme disciplinado pelo CÓDIGO CIVIL, especialmente à luz do art. 475, que regula os efeitos decorrentes do descumprimento de obrigações contratuais. O enunciado descreve a existência de contrato válido celebrado entre duas empresas, com obrigações claramente definidas, no qual uma das partes deixou de cumprir, de forma injustificada, a obrigação principal assumida, ocasionando prejuízos à outra parte. Tal situação caracteriza hipótese típica de INADIMPLEMENTO CONTRATUAL, situação em que o ordenamento jurídico prevê instrumentos destinados à tutela do credor prejudicado. A alternativa considerada correta afirma que o inadimplemento contratual gera direito à resolução ou indenização. A assertiva reflete adequadamente o regime jurídico estabelecido pelo Código Civil. De fato, o art. 475 do Código Civil dispõe que “a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos”. O dispositivo consagra a possibilidade de o credor optar pela resolução do contrato ou pela exigência do cumprimento da obrigação, sendo a indenização por perdas e danos consequência jurídica do inadimplemento. O recurso sustenta que o uso da conjunção alternativa “ou” na redação da alternativa implicaria exclusão da possibilidade de cumulação entre resolução contratual e indenização por perdas e danos. Todavia, tal interpretação não se sustenta. A redação da alternativa apresenta formulação sintética compatível com a técnica de elaboração de questões objetivas, indicando que o inadimplemento contratual enseja mecanismos jurídicos como a resolução do contrato ou a reparação pelos prejuízos causados. A assertiva não afirma que tais efeitos sejam mutuamente excludentes nem nega a possibilidade de cumulação prevista na legislação civil. Em provas objetivas, é comum a utilização de formulações sintéticas que expressam os principais efeitos jurídicos de determinado instituto, sem necessariamente reproduzir integralmente a literalidade do dispositivo legal. Nesse sentido, a alternativa correta indica adequadamente que o inadimplemento contratual autoriza a adoção de medidas jurídicas destinadas à extinção do vínculo contratual ou à reparação dos danos decorrentes do descumprimento. As demais alternativas apresentam incorreções jurídicas evidentes. A alternativa que afirma que o inadimplemento autorizaria apenas a execução específica, sem perdas e danos contraria diretamente o regime jurídico da responsabilidade contratual previsto no Código Civil. A alternativa que sustenta que o contrato deixaria de produzir efeitos automaticamente com o descumprimento também está incorreta, pois a resolução automática depende da existência de CLÁUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA, nos termos do art. 474 do Código Civil, circunstância não indicada no enunciado. A alternativa que afirma que o inadimplemento afastaria qualquer responsabilidade em caso de prejuízo recíproco não encontra amparo no ordenamento jurídico civil. Dessa forma, verifica-se que apenas a alternativa considerada correta expressa

	adequadamente as consequências jurídicas do inadimplemento contratual à luz do Código Civil. Não se identifica erro material, ambiguidade relevante ou inexistência de alternativa juridicamente adequada. Diante dos argumentos apresentados pela banca, a questão está mantida. RECURSO INDEFERIDO
Advogado - questão: 20	**Questão: 20** No tráfego urbano cotidiano, um motorista, ao conduzir seu veículo sem a devida cautela exigida pelas circunstâncias, acabou por causar dano material a terceiro, em razão de conduta caracterizada pela negligência. Diante do prejuízo suportado, o lesado buscou a tutela jurisdicional com o objetivo de obter a devida reparação, fundamentando sua pretensão nas regras do Código Civil aplicáveis à responsabilidade civil. A controvérsia instaurada passou a exigir a análise dos elementos necessários à configuração da responsabilidade subjetiva do agente causador do dano. Considerando a responsabilidade civil subjetiva, assinale a alternativa CORRETA. (A) A responsabilidade subjetiva exige comprovação de culpa e dano. (B) A responsabilidade subjetiva prescinde da demonstração do prejuízo. (C) A responsabilidade subjetiva independe de nexo causal. (D) A responsabilidade subjetiva aplica-se apenas a pessoas jurídicas. **Recurso:** A questão trata de responsabilidade civil subjetiva decorrente de conduta negligente no trânsito, solicitando os elementos necessários à sua configuração. Contudo, nenhuma das alternativas apresenta resposta juridicamente correta em sua integralidade, razão pela qual se requer a anulação. Nos termos do art. 186 do Código Civil, comete ato ilícito quem, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral. Já o art. 927 do Código Civil estabelece que aquele que causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo. Da leitura sistemática desses dispositivos, e conforme a doutrina majoritária, a responsabilidade civil subjetiva exige a presença cumulativa de: conduta, culpa (ou dolo), dano e nexo causal entre a conduta e o prejuízo. O nexo causal é elemento indispensável para a imputação do dever de indenizar: sem a relação de causalidade entre a conduta e o dano, não há responsabilidade, ainda que exista culpa e exista dano em abstrato. Dessa forma, a alternativa apontada no gabarito, (A) (“exige comprovação de culpa e dano”), é incompleta e, portanto, incorreta, pois omite o nexo causal, requisito essencial à configuração da responsabilidade subjetiva. As demais alternativas também estão manifestamente incorretas: (B) afasta a necessidade de demonstração do prejuízo, quando o dano é requisito do dever de indenizar (arts. 186 e 927, CC); (C) afirma independência de nexo causal, contrariando a estrutura lógica e normativa da responsabilidade civil; (D) restringe a responsabilidade subjetiva às pessoas jurídicas, o que é incompatível com o sistema civil, aplicável a pessoas naturais e jurídicas.

	Assim, por inexistir alternativa que contemple adequadamente os elementos necessários (especialmente o nexo causal), impõe-se a ANULAÇÃO da questão, com atribuição da respectiva pontuação a todos os candidatos. Termos em que, pede deferimento. **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação do candidato da questão que foi escolhida pelo candidato no sistema para abertura deste recurso, após análise desta banca conclui-se: A questão avalia o conhecimento do candidato acerca dos ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA, instituto disciplinado pelo CÓDIGO CIVIL, especialmente nos arts. 186 e 927, que tratam da configuração do ato ilícito e da obrigação de reparar o dano causado. O enunciado descreve situação típica de responsabilidade civil decorrente de conduta negligente no trânsito, circunstância que exige a análise dos pressupostos necessários à caracterização da responsabilidade subjetiva do agente. Conforme a sistemática do direito civil brasileiro, a responsabilidade civil subjetiva pressupõe a presença de conduta culposa ou dolosa, dano e nexo causal entre a conduta e o prejuízo suportado pela vítima. A alternativa considerada correta afirma que a responsabilidade subjetiva exige comprovação de culpa e dano. Tal assertiva está correta no contexto da questão, pois indica dois elementos essenciais que caracterizam a responsabilidade civil subjetiva e que a distinguem da responsabilidade objetiva. De fato, diferentemente desta última, a responsabilidade subjetiva exige a comprovação da culpa do agente, conforme se extrai da interpretação dos arts. 186 e 927 do Código Civil. O argumento recursal sustenta que a alternativa seria incorreta por não mencionar expressamente o nexo causal. Contudo, tal alegação não procede. A questão não exige que a alternativa apresente lista exaustiva de todos os pressupostos da responsabilidade civil, mas sim que identifique característica essencial do regime de responsabilidade subjetiva. A assertiva cumpre adequadamente esse papel ao indicar a necessidade de culpa, elemento distintivo desse modelo de responsabilidade, bem como a existência de dano, condição indispensável para o dever de indenizar. Em questões objetivas, é comum que a alternativa correta destaque determinados elementos centrais do instituto jurídico avaliado, sem que isso implique exclusão dos demais requisitos reconhecidos pela doutrina e pela legislação. Assim, o fato de a alternativa não mencionar expressamente o nexo causal não a torna juridicamente incorreta. As demais alternativas apresentam incorreções evidentes. A alternativa que afirma que a responsabilidade subjetiva prescinde da demonstração do prejuízo contraria diretamente os arts. 186 e 927 do Código Civil, pois a existência de dano constitui requisito essencial para o surgimento do dever de indenizar. A alternativa que afirma que a responsabilidade subjetiva independe de nexo causal também está incorreta, uma vez que a relação de causalidade entre a conduta e o dano é elemento indispensável para a imputação da responsabilidade civil. Por fim, a alternativa que restringe a aplicação da responsabilidade subjetiva apenas às pessoas jurídicas não encontra qualquer amparo no ordenamento jurídico, uma vez que tal regime se aplica tanto a pessoas naturais quanto a pessoas jurídicas. Dessa forma, verifica-se que apenas a alternativa considerada correta apresenta afirmação juridicamente compatível com o regime da responsabilidade civil subjetiva previsto no Código Civil.

	Não se constata erro material, ambiguidade ou ausência de alternativa juridicamente adequada. Diante dos argumentos apresentados pela banca, a questão está mantida. RECURSO INDEFERIDO
Advogado - questão: 24	**Questão: 24** "Há vinte subpopulações conhecidas de ursos polares", e algumas delas já apresentam declínio acentuado. Sintaticamente, é CORRETO afirmar que, na oração destacada: (A) O termo "vinte subpopulações" constitui o sujeito simples da oração, tendo "subpopulações" como núcleo, em concordância semântica com o verbo. (B) A oração apresenta sujeito inexistente, e o termo "vinte subpopulações conhecidas de ursos polares" atua como predicativo do sujeito implícito. (C) O núcleo do sujeito da oração é o substantivo "subpopulações", enquanto "vinte" funciona apenas como adjunto adnominal numeral. (D) O termo "vinte subpopulações conhecidas de ursos polares" exerce a função de objeto direto do verbo "há". **Recurso:** QUESTÃO 24 (Língua Portuguesa) À Comissão Organizadora e de Concurso – UNOCHAPECÓ Ref.: Recurso quanto ao Gabarito Preliminar – Questão 24 – Cargo: Advogado Objeto: Anulação da questão por erro de análise sintática. Fundamentação: A questão analisa a oração "Há vinte subpopulações conhecidas de ursos polares", indicando na alternativa considerada correta que o termo "subpopulações" exerce a função de núcleo do sujeito. Entretanto, conforme a gramática normativa de Celso Cunha e Lindley Cintra, bem como de Evanildo Bechara, o verbo "haver", quando empregado com sentido de "existir", é um verbo impessoal. Verbos impessoais não admitem sujeito, configurando o que a sintaxe classifica como "Oração sem Sujeito". Nesta estrutura, o termo "vinte subpopulações..." atua como Objeto Direto, e não como sujeito. A classificação apresentada pela banca é tecnicamente incorreta à luz da norma culta da língua portuguesa, não havendo alternativa que corresponda à realidade sintática da frase. Ante o exposto, solicita-se a anulação da questão. **Resposta ao recurso:** Constata-se que o recurso apresentado questiona a análise sintática da oração “Há vinte subpopulações conhecidas de ursos polares”, sustentando que a questão estaria incorreta por classificar o termo “subpopulações” como núcleo do sujeito, argumento que levaria à inexistência de alternativa adequada. Entretanto, tal alegação não procede quando se examina a estrutura sintática efetivamente cobrada na questão. Na oração analisada, o verbo “haver” está empregado com sentido de existência. Nessa acepção, trata-se de verbo impessoal, que não admite sujeito e permanece invariavelmente na terceira pessoa do singular. Essa característica é amplamente reconhecida pela gramática normativa, que classifica tais construções como orações sem

	sujeito. Nessas estruturas, o grupo nominal que acompanha o verbo não exerce função de sujeito, mas de complemento verbal. Assim, na construção “Há vinte subpopulações conhecidas de ursos polares”, o sintagma nominal completo funciona como objeto direto do verbo “haver”, uma vez que esse verbo, no sentido existencial, exige complemento sem preposição. Não há, portanto, sujeito sintático na oração, e o núcleo nominal “subpopulações”, acompanhado do numeral e de seus modificadores, integra o objeto direto que completa o sentido do verbo. A alternativa indicada no gabarito reconhece exatamente essa estrutura: identifica corretamente o emprego impessoal do verbo “haver” e atribui ao sintagma nominal a função de objeto direto. Tal análise está em plena conformidade com a descrição normativa da língua portuguesa, conforme exposto por gramáticos como Evanildo Bechara, Celso Cunha e Lindley Cintra, bem como por Rocha Lima, que explicitam que o verbo “haver”, quando significa existir, forma oração sem sujeito e rege complemento direto. Os argumentos apresentados no recurso partem da premissa de que a banca teria classificado “subpopulações” como núcleo do sujeito, o que não corresponde ao conteúdo da alternativa considerada correta. A análise defendida pelo recurso, ao afirmar que o termo funciona como objeto direto em oração sem sujeito, coincide justamente com a interpretação indicada pelo gabarito. Dessa forma, não há erro de análise sintática nem ausência de alternativa válida. Diante disso, a alegação de que a questão deveria ser anulada por inexistência de alternativa correta não se sustenta, uma vez que a estrutura sintática da oração foi corretamente identificada na alternativa apontada pelo gabarito preliminar. “Há vinte subpopulações conhecidas de ursos polares”, e algumas delas já apresentam declínio acentuado. Sintaticamente, é CORRETO afirmar que, na oração destacada: O termo “vinte subpopulações conhecidas de ursos polares” exerce a função de objeto direto do verbo “há”. Certo. O verbo “haver”, empregado no sentido de existir, é impessoal, não admite sujeito e exige complemento sem preposição; assim, todo o sintagma nominal funciona como objeto direto, e não como sujeito da oração. O termo “vinte subpopulações” constitui o sujeito simples da oração, tendo “subpopulações” como núcleo, em concordância semântica com o verbo. Errado. O verbo “há”, no sentido de existir, não estabelece concordância com sujeito, pois é impessoal; desse modo, o sintagma não pode ser analisado como sujeito, ainda que o núcleo aparente estar no plural. O núcleo do sujeito da oração é o substantivo “subpopulações”, enquanto “vinte” funciona apenas como adjunto adnominal numeral. Errado. A análise parte da premissa equivocada de que há sujeito na oração; na construção com “há” existencial, inexiste sujeito, e todo o grupo nominal exerce função de objeto direto. A oração apresenta sujeito inexistente, e o termo “vinte subpopulações conhecidas de ursos polares” atua como predicativo do sujeito implícito. Errado. Embora o verbo seja impessoal e não apresente sujeito, o sintagma nominal não exerce função de predicativo, mas de objeto direto, exigido pela transitividade do verbo “haver” no sentido existencial. REFERÊNCIAS: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021. ROCHA Lima, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019. RECURSO INDEFERIDO.

Assistente Administrativo - questão: 23	**Questão: 23** Assim, "embora os dados atuais revelem um efeito positivo localizado e temporário", o consenso científico aponta que, a longo prazo, a perda contínua do gelo marinho compromete a sobrevivência dos ursos polares. Em relação à oração destacada, é CORRETO afirmar que: (A) Configura oração subordinada adjetiva explicativa, pois acrescenta uma informação acessória referente ao substantivo "dados", delimitando-o semanticamente por meio de explicação adicional. (B) Constitui oração subordinada substantiva subjetiva, funcionando sintaticamente como sujeito do verbo "aponta", já que apresenta um conteúdo de natureza informativa associado à ideia principal do período. (C) Caracteriza-se como oração coordenada adversativa, uma vez que introduz uma ideia de oposição sem dependência sintática, equivalendo semanticamente a conectores como "mas" ou "porém". (D) Trata-se de oração subordinada adverbial concessiva, pois introduz uma ideia reconhecida que não impede a validade nem a realização do que se afirma na oração principal. **Recurso:** Prezada Banca Examinadora, A questão 23 solicita a classificação da oração destacada no período: “embora os dados atuais revelem um efeito positivo localizado e temporário”, tendo sido apontada como correta a alternativa D, que a classifica como oração subordinada adverbial concessiva. Embora o conectivo “embora” seja tradicionalmente classificado como conjunção subordinativa concessiva, a justificativa apresentada na alternativa D não corresponde adequadamente à definição sintática consagrada nas gramáticas normativas. A alternativa afirma que a oração concessiva “introduz uma ideia reconhecida que não impede a validade nem a realização do que se afirma na oração principal”. Tal formulação apresenta caráter genérico e impreciso, não representando definição técnica clara da oração subordinada adverbial concessiva, cuja característica fundamental, segundo gramáticas normativas, é expressar uma circunstância que estabelece relação de contraste ou oposição em relação à oração principal, sem impedir sua realização. Além disso, a construção do período evidencia também forte relação semântica de contraste entre as ideias apresentadas, uma vez que se contrapõe um efeito positivo temporário aos impactos negativos a longo prazo, o que aproxima semanticamente a relação estabelecida de uma oposição argumentativa. Dessa forma, observa-se que: - a justificativa apresentada na alternativa considerada correta apresenta imprecisão conceitual; - o período admite interpretação semântica de contraste, característica também associada a relações adversativas. Ademais, observa-se que o período apresentado é composto por três orações: uma oração subordinada adverbial concessiva (“embora os dados atuais revelem…”), uma oração principal (“o consenso científico aponta”) e uma oração subordinada substantiva objetiva direta introduzida pela conjunção integrante “que”. A alternativa considerada correta simplifica a relação sintática existente no período, uma vez que a oração concessiva não se relaciona diretamente com toda a proposição final, mas com a oração principal que introduz outra estrutura subordinada. Tal simplificação compromete a precisão da análise sintática solicitada. Em razão dessas inconsistências conceituais e da possibilidade de múltiplas

	interpretações semânticas, entende-se que a questão não apresenta alternativa plenamente inequívoca, comprometendo o princípio de objetividade exigido em avaliações de múltipla escolha. Diante do exposto, solicita-se respeitosamente a anulação da questão. Termos em que, Pede deferimento. **Resposta ao recurso:** Constata-se que o recurso apresentado questiona a classificação sintática da oração “embora os dados atuais revelem um efeito positivo localizado e temporário”, alegando que a justificativa da alternativa considerada correta seria conceitualmente imprecisa e que o período permitiria interpretação adversativa ou múltiplas leituras sintáticas, o que comprometeria a objetividade da questão. Entretanto, a análise linguística do período demonstra que tais alegações não procedem. A oração destacada é introduzida pela conjunção subordinativa “embora”, tradicionalmente classificada pelas gramáticas normativas como marcador de relação concessiva. Nas construções concessivas, admite-se um fato que, em tese, poderia contrariar ou limitar a ideia expressa na oração principal, mas que, na prática, não impede a realização do conteúdo principal do enunciado. Trata-se, portanto, de uma relação de dependência sintática e semântica entre orações, característica própria das orações subordinadas adverbiais concessivas. No período apresentado, a oração iniciada por “embora” estabelece exatamente esse tipo de relação: reconhece-se um dado circunstancial — o efeito positivo localizado e temporário revelado pelos dados — que, apesar de admitido, não invalida a afirmação central de que, a longo prazo, a perda contínua do gelo marinho compromete a sobrevivência dos ursos polares. Assim, a oração concessiva introduz uma informação reconhecida que não impede a validade da proposição principal, o que corresponde precisamente à definição normativa desse tipo de subordinação. A alegação de que haveria caráter adversativo não altera essa classificação. Embora relações concessivas possam produzir efeito semântico de contraste, isso não modifica sua natureza sintática. A presença da conjunção subordinativa “embora” estabelece de forma inequívoca a subordinação adverbial concessiva, diferentemente das estruturas coordenadas adversativas, que se caracterizam pela independência sintática entre orações e pelo uso de conectores como “mas”, “porém” ou “contudo”. Também não procede a afirmação de que a justificativa apresentada seria conceitualmente inadequada. A descrição segundo a qual a oração concessiva introduz um fato admitido que não impede a validade do enunciado principal corresponde exatamente à caracterização consagrada nas gramáticas normativas para esse tipo de relação sintática. Ademais, a observação de que o período contém outras estruturas subordinadas não interfere na identificação da função sintática da oração destacada, que foi corretamente delimitada e classificada na alternativa indicada pelo gabarito. Dessa forma, a oração analisada apresenta claramente valor concessivo, estabelecendo relação de subordinação adverbial com a oração principal, conforme reconhecido pela tradição gramatical. A alternativa apontada no gabarito identifica corretamente essa estrutura, não havendo inconsistência conceitual nem possibilidade de interpretação sintática alternativa que comprometa a objetividade da questão. Assim, “embora os dados atuais revelem um efeito positivo localizado e temporário”, o consenso científico aponta que, a longo prazo, a perda contínua do gelo marinho compromete a sobrevivência dos ursos polares. Em relação à oração destacada, é CORRETO afirmar que: Trata-se de oração subordinada adverbial concessiva, pois introduz uma ideia reconhecida que não impede a validade nem a realização do que se afirma na oração principal. Certo. A conjunção “embora” estabelece relação concessiva, expressando um fato admitido que não anula nem contradiz o sentido central expresso pela oração principal. Constitui oração subordinada substantiva subjetiva, funcionando sintaticamente como

	sujeito do verbo “aponta”, já que apresenta um conteúdo de natureza informativa associado à ideia principal do período. Errado. A oração não exerce função sintática de sujeito nem se liga à principal por conjunção integrante, mas sim por conjunção subordinativa de valor circunstancial. Configura oração subordinada adjetiva explicativa, pois acrescenta uma informação acessória referente ao substantivo “dados”, delimitando-o semanticamente por meio de explicação adicional. Errado. A oração não estabelece relação direta de modificação com um substantivo da oração principal, mas sim relação lógica global de concessão. Caracteriza-se como oração coordenada adversativa, uma vez que introduz uma ideia de oposição sem dependência sintática, equivalendo semanticamente a conectores como “mas” ou “porém”. Errado. A presença da conjunção “embora” indica subordinação e dependência sintática, o que inviabiliza a classificação como oração coordenada. REFERÊNCIAS: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021. ROCHA Lima, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019. RECURSO INDEFERIDO
Assistente Administrativo - questão: 25	**Questão: 25** "Há vinte subpopulações conhecidas de ursos polares", e algumas delas já apresentam declínio acentuado. Sintaticamente, é CORRETO afirmar que, na oração destacada: (A) A oração apresenta sujeito inexistente, e o termo "vinte subpopulações conhecidas de ursos polares" atua como predicativo do sujeito implícito. (B) O núcleo do sujeito da oração é o substantivo "subpopulações", enquanto "vinte" funciona apenas como adjunto adnominal numeral. (C) O termo "vinte subpopulações conhecidas de ursos polares" exerce a função de objeto direto do verbo "há". (D) O termo "vinte subpopulações" constitui o sujeito simples da oração, tendo "subpopulações" como núcleo, em concordância semântica com o verbo. **Recurso:** Prezada Banca Examinadora, A questão 25 apresenta a oração: “Há vinte subpopulações conhecidas de ursos polares” e indica como correta a alternativa C, segundo a qual o termo “vinte subpopulações conhecidas de ursos polares” exerce a função de objeto direto do verbo “há”. De fato, o verbo “haver”, quando empregado com sentido de existência, é classificado pela gramática normativa como verbo impessoal, não admitindo sujeito e tendo como complemento um objeto direto. Entretanto, a alternativa apontada como correta apresenta imprecisão na análise sintática, ao considerar de maneira simplificada todo o segmento “vinte subpopulações conhecidas de ursos polares” como objeto direto, sem observar a estrutura interna do sintagma nominal. No referido termo, o núcleo é o substantivo “subpopulações”, sendo “vinte” um adjunto adnominal numeral, “conhecidas” um adjunto adnominal, e “de ursos polares” um complemento nominal ligado ao substantivo. Dessa forma, a análise sintática do termo

	exige a consideração dessas funções internas, não podendo ser reduzida de maneira genérica à função de objeto direto de todo o segmento. A simplificação adotada pela alternativa compromete a precisão conceitual da análise solicitada, abrindo margem para interpretações distintas quanto à estrutura sintática da oração. Ademais, observa-se que o segmento “de ursos polares”, presente no sintagma “vinte subpopulações conhecidas de ursos polares”, admite diferentes interpretações sintáticas na tradição gramatical. Dependendo da interpretação semântica adotada, o termo pode ser analisado como adjunto adnominal, indicando espécie ou tipo de subpopulação, ou como complemento nominal, estabelecendo relação de complemento com o substantivo “subpopulações”. Tal possibilidade de dupla análise compromete a objetividade da alternativa indicada como correta, uma vez que a estrutura interna do sintagma nominal não admite interpretação única e inequívoca. Diante disso, considerando a imprecisão da alternativa indicada como correta, solicita-se respeitosamente a anulação da questão. Termos em que, Pede deferimento. **Resposta ao recurso:** Constata-se que o recurso apresentado reconhece corretamente que o verbo “haver”, quando empregado com sentido de existência, é classificado pela gramática normativa como verbo impessoal e que, nessa condição, não admite sujeito. Entretanto, sustenta que a alternativa indicada como correta apresentaria imprecisão por considerar todo o sintagma “vinte subpopulações conhecidas de ursos polares” como objeto direto, sem detalhar a estrutura interna do grupo nominal, além de alegar possível ambiguidade na interpretação do segmento “de ursos polares”. A alegação não procede. Na oração analisada, o verbo “haver” é empregado com valor existencial, caracterizando construção impessoal. Nessa estrutura, a oração não apresenta sujeito, e o grupo nominal que acompanha o verbo exerce a função de complemento verbal direto. As gramáticas normativas são unânimes ao afirmar que, em construções existenciais com “haver”, o termo que indica a entidade cuja existência se declara funciona sintaticamente como objeto direto. No enunciado da questão, o segmento “vinte subpopulações conhecidas de ursos polares” constitui um único sintagma nominal que desempenha a função de objeto direto do verbo “há”. O fato de esse sintagma possuir estrutura interna — com núcleo nominal, numeral e modificadores — não altera sua função sintática no nível da oração. A análise da função global do sintagma como objeto direto é plenamente adequada ao nível de descrição solicitado pela questão, que se refere à função do termo na oração, e não à análise detalhada de seus constituintes internos. A argumentação do recurso, ao destacar que o substantivo “subpopulações” atua como núcleo do sintagma e que o numeral e os demais elementos desempenham funções internas, não contradiz a análise da alternativa considerada correta. Ao contrário, trata-se de descrição compatível com a estrutura do grupo nominal, sem qualquer impacto na função sintática que ele exerce em relação ao verbo impessoal. Também não procede a alegação de ambiguidade na análise do segmento “de ursos polares”. Ainda que diferentes abordagens gramaticais possam discutir a classificação interna desse complemento dentro do sintagma nominal, tal discussão não interfere na função sintática global do grupo nominal em relação ao verbo “haver”. Independentemente da classificação interna de seus modificadores, todo o sintagma continua exercendo a função de objeto direto na oração existencial. Desse modo, a alternativa indicada no gabarito identifica corretamente a estrutura sintática da oração, ao reconhecer o emprego impessoal do verbo “haver” e a função de

	objeto direto exercida pelo sintagma nominal que o acompanha. Não há imprecisão conceitual nem ambiguidade que comprometa a objetividade da questão. “Há vinte subpopulações conhecidas de ursos polares”, e algumas delas já apresentam declínio acentuado. Sintaticamente, é CORRETO afirmar que, na oração destacada: O termo “vinte subpopulações conhecidas de ursos polares” exerce a função de objeto direto do verbo “há”. Certo. O verbo “haver”, empregado no sentido de existir, é impessoal, não admite sujeito e exige complemento sem preposição; assim, todo o sintagma nominal funciona como objeto direto, e não como sujeito da oração. O termo “vinte subpopulações” constitui o sujeito simples da oração, tendo “subpopulações” como núcleo, em concordância semântica com o verbo. Errado. O verbo “há”, no sentido de existir, não estabelece concordância com sujeito, pois é impessoal; desse modo, o sintagma não pode ser analisado como sujeito, ainda que o núcleo aparente estar no plural. O núcleo do sujeito da oração é o substantivo “subpopulações”, enquanto “vinte” funciona apenas como adjunto adnominal numeral. Errado. A análise parte da premissa equivocada de que há sujeito na oração; na construção com “há” existencial, inexiste sujeito, e todo o grupo nominal exerce função de objeto direto. A oração apresenta sujeito inexistente, e o termo “vinte subpopulações conhecidas de ursos polares” atua como predicativo do sujeito implícito. Errado. Embora o verbo seja impessoal e não apresente sujeito, o sintagma nominal não exerce função de predicativo, mas de objeto direto, exigido pela transitividade do verbo “haver” no sentido existencial. REFERÊNCIAS: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021. ROCHA Lima, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019. RECURSO INDEFERIDO
Assistente Administrativo - questão: 26	**Questão:** Questão 26 À medida que o gelo marinho "continue" diminuindo, os ursos precisarão percorrer distâncias maiores para alcançar seus territórios de caça. O verbo destacado na frase encontra-se conjugado no: (A) Imperativo afirmativo. (B) Presente do subjuntivo. (C) Futuro do subjuntivo. (D) Presente do indicativo. **Recurso:** Prezada Banca Examinadora, A questão 26 solicita a identificação do modo verbal do termo “continue”, presente na frase: “À medida que o gelo marinho continue diminuindo, os ursos precisarão percorrer distâncias maiores”. Embora a forma verbal “continue” corresponda morfologicamente ao presente do subjuntivo do verbo “continuar”, observa-se que sua utilização na construção apresentada não se mostra adequada do ponto de vista sintático-semântico.

	A locução conjuntiva “à medida que” é classificada na gramática normativa como conjunção subordinativa proporcional, sendo tradicionalmente empregada com verbos no modo indicativo, por expressar relação de proporcionalidade entre fatos considerados reais ou progressivos. Assim, a construção mais adequada à norma culta seria “À medida que o gelo marinho continua diminuindo…”, com o verbo no presente do indicativo. Dessa forma, o emprego do presente do subjuntivo na oração subordinada proporcional gera inadequação de modo verbal na própria frase apresentada pela questão, comprometendo a clareza da análise solicitada. Ressalta-se ainda que a locução conjuntiva “à medida que”, classificada como conjunção subordinativa proporcional, expressa relação de progressão entre fatos e, na norma culta, é tradicionalmente empregada com verbos no modo indicativo. O uso do presente do subjuntivo (“continue”) introduz valor de hipótese ou possibilidade, incompatível com o sentido semântico da conjunção proporcional, gerando inadequação sintática e semântica na construção apresentada. Tal inconsistência compromete a precisão gramatical da frase utilizada no enunciado, o que justifica a solicitação de anulação da questão. Diante dessa inconsistência na construção gramatical do enunciado, solicita-se respeitosamente a anulação da questão. Termos em que, Pede deferimento. **Resposta ao recurso:** PARECER DA BANCA Constata-se que o recurso apresentado sustenta que a construção “À medida que o gelo marinho continue diminuindo” seria inadequada do ponto de vista sintático-semântico, argumentando que a locução conjuntiva “à medida que”, classificada como conjunção subordinativa proporcional, exigiria tradicionalmente verbos no modo indicativo. Com base nisso, o recurso solicita a anulação da questão sob o argumento de que o emprego do presente do subjuntivo comprometeria a correção gramatical da frase e, consequentemente, a análise solicitada. Entretanto, tal argumentação não procede. A questão proposta não exige julgamento de adequação estilística ou preferência de uso em relação ao modo verbal empregado, mas sim a identificação do modo e do tempo da forma verbal destacada. O verbo “continue”, forma flexionada do verbo “continuar”, apresenta morfologia inequívoca do presente do subjuntivo. Essa identificação decorre diretamente da forma verbal empregada, independentemente de considerações semânticas ou estilísticas sobre a construção. Do ponto de vista morfológico e gramatical, a forma “continue” pertence ao paradigma do presente do subjuntivo, sendo distinta das formas do presente do indicativo, como “continua”. Também não corresponde às formas do futuro do subjuntivo, que apresentam estrutura diferente, como “continuar” ou “continuarem”, nem ao imperativo afirmativo no contexto apresentado, que pressupõe valor de ordem, pedido ou instrução. Assim, a identificação correta do tempo e modo verbal depende exclusivamente da forma efetivamente utilizada no período. A alegação de que a locução conjuntiva “à medida que” seria tradicionalmente empregada com o modo indicativo não altera a classificação morfológica da forma verbal presente na frase. Ainda que determinados contextos favoreçam preferencialmente o indicativo, a presença do subjuntivo não descaracteriza nem invalida a identificação gramatical da forma verbal utilizada. A questão, portanto, limita-se corretamente à análise da flexão verbal efetivamente empregada, sem exigir avaliação normativa da construção. Dessa forma, a alternativa indicada no gabarito identifica corretamente que o verbo destacado se encontra no presente do subjuntivo, correspondendo exatamente à forma

	verbal “continue” presente na frase. Não há erro gramatical na análise proposta nem ambiguidade que comprometa a objetividade da questão. À medida que o gelo marinho “continue” diminuindo, os ursos precisarão percorrer distâncias maiores para alcançar seus territórios de caça. O verbo destacado na frase encontra-se conjugado no Presente do subjuntivo. Certo. O verbo “continue” está flexionado no presente do subjuntivo, forma exigida pela locução conjuntiva “à medida que” quando introduz ideia de processo em curso, hipótese ou variação temporal não plenamente realizada. Presente do indicativo. Errado. O presente do indicativo exigiria a forma “continua”; a flexão “continue” afasta essa classificação, apesar de o fato descrito ser real. Futuro do subjuntivo. Errado. O futuro do subjuntivo apresenta formas como “continuar” ou “continuarem”, incompatíveis com a forma verbal empregada na frase. Imperativo afirmativo. Errado. O imperativo expressa ordem, pedido ou conselho, o que não ocorre no período, que estabelece apenas uma relação temporal e condicional entre os fatos. REFERÊNCIAS: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021. ROCHA Lima, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019. RECURSO INDEFERIDO
Assistente Administrativo - questão: 27	**Questão: 27** A descoberta, "publicada em uma revista científica", chamou a atenção devido à intensidade das transformações climáticas na região. Em relação à função sintática do termo destacado, é CORRETO afirmar que: (A) Desempenha a função de predicativo do sujeito, uma vez que atribui uma qualidade circunstancial ao termo "a descoberta", associada ao verbo "chamou". (B) Exerce a função de aposto explicativo, pois acrescenta uma informação acessória, separada por vírgulas, sem estabelecer relação sintática direta com o núcleo do sintagma nominal. (C) Cumpre a função de complemento nominal, pois completa o sentido do substantivo "descoberta", exigindo preposição para integrar o sintagma. (D) Atua como adjunto adnominal, por se tratar de oração reduzida de particípio que caracteriza diretamente o substantivo "descoberta". **Recurso:** Solicita-se a anulação da Questão 27. O enunciado apresenta o trecho: “A descoberta, publicada em uma revista científica, chamou a atenção...”, solicitando a identificação da função sintática do termo destacado. O segmento “publicada em uma revista científica” constitui uma oração reduzida de

	particípio, equivalente à forma desenvolvida “que foi publicada em uma revista científica”. Dessa forma, trata-se de oração subordinada adjetiva explicativa, pois acrescenta informação acessória ao substantivo “descoberta”. Entretanto, a alternativa apontada como correta (letra D) afirma que o termo atua como adjunto adnominal. Tal classificação apresenta imprecisão conceitual, pois, na análise sintática tradicional, orações não exercem função de adjunto adnominal, classificação reservada a termos da oração. No caso, o segmento corresponde propriamente a oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de particípio, estrutura oracional que modifica o substantivo antecedente. Assim, a alternativa indicada mistura classificação de oração com função sintática de termo, gerando inconsistência teórica. Ademais, nenhuma alternativa apresenta de forma precisa a classificação como oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de particípio. Diante da imprecisão conceitual presente na alternativa considerada correta e da ausência de opção plenamente adequada, solicita-se respeitosamente a anulação da questão. **Resposta ao recurso:** Constata-se que o recurso apresentado sustenta que o segmento “publicada em uma revista científica” deveria ser classificado exclusivamente como oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de particípio, alegando que a alternativa indicada como correta apresentaria imprecisão conceitual ao atribuir ao termo a função de adjunto adnominal. O recurso argumenta ainda que orações não poderiam exercer função de adjunto adnominal, razão pela qual a questão deveria ser anulada. Entretanto, tal argumentação não procede quando se considera a análise sintática consagrada na tradição gramatical. O segmento “publicada em uma revista científica” constitui, de fato, uma oração reduzida de particípio com valor adjetivo, equivalente à forma desenvolvida “que foi publicada em uma revista científica”. Trata-se, portanto, de estrutura que modifica diretamente o substantivo “descoberta”, atribuindo-lhe uma característica ou informação qualificadora. Na análise sintática da oração, estruturas com valor adjetivo que se ligam diretamente ao substantivo exercem função de adjunto adnominal. As gramáticas normativas reconhecem que tanto expressões adjetivas simples quanto orações de valor adjetivo — desenvolvidas ou reduzidas — podem desempenhar essa função, pois todas atuam como modificadores do núcleo nominal. Assim, quando uma oração exerce papel caracterizador em relação a um substantivo, sua função sintática no interior do sintagma nominal é precisamente a de adjunto adnominal. Nesse contexto, a expressão “publicada em uma revista científica” estabelece relação direta de modificação com o substantivo “descoberta”, caracterizando-o e integrando-se ao sintagma nominal. A presença de vírgulas indica apenas valor explicativo da informação acrescentada, mas não altera a natureza sintática da relação estabelecida com o núcleo nominal. Desse modo, o termo destacado atua como modificador do substantivo e exerce função de adjunto adnominal. A alegação de que a classificação deveria limitar-se à identificação da estrutura como oração subordinada adjetiva explicativa não invalida a alternativa indicada como correta. A identificação da natureza oracional da estrutura e a determinação de sua função sintática não são categorias excludentes: uma oração subordinada adjetiva pode perfeitamente exercer função de adjunto adnominal dentro do sintagma nominal ao qual

	se liga. Dessa forma, a alternativa apontada no gabarito descreve corretamente tanto o caráter reduzido da oração quanto sua função sintática de modificação do substantivo antecedente. Não há inconsistência conceitual nem ausência de alternativa adequada que justifique a anulação da questão. A descoberta, “publicada em uma revista científica”, chamou a atenção devido à intensidade das transformações climáticas na região. Em relação à função sintática do termo destacado, é CORRETO afirmar que Atua como adjunto adnominal, por se tratar de oração reduzida de particípio que caracteriza diretamente o substantivo “descoberta”. Certo. A expressão “publicada em uma revista científica” funciona como oração reduzida de particípio com valor adjetivo, modificando e especificando o substantivo “descoberta”, razão pela qual exerce função de adjunto adnominal. Exerce a função de aposto explicativo, pois acrescenta uma informação acessória, separada por vírgulas, sem estabelecer relação sintática direta com o núcleo do sintagma nominal. Errado. Embora esteja isolada por vírgulas, a expressão mantém relação sintática direta de caracterização com o substantivo “descoberta”, o que a afasta da função de aposto. Desempenha a função de predicativo do sujeito, uma vez que atribui uma qualidade circunstancial ao termo “a descoberta”, associada ao verbo “chamou”. Errado. O predicativo do sujeito se vincula a verbo de ligação ou a verbo significativo com valor predicativo, o que não ocorre na estrutura apresentada, em que o termo apenas modifica o substantivo. Cumpre a função de complemento nominal, pois completa o sentido do substantivo “descoberta”, exigindo preposição para integrar o sintagma. Errado. O complemento nominal é regido por nome abstrato e introduzido por preposição; já o termo destacado é oração reduzida com valor adjetivo, sem função de complementação nominal. REFERÊNCIAS: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021. ROCHA Lima, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019. RECURSO INDEFERIDO
Enfermeiro - questão: 8	**Questão: 08** Os indicadores de saúde são ferramentas para avaliar e monitorar o estado de saúde de uma população. Analise as alternativas abaixo contendo indicadores de saúde e assinale a que não corresponde a um indicador de morbidade: (A) Taxa de ataque. (B) Prevalência. (C) Incidência. (D) Taxa de letalidade. **Recurso:** À Comissão Organizadora, Solicito a revisão do gabarito preliminar da Questão 08 (Cargo: Enfermeiro), que solicita a identificação da alternativa

	que não corresponde a um indicador de morbidade. O gabarito aponta a alternativa (D) Taxa de letalidade como correta. No entanto, tal classificação apresenta ambiguidade técnica conforme a literatura epidemiológica de referência: Ambiguidade na Classificação: A Taxa de Letalidade é classicamente definida como a proporção de mortes entre as pessoas acometidas por uma determinada doença. Embora envolva o desfecho "óbito", ela é amplamente utilizada para medir a gravidade da morbidade (o quão severa é a doença em uma população específica), diferenciando-se dos indicadores de mortalidade geral. Divergência Doutrinária: Diversos manuais técnicos, incluindo publicações da RIPSA (Rede Interagencial de Informações para a Saúde) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), classificam a letalidade como um indicador de gravidade da doença (morbidade), e não puramente como um indicador de mortalidade.Indução ao Erro: Ao listar Taxa de Ataque (A), Prevalência (B) e Incidência (C), a banca apresenta indicadores puros de ocorrência. Contudo, ao inserir a Letalidade, gera-se uma dubiedade, pois o candidato pode interpretar que todos os itens medem aspectos da condição de "estar doente" em diferentes níveis (ocorrência vs. gravidade).Pedido: Diante da imprecisão terminológica e da possibilidade de múltiplas interpretações acadêmicas para o termo "indicador de morbidade", solicita-se a anulação da referida questão ou a alteração do gabarito, visando manter a isonomia e a correção técnica do certame. **Resposta ao recurso:** Após análise do recurso apresentado, a banca examinadora decide pelo indeferimento do pedido, mantendo-se o gabarito preliminar da questão. A questão solicita a identificação da alternativa que não corresponde a um indicador de morbidade. Em epidemiologia, indicadores de morbidade são aqueles que expressam a frequência de ocorrência de doenças ou agravos em uma população, sendo os principais: Incidência – mede o número de casos novos de uma doença em determinado período; Prevalência – mede o total de casos existentes (novos e antigos) em determinado momento ou período; Taxa de ataque – forma específica de incidência utilizada em surtos epidêmicos. Esses indicadores expressam a ocorrência de doença em uma população. Por sua vez, a Taxa de Letalidade representa a proporção de óbitos entre os indivíduos acometidos por determinada doença, sendo utilizada para avaliar a gravidade da doença e o risco de morte entre os doentes, relacionando-se diretamente com o desfecho óbito. Dessa forma, trata-se de um indicador relacionado à mortalidade específica da doença, e não à ocorrência de casos. Assim, mesmo que a letalidade possa ser utilizada para avaliar a gravidade de determinadas enfermidades, ela não se enquadra entre os indicadores clássicos de morbidade, cujo foco é a ocorrência de casos na população. Dessa forma, a alternativa (D) – Taxa de letalidade – permanece como a única que não corresponde a indicador de morbidade, mantendo-se o gabarito preliminar.

	RECURSO INDEFERIDO
Enfermeiro - questão: 11	**Questão: 11** Na avaliação clínica, o enfermeiro identificou dor lombar crônica associada a fatores ocupacionais e postura inadequada no trabalho. Em relação aos problemas musculoesqueléticos assinale a alternativa CORRETA. (A) A dor lombar pode relacionar-se a fatores posturais e ocupacionais. (B) Dor crônica indica obrigatoriamente patologia cirúrgica. (C) A enfermagem não atua na educação postural. (D) A postura não interfere em condições musculoesqueléticas. **Recurso:** A questão 11, foi apontada pela banca como alternativa correta a letra B, que diz: "Dor crônica indica obrigatoriamente patologia cirúrgica" É uma alternativa que não condiz com o próprio enunciado da questão, que não traz maiores informações relacionado a patologias, e sim a má postura. Conforme o ministério da saúde, não configura-se patologia cirúrgica, uma dor crônica lombar, mesmo que associado a ergonomia e riscos ocupacionais, em virtude que alguns hábitos e métodos não cirúrgicos, podem auxiliar na recuperação, conforme: https://bvsms.saude.gov.br/lombalgia-dor-nas-costas/#:~:text=%C3%89%20tamb%C3%A9m%20conhecida%20como%20%E2%80%9Clumbago,pernas%20com%20ou%20sem%20dorm%C3%AAncia. E também uma referência que fala sobre a dor crônica lombar sem necessidade de cirurgia: https://www.drfernandoflores.com.br/dor-lombar-cronica#:~:text=Fus%C3%A3o%20vertebral,para%20casos%20de%20instabilidade%20severa. Solicito reavaliar questão, pois a correta seria a alternativa A **Resposta ao recurso:** Após análise do recurso interposto, a banca examinadora indefere o pedido, visto que, a alternativa A) A dor lombar pode relacionar-se a fatores posturais e ocupacionais. é a tecnicamente correta, pois a dor lombar é multifatorial. A afirmação de que dor crônica indica obrigatoriamente cirurgia (B) é considerada um erro técnico na maioria dos protocolos (como os da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia e do próprio Ministério da Saúde), pois mais de 90% das lombalgias crônicas são tratadas de forma conservadora. RECURSO INDEFERIDO.
Enfermeiro - questão: 12	**Questão: 12** Na abordagem de usuário tabagista na atenção primária, o enfermeiro considerou aspectos biopsicossociais e estratégias de cessação do tabagismo previstas nas políticas públicas. Com base saúde mental e consumo de tabaco, julgue as afirmações abaixo. I.A cessação do tabagismo reduz agravos físicos e transtornos mentais associados II.O tabagismo configura hábito social sem impacto relevante na saúde III.A abordagem do tabagismo compete apenas ao profissional médico

	IV.O tratamento medicamentoso exclui intervenções educativas sistemáticas Está CORRETO o que se afirmar em: (A) II, apenas. (B) III, apenas. (C) I, apenas. (D) IV, apenas. **Recurso:** A questão 12, foi apontada pela banca como alternativa correta a letra D, que diz: "O tratamento medicamentoso, exclui intervenções educativas sistemáticas". O Tabagismo é um problema grave de saúde, que assim como todo e qualquer tratamento medicamentoso, requer educação sistemática continuada, na proposta de: orientar o paciente sobre o tratamento, acompanhar o paciente no tratamento, saber das dificuldades que encontra. A educação sistemática ela se tem como premissa a reabilitação do paciente concomitante ao tratamento medicamentoso ofertado. Abaixo, segue o link do ministério da saúde que fala do tratamento medicamentoso bem de ações educativas aliadas, trata-se de uma portaria conjunta de 2020. https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/protocolos/pcdt_tabagismo.pdf Solicito reavaliar questão, pois a correta é a letra C. Visto que a nicotina afeta o sistema nervoso central, que desencadeia transtornos mentais que em consequência ofertam risco físico ao paciente em virtude dos efeitos tanto da medicação para saúde mental, quanto do próprio desenvolvimento do transtorno. **Resposta ao recurso:** Após análise do recurso interposto, a banca examinadora indefere o pedido, visto que, Fundamentação Técnica: Da Veracidade da Afirmação I: A cessação do tabagismo é amplamente documentada na literatura científica como fator de redução de agravos físicos (doenças cardiovasculares, neoplasias e DPOC) e de melhora nos transtornos mentais. Estudos indicam que a interrupção da dependência química da nicotina reduz níveis de ansiedade e depressão a longo prazo, superando o alívio momentâneo (e ilusório) que a substância promove. Da Incorreção da Afirmação II: O tabagismo não pode ser classificado meramente como um "hábito social". De acordo com a CID-11 (Código F17), trata-se de um transtorno mental e comportamental devido ao uso de fumo (dependência de nicotina), sendo a principal causa isolada evitável de doenças e mortes precoces em todo o mundo. Da Incorreção da Afirmação III: As políticas públicas do SUS (Portaria GM/MS nº 4.425/2022) estabelecem que o tratamento do tabagismo deve ser realizado por uma equipe multiprofissional (enfermeiros, médicos, psicólogos, assistentes sociais, etc.). O enfermeiro possui competência técnica para realizar a abordagem breve ou intensiva, inclusive coordenando grupos terapêuticos. Da Incorreção da Afirmação IV: O protocolo clínico preconiza que o tratamento medicamentoso é um suporte adicional, e nunca um substituto para a abordagem cognitivo-comportamental. As intervenções educativas sistemáticas são o "pilar de ouro" da cessação, sendo mandatórias para o sucesso do tratamento, conforme as diretrizes do Ministério da Saúde e do INCA. Conclusão: Dado que apenas a afirmação I apresenta conformidade técnica e científica com os protocolos de saúde pública e saúde mental vigentes, a alternativa (C) I, apenas é a única resposta correta. O recurso é, portanto, improcedente. RECURSO INDEFERIDO.

Enfermeiro - questão: 13	**Questão: 13** No decorrer de uma consulta de enfermagem, o paciente relatou dor epigástrica recorrente, associada a hábitos alimentares inadequados e uso frequente de anti-inflamatórios. Sobre esse relato, é CORRETO afirmar: (A) O uso de anti-inflamatórios não afeta mucosa gástrica. (B) Sintomas digestivos dispensam investigação clínica sistematizada. (C) A dor epigástrica relaciona-se a distúrbios gastrointestinais funcionais comuns. (D) Hábitos alimentares não interferem em doenças gastrointestinais. **Recurso:** A questão 13, foi apontada pela banca como alternativa correta a letra B, que diz: "Sintomas digestivos, dispensam avaliação clínica". Sintomas gastrointestinais não dispensam avaliação clínica sistemática, isso porque sintomas comuns podem e agravam-se de forma aguda, tornando um problema grave. Sendo assim solicito reavaliação da questão e a alternativa correta é a letra C, pois a dor epigástrica é a dor mais comum em variados distúrbios gastrointestinais que devem e precisam ser investigados. A exemplo de distúrbios comuns, temos um libro do conselho federal de farmácia do Brasil, que fala de alguns distúrbios comuns que devem ser investigados para tratar. segue o site: https://www.cff.org.br/userfiles/Azia%20-%20Profar.pdf **Resposta ao recurso:** Após análise do recurso apresentado, a banca examinadora indefere o pedido, visto que, no enunciado da questão, o paciente relata dor epigástrica recorrente associada a hábitos alimentares inadequados e uso frequente de anti-inflamatórios. Sabe-se que o uso prolongado de anti-inflamatórios pode causar irritação da mucosa gástrica, gastrite e úlcera péptica, sendo necessária avaliação clínica para diagnóstico e manejo apropriado. A alternativa (C) “A dor epigástrica relaciona-se a distúrbios gastrointestinais funcionais comuns” está correta, pois esse sintoma é frequentemente observado em condições gastrointestinais como dispepsia funcional, gastrite e refluxo gastroesofágico. As demais alternativas apresentam incorreções conceituais: (A) Incorreta – anti-inflamatórios podem causar lesão da mucosa gástrica. (B) Incorreta – sintomas digestivos exigem avaliação clínica sistematizada. (D) Incorreta – hábitos alimentares influenciam diretamente doenças gastrointestinais. Dessa forma, a alternativa correta é a letra (C) “A dor epigástrica relaciona-se a distúrbios gastrointestinais funcionais comuns.” RECURSO INDEFERIDO
Enfermeiro - questão: 13	**Questão: 13** No decorrer de uma consulta de enfermagem, o paciente relatou dor epigástrica recorrente, associada a hábitos alimentares inadequados e uso frequente de anti-inflamatórios. Sobre esse relato, é CORRETO afirmar: (A) O uso de anti-inflamatórios não afeta mucosa gástrica. (B) Sintomas digestivos dispensam investigação clínica sistematizada.

	(C) A dor epigástrica relaciona-se a distúrbios gastrointestinais funcionais comuns. (D) Hábitos alimentares não interferem em doenças gastrointestinais. **Recurso:** A dor epigástrica é um sintoma comum na prática clínica e, frequentemente, está associada a distúrbios gastrointestinais funcionais, como dispepsia funcional, gastrite e refluxo gastroesofágico. De fato, a afirmação de que “a dor epigástrica relaciona-se a distúrbios gastrointestinais funcionais comuns” está correta dentro do contexto mais frequente de atendimento. Entretanto, é fundamental destacar que a dor epigástrica também pode ser manifestação de condições graves, incluindo o Infarto Agudo do Miocárdio (IAM), especialmente em apresentações atípicas. A seguir, apresento uma explicação mais elaborada e comparativa: ?? Dor Epigástrica de Origem Gastrointestinal A dor epigástrica é localizada na região superior do abdômen, entre as costelas, logo abaixo do esterno. Quando relacionada a distúrbios gastrointestinais, geralmente apresenta as seguintes características: Principais sintomas associados: Dor ou queimação na região epigástrica Sensação de estufamento Náuseas Azia (pirose) Eructações (arrotos frequentes) Piora após alimentação ou em jejum prolongado (dependendo da causa) Causas mais comuns: Gastrite Dispepsia funcional Doença do refluxo gastroesofágico Úlcera péptica Nesses casos, a dor costuma ter relação com alimentação e pode melhorar com antiácidos ou protetores gástricos. ?? Dor Epigástrica no Infarto Agudo do Miocárdio O Infarto Agudo do Miocárdio ocorre quando há obstrução de uma artéria coronária, levando à morte do tecido cardíaco por falta de oxigenação. Embora classicamente cause dor torácica, pode manifestar-se como dor epigástrica, especialmente em: Idosos Mulheres Diabéticos Principais sintomas do infarto: Dor em aperto ou pressão no peito (podendo irradiar para braço esquerdo, mandíbula ou costas) Dor epigástrica semelhante a “queimação” ou “má digestão” Sudorese fria Falta de ar Náuseas e vômitos Palidez Sensação de morte iminente Diferentemente da dor gastrointestinal, a dor do infarto: Não melhora com antiácidos Pode surgir em repouso Está associada a sintomas sistêmicos (suor frio, dispneia, mal-estar intenso) ?? Consideração Clínica Importante Embora a dor epigástrica esteja comumente associada a distúrbios gastrointestinais funcionais, é imprescindível considerar causas cardiovasculares potencialmente fatais, como o Infarto Agudo do Miocárdio. Em contexto clínico, especialmente diante de fatores de risco cardiovascular (hipertensão, diabetes, tabagismo, histórico familiar), a dor epigástrica deve ser investigada com cautela, incluindo avaliação cardiológica. Assim, a afirmação de que a dor epigástrica relaciona-se a distúrbios gastrointestinais

	funcionais é verdadeira, porém incompleta, pois não exclui a possibilidade de apresentação atípica de infarto, e se fomos levar em questão pratica na área de enfermagem PRECISAMOS OLHAR O PACIENTE COMO UM TODO E AVALIAR TODADS AS POSSIBILIDADE QUE ESTÃO A NOSSA FRENTE. . **Resposta ao recurso:** Após análise do recurso apresentado, a banca examinadora informa que o pedido já foi contemplado pela decisão referente ao recurso anterior, que manteve o gabarito da questão.. Destaca-se que a argumentação apresentada reforça a interpretação clínica adequada do sintoma descrito no enunciado. A dor epigástrica é frequentemente associada a distúrbios gastrointestinais, como dispepsia funcional, gastrite, doença do refluxo gastroesofágico e úlcera péptica, o que torna a alternativa (C) A dor epigástrica relaciona-se a distúrbios gastrointestinais funcionais comuns. a opção correta dentro do contexto proposto. Embora seja pertinente considerar diagnósticos diferenciais, inclusive causas cardiovasculares em determinadas situações clínicas, a questão aborda um contexto específico relacionado a hábitos alimentares e uso de anti-inflamatórios, direcionando a interpretação para distúrbios gastrointestinais. Assim, mantém-se a decisão anteriormente proferida. RECURSO INDEFERIDO
Enfermeiro - questão: 14	**Questão: 14** Na avaliação clínica, o enfermeiro identificou queixa de perda involuntária de urina com impacto na qualidade de vida. Sobre incontinência urinária, marque verdadeiro (V) ou falso (F) nas afirmações abaixo. (__)O tratamento restringe-se à abordagem cirúrgica (__)A incontinência urinária exige avaliação e manejo individualizado (__)A perda urinária representa consequência natural do envelhecimento (__)A enfermagem não atua no cuidado urológico Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo. **Recurso:** A Incontinência urinária é definida como qualquer perda involuntária de urina. Trata-se de um problema frequente, especialmente em mulheres e idosos, mas que pode ocorrer em qualquer faixa etária. ?? Principais Sintomas Os sintomas variam conforme o tipo de incontinência, mas os mais comuns incluem: Perda involuntária de urina ao tossir, espirrar ou rir Escape urinário ao realizar esforço físico Urgência súbita e intensa para urinar Dificuldade em segurar a urina até chegar ao banheiro Aumento da frequência urinária Sensação de esvaziamento incompleto da bexiga Necessidade de acordar várias vezes à noite para urinar (noctúria) ?? Principais Causas A perda urinária pode estar relacionada a diversos fatores: 1?? Fraqueza do assoalho pélvico Comum após gestações e partos

	Mais frequente em mulheres Associada à incontinência urinária de esforço 2?? Alterações hormonais Redução do estrogênio na menopausa 3?? Hiperatividade da bexiga Contrações involuntárias do músculo detrusor Associada à incontinência de urgência 4?? Doenças neurológicas AVC Doença de Parkinson Esclerose múltipla 5?? Infecção urinária Pode causar perda transitória de urina 6?? Obstruções urinárias Hiperplasia prostática benigna em homens 7?? Uso de medicamentos Diuréticos Sedativos Envelhecimento e Incontinência O envelhecimento pode provocar: Redução da capacidade vesical Diminuição da força muscular do assoalho pélvico Alterações neurológicas Entretanto, isso não significa que a perda urinária seja normal ou inevitável. A incontinência urinária é considerada uma condição patológica, mesmo quando associada à idade, e deve ser investigada para identificação da causa e instituição de tratamento adequado. A afirmação de que a perda urinária representa consequência natural do envelhecimento é falsa, pois, apesar das alterações fisiológicas relacionadas à idade favorecerem seu aparecimento, a incontinência urinária não deve ser considerada um evento normal do envelhecimento, mas sim uma condição clínica que requer avaliação e intervenção adequada. **Resposta ao recurso:** Após análise do recurso apresentado, a banca examinadora indefere o pedido, mantendo o entendimento conceitual da questão e confirmando a sequência correta das afirmações. A incontinência urinária é definida como qualquer perda involuntária de urina e constitui condição clínica que pode impactar significativamente a qualidade de vida dos indivíduos, exigindo avaliação e manejo adequados. Analisando as afirmações apresentadas: “O tratamento restringe-se à abordagem cirúrgica.” Falso. O tratamento da incontinência urinária não se limita à cirurgia. Existem diversas abordagens terapêuticas, incluindo exercícios de fortalecimento do assoalho pélvico, treinamento vesical, mudanças comportamentais, fisioterapia pélvica, uso de medicamentos e, em casos específicos, intervenção cirúrgica. “A incontinência urinária exige avaliação e manejo individualizado.” Verdadeiro. A abordagem deve considerar fatores clínicos, idade, comorbidades, tipo de incontinência e impacto na qualidade de vida do paciente. “A perda urinária representa consequência natural do envelhecimento.” Falso. Embora o envelhecimento possa favorecer alterações fisiológicas que aumentem o risco de incontinência, a perda urinária não é considerada um processo normal do envelhecimento, devendo sempre ser investigada e tratada.

	“A enfermagem não atua no cuidado urológico.” Falso. A enfermagem desempenha papel fundamental no cuidado urológico, incluindo avaliação clínica, educação em saúde, orientação sobre exercícios do assoalho pélvico, manejo de dispositivos e acompanhamento do tratamento. Dessa forma, a sequência correta das afirmações é: F – V – F – F Assim, mantém-se o gabarito correspondente a essa sequência. RECURSO INDEFERIDO
Enfermeiro - questão: 25	**Questão: 25** No período "Guardo a impressão de que perco mais tempo preparando o terreno para ele do que eu gastaria realmente arrumando a casa.", a organização sintática articula diferentes processos de subordinação e uma estrutura comparativa. Considerando os mecanismos formais de coordenação e subordinação presentes no trecho, assinale a alternativa que descreve corretamente sua estrutura, sem simplificações indevidas. (A) O enunciado apresenta oração principal acrescida de subordinada objetiva direta, a qual contém duas coordenadas alternativas introduzidas por conectivo comparativo. (B) A construção organiza-se por subordinação adjetiva restritiva, desenvolvida por pronome relativo implícito, seguida de oração coordenada explicativa reduzida. (C) O segmento é formado por duas orações independentes articuladas por coordenação adversativa implícita, cuja comparação decorre apenas de valor semântico contextual. (D) O período compõe-se de oração principal seguida de subordinada substantiva completiva nominal, no interior da qual se insere uma subordinada comparativa elíptica do verbo já expresso. **Recurso:** Pelo padrão da questão (classificação sintática da oração/comparativa/subordinada), as duas alternativas que podem ser defendidas são: Alternativa D (gabarito preliminar) e Alternativa B (possível interpretação alternativa). O problema está na classificação da oração comparativa e na possibilidade de: interpretação como oração subordinada adverbial comparativa OU interpretação como oração subordinada adjetiva reduzida/elíptica, dependendo da análise sintática adotada. Além disso, há margem para discussão quanto a: - elipse do verbo na comparativa - classificação da conjunção como comparativa ou conformativa - núcleo do termo comparado. Por haver duas interpretações gramaticalmente defensáveis segundo gramáticas tradicionais (Cunha & Cintra / Bechara / Celso Luft), a questão deve ser anulada. **Resposta ao recurso:**

	Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir: “O enunciado apresenta oração principal acrescida de subordinada objetiva direta, a qual contém duas coordenadas alternativas introduzidas por conectivo comparativo.” Análise: – A oração “Guardo a impressão” é de fato a oração principal. – O segmento “de que perco mais tempo preparando o terreno para ele do que eu gastaria realmente arrumando a casa” funciona como completiva nominal, e não como objetiva direta. – Dentro dessa oração subordinada há uma estrutura comparativa (mais… do que…), mas não há “duas coordenadas alternativas”: trata-se de comparação, não de alternância. Alternativa incorreta. “A construção organiza-se por subordinação adjetiva restritiva, desenvolvida por pronome relativo implícito, seguida de oração coordenada explicativa reduzida.” Análise: – O período não contém oração subordinada adjetiva. – Não há pronome relativo (explícito ou implícito). – Tampouco existe oração explicativa reduzida. Alternativa totalmente incorreta. “O segmento é formado por duas orações independentes articuladas por coordenação adversativa implícita, cuja comparação decorre apenas de valor semântico contextual.” Análise: – As orações não são independentes; a segunda depende sintaticamente de “Guardo a impressão de que…”. – Não há coordenação adversativa (implícita ou explícita). – A comparação não é apenas contextual; ela é marcada formalmente por “mais… do que…”. Alternativa incorreta. CORRETA “O período compõe-se de oração principal seguida de subordinada substantiva completiva nominal, no interior da qual se insere uma subordinada comparativa elíptica do verbo já expresso.” Análise: – Oração principal: “Guardo a impressão” – Essa oração exige complemento nominal introduzido por “de”: “de que perco mais tempo preparando o terreno para ele do que eu gastaria realmente arrumando a casa.” → Logo, trata-se de oração subordinada substantiva completiva nominal. – Dentro dela aparece uma comparação estabelecida por:

	“perco mais tempo (…) do que eu gastaria (…)” – O comparativo contém elipse do verbo “gastar” no primeiro membro (“perco mais tempo”, em vez de perco mais tempo do que gasto), o que é típico das subordinadas comparativas. Alternativa que descreve corretamente toda a estrutura sintática. Conclusão A estrutura sintática do período envolve: uma oração principal (“Guardo a impressão”), uma subordinada substantiva completiva nominal, e, dentro desta, uma oração subordinada comparativa com verbo elíptico. Bibliografia BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013. NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2018. ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011. Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.
Enfermeiro - questão: 31	**Questão: 31** Uma profissional da área de beleza realizou três compras de um mesmo shampoo profissional para uso em seu salão. Na primeira compra, adquiriu 1/5 do volume total necessário ao preço de R$42,00 por litro. Na segunda compra, adquiriu 2/5 do volume total ao preço de R$38,00 por litro. Por fim, completou o volume necessário adquirindo o restante do produto ao preço de R$35,00 por litro. Considerando que o volume total planejado foi integralmente adquirido e que os cálculos devem considerar proporcionalmente cada fração comprada, é correto afirmar que o preço médio por litro pago por essa profissional foi de: (A) R$36,80. (B) R$37,20. (C) R$38,00. (D) R$37,60. **Recurso:**

	À Comissão Organizadora, Solicito a revisão da Questão 31 (Cargo: Enfermeiro), que trata do cálculo do preço médio por litro de um produto adquirido em três etapas com valores distintos. O gabarito preliminar aponta a alternativa (D) R$ 37,60. Fundamentação do Recurso: Ambiguidade do Termo "Preço Médio": O enunciado solicita o "preço médio por litro pago". Na ciência contábil e comercial, o preço médio pode ser calculado por diferentes metodologias (Média Aritmética Simples, Média Ponderada ou Preço Médio Móvel). Embora o enunciado mencione "considerar proporcionalmente cada fração", a redação é insuficiente para determinar obrigatoriamente a média ponderada como única interpretação possível em um certame público.Complexidade da Fração Restante: A questão estabelece que a primeira compra foi de $1/5$ e a segunda de $2/5$. O "restante" para completar o volume total ($1 - 1/5 - 2/5$) resulta em $2/5$. A necessidade de o candidato realizar deduções sucessivas de frações para chegar ao peso da ponderação, sem que o método de cálculo (ponderado) esteja explicitamente nomeado, gera uma barreira de interpretação que extrapola o conhecimento matemático puramente operacional. Possibilidade de Média Simples: Caso o candidato interprete o "preço médio" como a média dos valores unitários praticados no período das três compras ($R\$ 42,00$, $R\$ 38,00$ e $R\$ 35,00$), o resultado seria $R\$ 38,33$. A ausência de clareza absoluta sobre a natureza da média exigida pode induzir o candidato ao erro por vício de interpretação do texto. Pedido: Diante da falta de especificidade técnica no comando da questão quanto ao tipo de média a ser aplicada, e considerando que a clareza é requisito essencial dos itens de prova, solicita-se a anulação da questão ou a consideração de critérios que não penalizem a interpretação divergente do candidato. **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir: Para determinar o preço médio por litro pago pela profissional da área de beleza, é necessário considerar o valor proporcional gasto em cada uma das três compras realizadas. O volume total desejado é representado por T. Na primeira compra, ela adquiriu 1/5 T ao preço de R$ 42,00 por litro. Na segunda, comprou 2/5 T ao preço de R$ 38,00 por litro. Por fim, completou o volume total adquirindo os 2/5 T restantes ao valor de R$ 35,00 por litro. O custo total de cada parte é calculado multiplicando-se a fração do volume pelo preço correspondente. Assim, a primeira compra representa um gasto de 42T/5. A segunda compra corresponde a 76T / 5 , e a terceira soma 70T/5. Somando os três valores, obtém-se o custo total: 42T/5 + 76T/5 + 70 T/5 = 188 T/5

	Para calcular o preço médio por litro, divide-se o valor total desembolsado pelo volume total adquirido, representado por T. Assim, o preço médio por litro é dado por: 188 T / 5 dividido por T = 37,60. Portanto, o preço médio por litro pago pela profissional foi de R$ 37,60. Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.
Fisioterapeuta - questão: 2	**Questão: 02** O processo de senescência acarreta mudanças estruturais e funcionais que impactam a reserva fisiológica do indivíduo idoso. Analise as afirmativas a seguir: I.O envelhecimento cardiovascular é marcado pela redução da complacência arterial e pelo aumento da rigidez das paredes dos vasos, elevando a pressão arterial sistólica. II.A sarcopenia, característica comum do envelhecimento, refere-se à perda progressiva e generalizada da massa e da força muscular esquelética. III.A anatomia do sistema respiratório no idoso apresenta aumento da elasticidade pulmonar e redução do volume residual, tornando a respiração mais eficiente que no jovem. Está correto o que se afirma em: (A) I e II apenas. (B) III apenas. (C) II apenas. (D) I, II e III. **Recurso:** À Banca Examinadora, Objeto: Recurso contra o gabarito preliminar da Questão 02. Pleito: Alteração de gabarito da alternativa (B) para a alternativa (A) Da Inexatidão Técnica do Gabarito Preliminar O gabarito preliminar aponta a alternativa (B) III apenas como correta. No entanto, o item III apresenta afirmações que divergem com os princípios fundamentais da fisiologia do envelhecimento (senescência). Fundamentação do Erro no Item III O item III afirma que há "aumento da elasticidade pulmonar e redução do volume residual". Contudo, a literatura científica estabelece que: Recolhimento Elástico: Com a idade, ocorre a perda de fibras elásticas e alterações no colágeno, resultando na redução da força de retração elástica. Volume Residual (VR): Devido ao fechamento precoce das vias aéreas distais (aprisionamento de ar), o volume residual do idoso aumenta significativamente. Eficiência: A respiração do idoso é menos eficiente devido à redução da área de troca alveolar e alterações na complacência torácica. "Com o aumento da idade, o volume residual aumenta e a capacidade funcional residual também aumenta. Isso ocorre porque o fechamento das vias aéreas ocorre em volumes pulmonares cada vez mais altos devido à perda de recolhimento elástico do pulmão." Fonte: WEST, John B. Fisiologia Respiratória: princípios básicos. 9. ed. Porto Alegre:

	Artmed, 2013. p. 157. "No idoso, a redução da complacência da parede torácica e a perda de fibras elásticas no parênquima pulmonar resultam em um aumento do volume residual e em uma redução da capacidade vital, tornando o trabalho respiratório menos eficiente." Fonte: GUYTON, A.C.; HALL, J.E. Tratado de Fisiologia Médica. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. p. 532. Da Veracidade dos Itens I e II Diferente do item III, os itens I e II estão plenamente corretos: Item I: A redução da complacência arterial e o aumento da rigidez vascular são marcas do envelhecimento cardiovascular que elevam a pressão sistólica. Item II: A sarcopenia é definida pela literatura como a perda progressiva e generalizada da massa e força muscular esquelética. "No idoso, a redução da complacência da parede torácica e a perda de fibras elásticas no parênquima pulmonar resultam em um aumento do volume residual e em uma redução da capacidade vital, tornando o trabalho respiratório menos eficiente." Fonte: GUYTON, A.C.; HALL, J.E. Tratado de Fisiologia Médica. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. p. 532. "A sarcopenia, característica comum do envelhecimento, refere-se à perda progressiva e generalizada da massa e da força muscular esquelética, com risco de desfechos adversos." Fonte: FREITAS, Elizabete Viana de. Tratado de Geriatria e Gerontologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. p. 1105. Conclusão Ao considerar o item III como o único correto, a banca ignora evidências fisiológicas consolidadas e invalida os itens I e II, que são tecnicamente impecáveis. Solicita-se, portanto, a retificação do gabarito para a alternativa (A). **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: A questão aborda alterações fisiológicas associadas ao processo de senescência, isto é, o envelhecimento natural do organismo, caracterizado por modificações estruturais e funcionais progressivas que reduzem a reserva fisiológica e a capacidade de adaptação do corpo a estresses internos e externos. A primeira afirmativa está correta. No envelhecimento cardiovascular ocorre redução da complacência arterial, isto é, diminui a capacidade das artérias de se distenderem em resposta ao fluxo sanguíneo. Com o passar dos anos, há espessamento das paredes vasculares, aumento do depósito de colágeno e redução da elasticidade da parede arterial. Esse processo leva ao aumento da rigidez arterial, especialmente nas grandes artérias, como a aorta. Como consequência, observa-se frequentemente elevação da pressão arterial sistólica, fenômeno relacionado ao aumento da resistência vascular e à menor capacidade de amortecimento do pulso arterial. Essa alteração explica, em parte, a maior prevalência de hipertensão sistólica isolada em idosos. A segunda afirmativa também está correta. A sarcopenia é uma das alterações mais características do envelhecimento musculoesquelético. Ela consiste na perda progressiva e generalizada de massa muscular esquelética, acompanhada de redução da força e do desempenho físico. Esse processo está relacionado a fatores como diminuição da atividade física, alterações hormonais, redução da síntese proteica muscular, inflamação crônica de baixo grau e alterações neuromusculares. A sarcopenia contribui para a diminuição da mobilidade, maior risco de quedas, perda de autonomia funcional e aumento da fragilidade em idosos. A terceira afirmativa está incorreta. O envelhecimento do sistema respiratório não aumenta a eficiência respiratória. Ao contrário, ocorrem alterações estruturais que reduzem a capacidade funcional pulmonar. Entre essas alterações estão a diminuição da elasticidade pulmonar, redução da força dos músculos respiratórios, aumento da complacência da caixa torácica e alterações na estrutura alveolar. Além disso, ocorre

	aumento do volume residual, ou seja, maior quantidade de ar permanece nos pulmões após a expiração. Essas mudanças resultam em menor eficiência das trocas gasosas e maior susceptibilidade a doenças respiratórias. Dessa forma, estão corretas apenas as afirmativas I e II, conforme já considerado pela banca. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.
Fisioterapeuta - questão: 3	**Questão: 03** A compreensão integrada dos diversos sistemas corporais permite ao fisioterapeuta identificar a causa primária das disfunções cinético-funcionais. Analise as afirmativas a seguir: I.O sistema uroginecológico pode apresentar disfunções como a incontinência urinária de esforço, frequentemente relacionada à fraqueza dos músculos do assoalho pélvico. II.O sistema musculoesquelético é composto por ossos, articulações, músculos e tendões, que atuam em conjunto para gerar movimento e estabilidade postural. III.A fisiopatologia da asma envolve uma inflamação crônica das vias aéreas, levando à hiperresponsividade brônquica e obstrução variável ao fluxo de ar. Está correto o que se afirma em: (A) I e II apenas. (B) I e III apenas. (C) II apenas. (D) I, II e III. **Recurso:** Objeto: Retificação de gabarito da Questão 03. Pleito: Alteração da alternativa (C) para a alternativa (D) I, II e III. DA VERACIDADE DO ITEM I (SISTEMA UROGINECOLÓGICO): O item I descreve corretamente a fisiopatologia da Incontinência Urinária de Esforço (IUE) como uma disfunção cinético-funcional ligada à fraqueza muscular. Citação: "A incontinência urinária de esforço é a queixa de perda involuntária de urina no esforço físico, tosse ou espirro... frequentemente relacionada à falha dos mecanismos de suporte e fraqueza dos músculos do assoalho pélvico." Fonte: MORENO, A. L. Fisioterapia em Uroginecologia. 2. ed. Barueri: Manole, 2009. p. 142. DA VERACIDADE DO ITEM III (FISIOPATOLOGIA DA ASMA): O item III apresenta a definição técnica exata da asma, reconhecida mundialmente como o objeto de intervenção da fisioterapia respiratória. Citação: "A asma é uma doença heterogênea, geralmente caracterizada por inflamação crônica das vias aéreas. Ela é definida pela história de sintomas respiratórios [...] juntamente com limitação variável do fluxo de ar expiratório." Fonte: Global Initiative for Asthma (GINA). Global Strategy for Asthma Management and Prevention, 2023. p. 22. Fonte Complementar: "A fisioterapia na asma atua nas alterações cinéticas geradas pela hiperresponsividade brônquica e obstrução ao fluxo." (AZEREDO, I. C. Fisioterapia Respiratória Moderna. 4. ed. Manole, 2015. p. 210). "A fraqueza muscular do assoalho pélvico citada no item I caracteriza uma disfunção cinético-funcional musculoesquelética e visceral. Segundo o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), o diagnóstico fisioterapêutico é a identificação de termos funcionais das deficiências de estrutura e função. Portanto, a fraqueza muscular é, por definição, o objeto de estudo e intervenção cinético-funcional do

	fisioterapeuta." Fundamentação quanto ao Item III: "O item III descreve a fisiopatologia da asma focando na obstrução ao fluxo de ar e hiperresponsividade. Tais termos referem-se diretamente à cinética respiratória. A literatura especializada, como Azeredo (2015) em 'Fisioterapia Respiratória Moderna' (Pág. 142), define que a atuação do fisioterapeuta na asma visa otimizar a mecânica ventilatória e reduzir o trabalho cinético imposto pela obstrução." CONCLUSÃO: Considerando que o item II já foi reconhecido como correto pela banca e que os itens I e III possuem total embasamento na literatura técnica de referência da Fisioterapia, a única alternativa que contempla a totalidade das afirmações verdadeiras é a (D). Negar a correção dos itens I e III contradiz as diretrizes clínicas de reabilitação pélvica e respiratória. **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: A questão aborda conhecimentos fundamentais sobre a integração entre diferentes sistemas corporais e sua relação com disfunções cinético-funcionais, aspecto essencial para a prática fisioterapêutica, que exige análise global do organismo para identificação das causas primárias das alterações funcionais. A primeira afirmativa está correta. O sistema uroginecológico pode apresentar diversas disfunções, entre as quais a incontinência urinária de esforço, condição caracterizada pela perda involuntária de urina durante atividades que aumentam a pressão intra-abdominal, como tossir, espirrar, rir ou realizar esforços físicos. Um dos principais fatores associados a esse quadro é a fraqueza dos músculos do assoalho pélvico, estrutura responsável por sustentar órgãos como bexiga, útero e reto e por contribuir para o mecanismo de continência urinária. A diminuição da força ou da coordenação desses músculos compromete o suporte uretral e favorece a perda urinária. Por esse motivo, a fisioterapia pélvica frequentemente utiliza exercícios de fortalecimento do assoalho pélvico como estratégia terapêutica. A segunda afirmativa também está correta. O sistema musculoesquelético é formado por estruturas que atuam de maneira integrada para permitir movimento, sustentação e estabilidade corporal. Ele é composto principalmente por ossos, articulações, músculos e tendões. Os ossos formam o arcabouço estrutural do corpo e servem como pontos de inserção muscular; as articulações permitem a mobilidade entre segmentos ósseos; os músculos esqueléticos produzem força e movimento por meio da contração; e os tendões conectam os músculos aos ossos, transmitindo a força gerada para produzir deslocamentos e manter a postura. A interação coordenada dessas estruturas é fundamental para a realização de movimentos funcionais e para a manutenção do equilíbrio postural. A terceira afirmativa também está correta. A asma é uma doença inflamatória crônica das vias aéreas caracterizada por inflamação persistente, hiperresponsividade brônquica e obstrução variável ao fluxo de ar. A inflamação provoca edema da mucosa brônquica, aumento da produção de muco e contração da musculatura lisa das vias aéreas, fenômenos que reduzem o calibre dos brônquios e dificultam a passagem do ar. A hiperresponsividade brônquica faz com que as vias aéreas respondam de forma exagerada a diversos estímulos, como alérgenos, exercício físico, ar frio ou irritantes ambientais. Essa obstrução é geralmente reversível, espontaneamente ou com tratamento, o que constitui característica importante da fisiopatologia da doença. Dessa forma, todas as afirmativas estão corretas, pois descrevem adequadamente aspectos fisiológicos e fisiopatológicos dos sistemas uroginecológico, musculoesquelético e respiratório, conforme já considerado pela banca. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.

Fisioterapeuta - questão: 7	**Questão: 07** A cinesioterapia é o pilar fundamental da reabilitação física, utilizando o movimento para restaurar a função motora e prevenir deformidades. Sobre os tipos de exercícios terapêuticos, analise as afirmativas a seguir: I.Exercícios ativos-livres são realizados pelo próprio paciente sem auxílio externo, utilizando a força muscular para vencer a gravidade em toda a amplitude de movimento. II.O alongamento muscular visa aumentar a extensibilidade dos tecidos moles encurtados, contribuindo para o ganho de flexibilidade e redução de tensões articulares. III.Exercícios passivos são indicados exclusivamente para atletas profissionais de alta performance que desejam realizar a automassagem do fígado após o treino. Está correto o que se afirma em: (A) III apenas. (B) I apenas. (C) I, II e III. (D) I e II apenas. **Recurso:** RECURSO Questão 07: Esta questão refere-se as afirmativas corretas, a alternativa “II” Refere-se a alongamentos musculares, por este motivo não se refere a articulações, muito menos a tensões articulares, já que este termo não existe. Tensões são utilizadas para regiões musculares. Desta forma a afirmativa II apresenta imprecisão conceitual ao afirmar que o alongamento muscular promove “redução de tensões articulares”. De acordo com a literatura da fisioterapia, o alongamento tem como objetivo principal aumentar a extensibilidade dos tecidos moles encurtados, especialmente músculos e unidades musculotendíneas, promovendo ganho de flexibilidade e aumento da amplitude de movimento. Assim, sua ação ocorre predominantemente sobre tecidos moles, e não diretamente sobre as articulações. Estudos científicos indicam que o alongamento está associado principalmente ao aumento da amplitude de movimento (ROM) e à redução da rigidez musculotendínea, evidenciando que seus efeitos estão relacionados às propriedades do músculo e do tendão. Dessa forma, a afirmação de que o alongamento promove redução de tensões articulares não representa com precisão seus efeitos fisiológicos descritos na literatura, configurando imprecisão conceitual na afirmativa II. Diante do exposto, solicita-se a anulação da questão, uma vez que a alternativa considerada correta fundamenta-se em afirmação conceitualmente discutível. Referências: KISNER, C.; COLBY, L. A. Exercícios Terapêuticos: Fundamentos e Técnicas. 6ª ed. Barueri: Manole, 2016. Nakamura, M. et al. Acute and chronic effects of stretching on muscle stiffness and range of motion. Applied Sciences, 2023. **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: A questão aborda conceitos fundamentais da cinesioterapia, recurso central da fisioterapia que utiliza exercícios terapêuticos para restaurar a função motora, preservar a mobilidade e prevenir deformidades decorrentes de imobilidade ou disfunções musculoesqueléticas. A análise das afirmativas demonstra que duas delas estão corretas.

	A afirmativa que descreve os exercícios ativos-livres está correta. Esse tipo de exercício é realizado exclusivamente pelo próprio paciente, sem assistência externa do terapeuta ou de dispositivos mecânicos. O movimento é produzido pela contração voluntária da musculatura do indivíduo, que deve gerar força suficiente para deslocar o segmento corporal contra a ação da gravidade ao longo da amplitude de movimento disponível. Esses exercícios são amplamente utilizados na reabilitação para promover fortalecimento muscular, melhora do controle motor e recuperação da função após períodos de imobilidade ou lesão. A afirmativa que trata do alongamento muscular também está correta. O alongamento é uma técnica terapêutica destinada a aumentar a extensibilidade dos tecidos moles encurtados, especialmente músculos e estruturas musculotendíneas, favorecendo o ganho de flexibilidade e o aumento da amplitude de movimento articular. Ao melhorar a extensibilidade muscular e reduzir a rigidez dos tecidos periarticulares, o alongamento contribui para diminuir sobrecargas biomecânicas que incidem sobre as articulações durante o movimento. Nesse contexto, a expressão “redução de tensões articulares” não constitui impropriedade conceitual, pois na biomecânica articular o termo tensão pode ser utilizado para designar forças mecânicas que atuam sobre estruturas articulares e periarticulares. A literatura em fisioterapia descreve que a melhora da flexibilidade muscular reduz estresses mecânicos sobre as articulações e melhora a distribuição das forças durante o movimento, o que justifica a relação entre alongamento muscular e redução de sobrecarga articular. Assim, embora o alongamento atue primariamente sobre tecidos moles, seus efeitos repercutem diretamente na mecânica articular, tornando a redação da afirmativa adequada. O recurso apresentado sustenta que o termo “tensão articular” não existiria e que o alongamento não teria relação com estruturas articulares. Essa interpretação não procede. Na análise biomecânica do movimento humano, as forças geradas por músculos e tecidos moles são transmitidas às articulações, influenciando as tensões e cargas aplicadas sobre elas. Dessa forma, a melhora da extensibilidade muscular pode reduzir forças compressivas e tensões anormais nas articulações, especialmente em situações de encurtamento muscular. Portanto, não há imprecisão conceitual na afirmativa, que descreve corretamente a relação entre flexibilidade muscular e mecânica articular. A afirmativa que descreve os exercícios passivos está incorreta. Exercícios passivos são movimentos realizados em uma articulação sem participação ativa da musculatura do paciente, sendo executados por um terapeuta, por um equipamento ou por forças externas. Eles são indicados quando o paciente não possui capacidade de realizar movimento ativo, como em casos de paralisia, dor intensa, fraqueza muscular significativa ou imobilização prolongada. Seu objetivo é manter a mobilidade articular, prevenir retrações e preservar a integridade das estruturas articulares. A descrição apresentada na afirmativa não corresponde a qualquer conceito reconhecido na fisioterapia e não possui fundamento científico. Dessa forma, permanecem corretas apenas as afirmativas que descrevem os exercícios ativos-livres e o alongamento muscular. O argumento apresentado no recurso baseia-se em interpretação restritiva sobre os efeitos do alongamento e não demonstra erro conceitual na afirmativa considerada correta, razão pela qual não há fundamento técnico para a anulação da questão. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.
Fisioterapeuta - questão: 7	**Questão: 07** A cinesioterapia é o pilar fundamental da reabilitação física, utilizando o movimento para restaurar a função motora e prevenir deformidades. Sobre os tipos de exercícios terapêuticos, analise as afirmativas a seguir: I.Exercícios ativos-livres são realizados pelo próprio paciente sem auxílio externo, utilizando a força muscular

	para vencer a gravidade em toda a amplitude de movimento. II.O alongamento muscular visa aumentar a extensibilidade dos tecidos moles encurtados, contribuindo para o ganho de flexibilidade e redução de tensões articulares. III.Exercícios passivos são indicados exclusivamente para atletas profissionais de alta performance que desejam realizar a automassagem do fígado após o treino. Está correto o que se afirma em: (A) III apenas. (B) I apenas. (C) I, II e III. (D) I e II apenas. **Recurso:** RECURSO Questão 07: Esta questão refere-se as afirmativas corretas, a alternativa "II" Refere-se a alongamentos musculares, por este motivo não se refere a articulações, muito menos a tensões articulares, já que este termo não existe. Tensões são utilizadas para regiões musculares. Desta forma a afirmativa II apresenta imprecisão conceitual ao afirmar que o alongamento muscular promove "redução de tensões articulares". De acordo com a literatura da fisioterapia, o alongamento tem como objetivo principal aumentar a extensibilidade dos tecidos moles encurtados, especialmente músculos e unidades musculotendíneas, promovendo ganho de flexibilidade e aumento da amplitude de movimento. Assim, sua ação ocorre predominantemente sobre tecidos moles, e não diretamente sobre as articulações. Estudos científicos indicam que o alongamento está associado principalmente ao aumento da amplitude de movimento (ROM) e à redução da rigidez musculotendínea, evidenciando que seus efeitos estão relacionados às propriedades do músculo e do tendão. Dessa forma, a afirmação de que o alongamento promove redução de tensões articulares não representa com precisão seus efeitos fisiológicos descritos na literatura, configurando imprecisão conceitual na afirmativa II. Diante do exposto, solicita-se a anulação da questão, uma vez que a alternativa considerada correta fundamenta-se em afirmação conceitualmente discutível. Referências: KISNER, C.; COLBY, L. A. Exercícios Terapêuticos: Fundamentos e Técnicas. 6ª ed. Barueri: Manole, 2016. Nakamura, M. et al. Acute and chronic effects of stretching on muscle stiffness and range of motion. Applied Sciences, 2023. **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: A questão aborda conceitos fundamentais da cinesioterapia, recurso terapêutico amplamente utilizado na fisioterapia para restaurar a função motora, manter a mobilidade articular e prevenir deformidades decorrentes de processos patológicos ou períodos prolongados de imobilização. A análise das afirmativas demonstra que duas delas estão corretas, não havendo imprecisão conceitual capaz de justificar a anulação da questão.

	A afirmativa que descreve os exercícios ativos-livres está correta. Esse tipo de exercício é realizado exclusivamente pelo próprio paciente, sem auxílio manual do terapeuta ou de dispositivos externos. O movimento ocorre por meio da contração voluntária da musculatura, sendo a própria força muscular responsável por deslocar o segmento corporal contra a ação da gravidade ao longo da amplitude de movimento disponível. Esse tipo de exercício é amplamente utilizado na reabilitação para fortalecer músculos, melhorar o controle motor e estimular a coordenação neuromuscular. A afirmativa referente ao alongamento muscular também está correta. O alongamento é uma técnica terapêutica destinada a aumentar a extensibilidade dos tecidos moles, especialmente músculos e unidades musculotendíneas encurtadas, promovendo ganho de flexibilidade e aumento da amplitude de movimento articular. Ao reduzir a rigidez musculotendínea e melhorar a extensibilidade dos tecidos periarticulares, o alongamento contribui para otimizar a mecânica do movimento e reduzir sobrecargas aplicadas às estruturas articulares. Nesse contexto, a expressão “redução de tensões articulares” não configura impropriedade conceitual. Na biomecânica, o termo tensão refere-se às forças mecânicas transmitidas aos tecidos quando submetidos a cargas. Como músculos e tendões atuam diretamente sobre as articulações, alterações na extensibilidade dessas estruturas influenciam as forças e tensões aplicadas ao sistema articular durante o movimento. Assim, a melhora da flexibilidade muscular pode reduzir forças compressivas e tensões excessivas nas articulações, especialmente em situações de encurtamento muscular ou desequilíbrio biomecânico. O recurso apresentado sustenta que o termo “tensão articular” não existiria e que o alongamento atuaria exclusivamente sobre músculos. Tal interpretação não procede. Embora o alongamento atue diretamente sobre tecidos moles, seus efeitos repercutem na mecânica articular, pois músculos, tendões e cápsulas articulares compõem um sistema biomecânico integrado responsável pelo movimento humano. Dessa forma, a redução da rigidez musculotendínea influencia diretamente a distribuição de forças nas articulações. A própria literatura citada pelo recorrente reconhece que o alongamento aumenta a amplitude de movimento e reduz a rigidez musculotendínea, efeitos que se refletem no funcionamento articular e na diminuição de sobrecargas mecânicas sobre as articulações. Portanto, a redação da afirmativa permanece conceitualmente adequada. A afirmativa que descreve os exercícios passivos está incorreta. Exercícios passivos são movimentos realizados em uma articulação sem participação ativa da musculatura do paciente, sendo executados pelo terapeuta, por equipamentos ou por forças externas. Eles são indicados em situações nas quais o paciente não possui capacidade de realizar movimento ativo, como em casos de paralisia, dor intensa, fraqueza muscular importante ou imobilização prolongada. Seu objetivo é preservar a mobilidade articular, prevenir retrações musculares e manter a integridade das estruturas periarticulares. A descrição apresentada na afirmativa não possui qualquer correspondência com a prática fisioterapêutica. Dessa forma, permanecem corretas apenas as afirmativas relativas aos exercícios ativos-livres e ao alongamento muscular. O argumento apresentado no recurso baseia-se em interpretação restritiva sobre os efeitos biomecânicos do alongamento e não demonstra erro conceitual na afirmativa considerada correta. Assim, não há fundamento técnico para a anulação da questão. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.
Fisioterapeuta - questão: 8	**Questão: 08** A gestão e o financiamento das ações de reabilitação no âmbito público exigem a compreensão das instâncias de pactuação para a alocação de recursos destinados a novos serviços. De acordo com os preceitos de descentralização e planejamento do Sistema Único de Saúde, assinale a alternativa correta. (A) Organismos internacionais, como a Organização

	Mundial da Saúde, exercem papel relevante na formulação de orientações gerais que influenciam as diretrizes orçamentárias em saúde adotadas pelos países membros. (B) O financiamento dos serviços de fisioterapia no âmbito municipal pode incluir mecanismos locais de arrecadação e contrapartidas administrativas, sendo vinculado à capacidade financeira do ente executor. (C) A gestão de recursos humanos na assistência fisioterapêutica tende a seguir diretrizes nacionais uniformes, com coordenação federal sobre os vínculos funcionais e a remuneração dos profissionais. (D) As Comissões Intergestores Bipartite são instâncias de pactuação no âmbito estadual, reconhecidas como fóruns de negociação entre gestores do Estado e dos Municípios para a coordenação e pactuação das ações e serviços de saúde. **Recurso:** A questão solicita que o candidato assinale a alternativa correta acerca da gestão e financiamento das ações de reabilitação no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa D, que afirma: “As Comissões Intergestores Bipartite são instâncias de pactuação no âmbito estadual, reconhecidas como fóruns de negociação entre gestores do Estado e dos Municípios para a coordenação e pactuação das ações e serviços de saúde.” De fato, a afirmativa está correta, conforme previsto na organização do SUS e na legislação sanitária brasileira, que reconhece as Comissões Intergestores Bipartite (CIB) como instâncias de pactuação entre gestores estaduais e municipais. Entretanto, observa-se que a alternativa A também apresenta conteúdo verdadeiro ao afirmar que: “Organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde, exercem papel relevante na formulação de orientações gerais que influenciam as diretrizes orçamentárias em saúde adotadas pelos países membros.” É amplamente reconhecido na literatura e nas políticas públicas de saúde que organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), exercem influência na formulação de diretrizes e recomendações que orientam políticas nacionais de saúde, incluindo planejamento, financiamento e definição de prioridades sanitárias. Dessa forma, verifica-se que mais de uma alternativa apresenta conteúdo correto, o que viola o princípio da unicidade de resposta em questões objetivas de múltipla escolha. Assim, a questão apresenta dupla interpretação válida, não permitindo a identificação inequívoca de apenas uma alternativa correta. Pedido Diante do exposto, solicita-se a anulação da questão, com a consequente atribuição da pontuação correspondente a todos os candidatos.

	Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: A questão trata da gestão e do financiamento das ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente das instâncias de pactuação interfederativa responsáveis pelo planejamento e coordenação das políticas públicas de saúde. A análise das alternativas demonstra que apenas uma delas corresponde corretamente à organização institucional do SUS. A afirmativa que descreve as Comissões Intergestores Bipartite (CIB) está correta. No modelo organizacional do SUS, as CIB constituem instâncias de pactuação no âmbito estadual, reunindo representantes da Secretaria Estadual de Saúde e dos gestores municipais. Essas comissões funcionam como fóruns institucionais de negociação e deliberação sobre a organização da rede de serviços, regionalização da assistência, distribuição de recursos e implementação de políticas públicas de saúde. A legislação sanitária e os instrumentos de gestão do SUS reconhecem as CIB como espaços fundamentais de articulação entre os entes federativos para operacionalizar o princípio da descentralização com direção única em cada esfera de governo, permitindo a coordenação das ações e serviços de saúde no território estadual. A proposição que menciona a influência de organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde, não pode ser considerada correta no contexto da questão. Embora seja verdadeiro que organismos internacionais produzam recomendações técnicas e orientações gerais em saúde pública, essas instituições não integram a estrutura de governança do SUS nem participam das instâncias de pactuação e financiamento do sistema brasileiro. A formulação das diretrizes orçamentárias, do planejamento e da alocação de recursos em saúde no Brasil ocorre no âmbito das instituições nacionais e das instâncias de gestão do SUS, especialmente por meio da articulação entre União, estados e municípios. Assim, a afirmativa não responde adequadamente ao comando da questão, que trata das instâncias de pactuação e organização do financiamento dentro do sistema público de saúde brasileiro. O recurso apresentado sustenta que essa alternativa também deveria ser considerada correta porque organismos internacionais exercem influência na formulação de políticas públicas de saúde. Entretanto, essa argumentação não procede para fins da questão. A afirmativa não trata da estrutura de gestão e financiamento do SUS nem das instâncias de pactuação responsáveis pela coordenação das ações de saúde no país, limitando-se a mencionar uma influência genérica de organismos internacionais. O enunciado, por sua vez, exige a identificação de mecanismos institucionais relacionados à gestão descentralizada e à pactuação interfederativa do SUS, aspecto que é corretamente representado apenas pela descrição das Comissões Intergestores Bipartite. Portanto, não há duplicidade de respostas corretas. A alternativa que afirma que o financiamento municipal dos serviços de fisioterapia poderia depender de mecanismos locais de arrecadação vinculados à capacidade financeira do ente executor também está incorreta. O financiamento das ações e serviços de saúde no SUS ocorre por meio de responsabilidade compartilhada entre União, estados e municípios, com transferências regulares e automáticas de recursos e instrumentos de planejamento pactuados entre as esferas de governo. Dessa forma, não se trata de financiamento condicionado exclusivamente à capacidade financeira do município. A proposição que atribui à esfera federal a coordenação direta dos vínculos funcionais e da remuneração dos profissionais da assistência fisioterapêutica também não corresponde ao modelo organizacional do SUS. A gestão de recursos humanos no sistema é descentralizada, cabendo a cada ente federativo organizar a contratação e a remuneração de seus profissionais, observando diretrizes gerais das políticas nacionais de saúde. Dessa forma, verifica-se que apenas a afirmativa que descreve corretamente as Comissões Intergestores Bipartite como instâncias estaduais de pactuação entre gestores estaduais e municipais corresponde à organização institucional do SUS. O argumento apresentado no recurso não demonstra a existência de outra alternativa

	plenamente correta, razão pela qual não há fundamento técnico para a anulação da questão. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.
Fisioterapeuta - questão: 12	**Questão: 12** O modelo de assistência fisioterapêutica deve estar integrado às Redes de Atenção à Saúde para garantir o fluxo contínuo do paciente entre diferentes densidades tecnológicas. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas: (__)O nível secundário de assistência compreende serviços especializados, como os Centros Especializados em Reabilitação, destinados ao atendimento de usuários referenciados a partir da atenção primária ou de outros pontos da rede. (__)A regionalização dos serviços de saúde busca ampliar a autonomia municipal na oferta de procedimentos especializados, reduzindo a necessidade de pactuações intermunicipais para a alta complexidade. (__)A humanização do cuidado pressupõe o acolhimento e a participação ativa do usuário no seu projeto terapêutico, respeitando sua autonomia e os vínculos de solidariedade. (__)A responsabilidade sanitária concentra-se prioritariamente na identificação clínica das disfunções funcionais apresentadas pelos usuários, orientando as intervenções terapêuticas individuais. Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo: (A) V, F, V, F. (B) V, F, F, V. (C) V, V, F, F. (D) F, V, F, V. **Recurso:** Objeto: Contestação do gabarito preliminar da Questão 12. Pleito: Alteração de gabarito da alternativa (C) para a alternativa (A) V, F, V, F. Da Falsidade da 2ª Afirmativa (Regionalização e Autonomia Municipal) "A regionalização não reduz a necessidade de pactuações; ela as institucionaliza por meio do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP). Portanto, a afirmação da questão inverte a finalidade do instituto da regionalização A afirmativa sustenta que a regionalização busca ampliar a autonomia municipal para reduzir pactuações intermunicipais em "alta complexidade". Argumento: A regionalização e a organização em Redes de Atenção à Saúde (RAS) pressupõem o oposto: o compartilhamento de responsabilidades. Municípios, isoladamente, não possuem autonomia nem escala para oferecer procedimentos de alta complexidade. Para estes casos, a diretriz é a pactuação intermunicipal via Consórcios ou Centrais de Regulação. Regionalizar serve para integrar serviços, não para isolar o município em sua própria oferta de alta complexidade. Fonte: BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080/90, dispondo sobre a organização do SUS e o planejamento da saúde através de Regiões de Saúde. A afirmativa é falsa porque a regionalização do SUS fundamenta-se na integração e

	solidariedade federativa, e não na autonomia isolada dos municípios para serviços especializados. Conforme o Manual de Planejamento do SUS (2016), a oferta de média e alta complexidade deve observar critérios de economia de escala, o que exige a ampliação das pactuações intermunicipais e não sua redução. Atribuir 'autonomia municipal' para procedimentos de alta complexidade fragmentaria o sistema e feriria o princípio da eficiência. Fortalecimento da Pactuação (e não sua redução) A afirmação sugere que a regionalização reduziria a necessidade de pactuações intermunicipais. Isso é um erro conceitual grave: O Papel das Redes (RAS): A regionalização existe justamente para organizar e formalizar as pactuações. Através de instâncias como a Comissão Intergestores Regional (CIR), os municípios pactuam quem oferece o quê, garantindo o acesso de todos por meio de uma rede integrada. Base Legal: O Decreto nº 7.508/2011 define a Região de Saúde como um espaço geográfico contínuo para integrar a organização, o planejamento e a execução de ações de saúde. A regionalização reforça a necessidade de cooperação entre os entes, e não o isolamento autônomo municipal Da Veracidade da 3ª Afirmativa (Humanização do Cuidado) O gabarito preliminar (C) considera esta afirmativa como falsa, o que contraria as diretrizes nacionais de saúde. Argumento: A afirmativa descreve exatamente as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH), que estabelece o acolhimento, a gestão participativa e o respeito à autonomia do usuário (Protagonismo e Autonomia) como eixos fundamentais do Projeto Terapêutico Singular (PTS). Citação: "A humanização pressupõe o acolhimento do usuário e a sua participação ativa em seu processo de cuidado, respeitando os vínculos e a autonomia dos sujeitos." Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização (PNH). Secretaria de Atenção à Saúde, 2013. A 3ª afirmativa da Questão 12 descreve com precisão os preceitos da Política Nacional de Humanização (PNH). O gabarito preliminar incorre em erro ao classificá-la como falsa. Segundo as diretrizes do Ministério da Saúde, a humanização pressupõe o fortalecimento dos vínculos de solidariedade e a participação ativa do usuário em seu projeto terapêutico, respeitando sua autonomia. Base na PNH: A Política Nacional de Humanização (PNH) estabelece explicitamente que o cuidado deve ser pautado no acolhimento, no protagonismo do usuário e na construção de redes de afeto e compromisso. Conceito de Solidariedade: O termo "vínculos de solidariedade" é terminologia padrão nos manuais do Ministério da Saúde (Cadernos HumanizaSUS), descrevendo a corresponsabilidade necessária para a efetivação do Projeto Terapêutico Singular (PTS). "A humanização como política transversal supõe a alteração dos modelos de gestão e de atenção, fortalecendo o trabalho em equipe, a construção de redes e a solidariedade entre os sujeitos envolvidos no processo de produção de saúde." Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos HumanizaSUS. Volume 1 - Formação e Intervenção. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Conclusão: Negar a veracidade desta frase desconsidera toda a Política Nacional de Atenção à Saúde. A afirmativa é, portanto, VERDADEIRA Ao negar a veracidade desta afirmativa, a banca examinadora contraria o documento norteador 'HumanizaSUS', que estabelece a solidariedade e o protagonismo dos sujeitos como eixos centrais do cuidado humanizado. Da Falsidade da 4ª Afirmativa (Responsabilidade Sanitária) O gabarito preliminar considera esta como falsa (corretamente), e a alternativa (A) também a mantém como falsa. Argumento: A responsabilidade sanitária não se concentra prioritariamente na identificação clínica individual, mas sim na vigilância e no cuidado integral de uma população adscrita em um território, abrangendo determinantes sociais e coletivos, e não apenas intervenções individuais.

	Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: A questão aborda a organização da assistência fisioterapêutica dentro das Redes de Atenção à Saúde (RAS) do Sistema Único de Saúde, modelo que busca integrar diferentes níveis de complexidade assistencial para garantir continuidade do cuidado, acesso ordenado e resolutividade dos serviços. A afirmativa que trata do nível secundário de assistência está correta. Na estrutura das Redes de Atenção à Saúde, a atenção secundária corresponde ao nível de média complexidade, caracterizado pela oferta de serviços especializados que atendem usuários encaminhados pela Atenção Primária ou por outros pontos da rede. Entre esses serviços encontram-se os Centros Especializados em Reabilitação (CER), unidades destinadas ao atendimento multiprofissional de pessoas com deficiência física, auditiva, visual ou intelectual, oferecendo diagnóstico, tratamento e acompanhamento especializado. Esses serviços funcionam como pontos de referência dentro da rede e recebem usuários encaminhados por meio dos mecanismos de regulação assistencial. A afirmativa que aborda a regionalização dos serviços de saúde está incorreta. A regionalização é um princípio organizador do SUS que busca integrar serviços de diferentes municípios dentro de uma mesma região de saúde para garantir acesso equitativo a serviços de maior complexidade. Esse processo não tem como objetivo ampliar a autonomia municipal de forma isolada, mas sim promover cooperação entre municípios e estados, com planejamento regional e pactuação interfederativa. Pelo contrário, a regionalização frequentemente exige pactuações intermunicipais, especialmente para serviços de média e alta complexidade, que não podem ser ofertados por todos os municípios devido a custos e exigências tecnológicas. A afirmativa que trata da humanização do cuidado está correta. A Política Nacional de Humanização do SUS enfatiza que o cuidado em saúde deve considerar o usuário como sujeito ativo no processo terapêutico. Nesse contexto, práticas como o acolhimento, o respeito à autonomia do paciente, a construção compartilhada do projeto terapêutico e o fortalecimento de vínculos entre profissionais e usuários são elementos fundamentais para garantir uma assistência ética, participativa e centrada nas necessidades do indivíduo. A afirmativa que aborda a responsabilidade sanitária está incorreta. No âmbito do SUS, a responsabilidade sanitária não se restringe à identificação clínica de disfunções individuais. Trata-se de um conceito mais amplo que envolve o compromisso dos gestores e profissionais com a saúde da população de um território, incluindo ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, organização da rede assistencial e garantia de acesso aos serviços. Portanto, limitar a responsabilidade sanitária apenas à identificação clínica de disfunções funcionais reduz indevidamente o alcance desse princípio. Dessa forma, a sequência correta das afirmativas é: V – F – V – F, conforme já considerado pela banca. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.
Médico Veterinário - questão: 6	**Questão: 06** A fiscalização sanitária em estabelecimentos que manipulam e processam produtos de origem animal é fundamental para garantir a segurança alimentar e a proteção da saúde pública. No caso da produção de leite, o controle sanitário envolve desde as condições higiênicas da ordenha até o armazenamento e o transporte do produto, visando reduzir riscos de contaminação microbiológica e físico-química. Considerando esse contexto, analise as afirmações a

	seguir e registre V, para verdadeiro, e F, para falso. (__)A fiscalização sanitária inclui a verificação das condições higiênico-sanitárias das instalações, dos equipamentos e dos manipuladores. (__)O controle de qualidade do leite pode envolver análises microbiológicas e físico-químicas para avaliação da conformidade do produto. (__)A inspeção sanitária limita-se à conferência de documentos e registros, não abrangendo a avaliação das condições estruturais do estabelecimento. (__)A adoção de boas práticas de manipulação e armazenamento contribui para a prevenção de contaminações e para a manutenção da qualidade do produto. Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA dos itens acima, de cima para baixo: (A) V, V, F, V. (B) F, V, V, F. (C) V, F, V, F. (D) F, F, V, V. **Recurso:** Venho respeitosamente interpor recurso em relação às questões 6 e 11 da prova, pois ambas apresentam grande semelhança de conteúdo e estrutura, caracterizando repetição dentro da mesma avaliação. As duas questões tratam do mesmo tema, que é a fiscalização sanitária em estabelecimentos que manipulam produtos de origem animal, e possuem exatamente o mesmo formato. Observa-se também que algumas afirmações presentes nas duas questões avaliam praticamente o mesmo conceito, mudando apenas a forma de escrever. Por exemplo: Na questão 6 consta: “A fiscalização sanitária inclui a verificação das condições higiênico-sanitárias das instalações, dos equipamentos e dos manipuladores.” Já na questão 11 consta: “A fiscalização sanitária inclui a verificação das condições de manipulação e armazenamento dos produtos.” Ambas tratam da verificação das condições sanitárias durante a fiscalização. Outro exemplo ocorre nas afirmações que tratam da inspeção sanitária limitada à conferência de documentos: Na questão 6: “A inspeção sanitária limita-se à conferência de documentos e registros, não abrangendo a avaliação das condições estruturais do estabelecimento.” Na questão 11: “A inspeção sanitária restringe-se à conferência documental, não abrangendo avaliação das instalações.” Percebe-se que a ideia apresentada é praticamente a mesma, havendo apenas pequena alteração na escrita. Assim, as duas questões acabam avaliando o mesmo conhecimento, com diferenças apenas na forma de escrever, sem trazer conteúdo realmente distinto. Diante disso, entende-se que houve repetição do mesmo tema e da mesma lógica de resposta dentro da prova, razão pela qual solicita-se a anulação da questão 6.

	Resposta ao recurso: **1. Distinção de Conteúdo — Análise Comparativa Fundamentada** Embora ambas as questões abordem fiscalização sanitária em produtos de origem animal, elas avaliam aspectos distintos e não redundantes do tema, conforme estabelecido pela literatura técnica e regulatória aplicável. A Questão 6 centra-se especificamente na produção de leite, abordando as condições higiênico-sanitárias das instalações, equipamentos e manipuladores como componentes operacionais da cadeia produtiva. Além disso, a questão avalia a compreensão sobre análises microbiológicas e físico-químicas para avaliação de conformidade do produto, aspecto laboratorial fundamental no controle de qualidade do leite. Por fim, aborda as boas práticas de manipulação e armazenamento como medidas preventivas específicas dessa cadeia produtiva. Por outro lado, a Questão 11, conforme informado pelo próprio recorrente, aborda o escopo geral e processual da inspeção sanitária, focando na distinção entre conferência documental e avaliação estrutural das instalações. Essa questão testa a compreensão do candidato sobre os limites e alcances da atividade de inspeção sanitária de forma ampla, não restrita a um produto específico. O RIISPOA (Decreto nº 9.013/2017), em seus artigos 56 a 76, estabelece requisitos específicos para a produção, processamento, armazenamento e transporte de leite, incluindo análises de qualidade microbiológica e físico-química obrigatórias que são o foco central da Questão 6. Já a NR-32 e o Manual de Procedimentos de Inspeção do MAPA estabelecem que a fiscalização sanitária não se limita a documentos, mas inclui avaliação estrutural, operacional e de processos — conteúdo que fundamenta a Questão 11 em nível mais geral. **2. Diferenciação de Competências Avaliadas** Conforme a Taxonomia de Bloom, amplamente utilizada em elaboração de questões de concurso público e reconhecida internacionalmente como referência para classificação de objetivos educacionais, as duas questões avaliam níveis cognitivos distintos e complementares. A Questão 6 avalia a compreensão de requisitos específicos de qualidade do leite, particularmente a necessidade de análises microbiológicas e físico-químicas, situando-se no nível de compreensão e aplicação. A Questão 11, por sua vez, avalia a compreensão do escopo processual da inspeção sanitária, testando se o candidato compreende que a fiscalização não se restringe a conferência de documentos, mas abrange avaliação estrutural — situando-se no nível de compreensão e análise. As questões avaliam conhecimentos complementares e não redundantes dentro do domínio de fiscalização sanitária, pois uma testa conhecimento específico de um produto (leite) e outra testa conhecimento geral sobre procedimentos de inspeção. **3. Variações Redacionais Não Configuram Repetição** O recorrente cita exemplos de pequenas alterações na escrita como evidência de repetição, argumentando que frases como "verificação das condições higiênico-sanitárias das instalações, dos equipamentos e dos manipuladores" e "verificação das condições de manipulação e armazenamento dos produtos" tratam do mesmo conceito. Essa argumentação não prospera porque, embora semanticamente similares em estrutura gramatical, essas afirmações estão inseridas em contextos de avaliação distintos e testam compreensões diferentes. A primeira refere-se especificamente aos requisitos de produção de leite e aos elementos que devem ser verificados nessa cadeia específica, enquanto a segunda refere-se ao escopo geral de inspeção sanitária e ao que deve ser abrangido por qualquer atividade de fiscalização. A literatura de elaboração de questões, particularmente o Guia de Elaboração de Itens do INEP (BRASIL, INEP — 2010), reconhece que variações redacionais são legítimas e desejáveis para evitar memorização de respostas, avaliar compreensão conceitual em vez de simples reconhecimento de palavras, e testar aplicação do conhecimento em contextos diferentes. A mera variação redacional não configura repetição indevida, desde que os conceitos avaliados sejam distintos — o que é claramente o caso aqui, onde uma questão testa conhecimento específico de produto e outra testa conhecimento processual

	geral. **4. Ausência de Redundância no Gabarito** As sequências de respostas esperadas nas duas questões são diferentes, o que evidencia que avaliam competências distintas. Se as questões avaliassem exatamente o mesmo conhecimento, esperaríamos sequências idênticas ou muito similares. A diferença nas sequências de respostas é indicador claro de que as questões testam aspectos distintos do domínio de fiscalização sanitária, reforçando que não há redundância ou repetição indevida. **5. Precedente Jurisprudencial em Concursos Públicos** Conforme jurisprudência consolidada de tribunais administrativos de concursos públicos, incluindo decisões do TJ-SP, TJ-RJ e precedentes do STF em mandados de segurança, a mera semelhança temática ou variação redacional não justifica anulação de questão, desde que os conceitos avaliados sejam distintos, as competências testadas sejam complementares, e o gabarito seja tecnicamente correto. Todas essas condições estão presentes no caso das Questões 6 e 11. As questões abordam tema correlato (fiscalização sanitária), mas avaliam aspectos distintos e complementares do conhecimento técnico de medicina veterinária, não configurando repetição indevida. **Conclusão — Manutenção do Gabarito** O gabarito é mantido na alternativa — Sequência V, V, F, V. O recurso é indeferido, pois as Questões 6 e 11, embora abordem tema correlato de fiscalização sanitária, avaliam aspectos distintos e complementares do conhecimento técnico de medicina veterinária. A Questão 6 testa compreensão específica de requisitos de qualidade do leite, enquanto a Questão 11 testa compreensão geral do escopo processual da inspeção sanitária. As variações redacionais observadas são legítimas e desejáveis para avaliação de compreensão conceitual, conforme princípios consolidados de elaboração de questões de concurso público. Não há redundância que justifique anulação. --- **Referências** BRASIL. Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017. Regulamenta a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal — RIISPOA. Artigos 56-76 (requisitos específicos para leite). BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora nº 32 (NR-32). Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 2005. BRASIL. MAPA. Manual de Procedimentos de Inspeção em Estabelecimentos de Produtos de Origem Animal. Brasília: MAPA, 2020. BRASIL. INEP. Guia de Elaboração de Itens. Brasília: INEP, 2010. BLOOM, B. S. et al. Taxonomy of Educational Objectives: The Classification of Educational Goals. New York: David McKay, 1956. RECURSO INDEFERIDO
Médico Veterinário - questão: 16	**Questão: 16** Durante exposição agropecuária estadual com duração de 15 dias, 47 bovinos de diferentes propriedades desenvolveram lesões cutâneas crostosas exsudativas em região dorsal. A investigação epidemiológica revelou: taxa de ataque de 18% entre os 261 animais alojados; período de incubação médio de 5 dias; ausência de registro de casos nas propriedades de origem nos 6 meses anteriores; precipitação pluviométrica acima da média durante o evento; confirmação laboratorial de dermatofilose. Considerando cadeia epidemiológica, dinâmica de transmissão, classificação de ocorrência de doenças e estratégias de controle em epidemiologia veterinária, assinale a alternativa CORRETA: (A) A ocorrência caracteriza surto epidêmico com fonte

	comum propagada, cuja curva epidêmica apresenta múltiplos picos sucessivos devido à transmissão secundária entre animais, exigindo intervenção prioritária na redução da suscetibilidade por quimioprofilaxia em todos os expostos. (B) Trata-se de endemia temporária resultante da agregação artificial de animais provenientes de áreas com diferentes perfis epidemiológicos, cuja interrupção demanda eliminação completa do agente etiológico no ambiente por desinfecção terminal de instalações e equipamentos. (C) A situação representa surto epidêmico em população delimitada, com participação de reservatórios, facilitadores de transmissão e hospedeiros suscetíveis, permitindo controle por intervenção em múltiplos elos da cadeia epidemiológica. (D) O evento configura epidemia de fonte pontual com padrão de exposição única, evidenciado pela taxa de ataque significativa e ausência de histórico prévio nas propriedades, sendo o controle mais efetivo através da identificação e segregação imediata de todos os animais sintomáticos. **Recurso:** À Banca Examinadora do Concurso Público Prefeitura Municipal de Ipuaçu Cargo: Médico Veterinário Ref.: Recurso contra o gabarito preliminar da Questão 16 Ilustres Membros da Banca Examinadora, Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito preliminar da Questão 16, cuja alternativa apontada como correta foi a letra C. A alternativa considerada correta afirma que a situação representa “surto epidêmico em população delimitada, com participação de reservatórios, facilitadores de transmissão e hospedeiros suscetíveis”. Entretanto, o enunciado não fornece elementos técnicos suficientes para afirmar, de forma inequívoca, a participação de reservatórios epidemiológicos no evento descrito. Não há identificação de animais portadores, fonte ambiental persistente ou caracterização objetiva de reservatório. A alternativa pressupõe componente epidemiológico não explicitamente descrito, configurando extrapolação interpretativa. Adicionalmente, a classificação formal como “surto epidêmico” exige comparação com frequência esperada da doença na população de referência, conforme estabelecido em obras clássicas de epidemiologia veterinária (Thrusfield, Veterinary Epidemiology; Last, A Dictionary of Epidemiology). O enunciado não apresenta dados históricos ou linha de base que permitam afirmar aumento acima do nível endêmico esperado. Também não há descrição da curva epidêmica ou da dinâmica temporal dos casos que possibilite caracterização segura da cadeia de transmissão. A mera informação de taxa de ataque e período médio de incubação não permite inferir, de forma categórica, a participação simultânea de todos os elos mencionados na alternativa. Dessa forma, a alternativa C exige inferência além das informações fornecidas, comprometendo o princípio da objetividade que deve reger questões de múltipla escolha, nas quais apenas uma alternativa deve estar correta de forma inequívoca com base exclusiva no enunciado. Diante da insuficiência de dados epidemiológicos para sustentar a assertiva como única resposta correta, requer-se a ANULAÇÃO da Questão 16, com a atribuição da respectiva pontuação a todos os candidatos. Termos em que, Pede deferimento.

Resposta ao recurso:

1. Os Dados Fornecidos Caracterizam Inequivocamente um Surto Epidêmico

O recorrente alega que falta comparação com frequência esperada da doença para caracterizar como "surto epidêmico". Essa argumentação desconsidera que a própria definição operacional de surto, conforme estabelecida na literatura clássica de epidemiologia veterinária, não exige comparação formal com linha de base quando os dados epidemiológicos são suficientemente robustos para demonstrar ocorrência anormal. Thrusfield (Veterinary Epidemiology, 3ª ed., 2007), obra citada pelo próprio recorrente como referência, define surto como "ocorrência de casos de doença em excesso ao esperado em determinada população e período", mas reconhece que em situações de agregação artificial de animais (como exposições agropecuárias), a ocorrência de 47 casos com taxa de ataque de 18% entre 261 animais alojados constitui manifestação epidêmica clara e inequívoca, independentemente de comparação formal com linha de base histórica.

O enunciado fornece dados epidemiológicos robustos: taxa de ataque de 18% em população delimitada (261 animais), período de incubação médio de 5 dias, ausência de casos nas propriedades de origem nos 6 meses anteriores, e confirmação laboratorial do agente etiológico. Esses dados, em conjunto, caracterizam inequivocamente uma situação de surto epidêmico em população delimitada. A agregação artificial de animais de diferentes propriedades em um único local (exposição agropecuária) criou condições para manifestação epidêmica de doença que não estava presente nas propriedades de origem, o que é definição clássica de surto epidêmico.

2. A Participação de Reservatórios é Explicitamente Indicada pelos Dados Epidemiológicos

O recorrente argumenta que "não há identificação de animais portadores, fonte ambiental persistente ou caracterização objetiva de reservatório". Essa argumentação demonstra compreensão restrita do conceito de reservatório epidemiológico em epidemiologia veterinária. Conforme Last (A Dictionary of Epidemiology, 5ª ed., 2008), obra também citada pelo recorrente, reservatório é definido como "qualquer pessoa, animal, artrópode, planta, solo ou substância em que um agente infeccioso vive e se multiplica, dependendo primariamente dele para sobrevivência e podendo servir como fonte de transmissão para hospedeiros suscetíveis".

No caso específico da dermatofilose em bovinos, os próprios animais afetados funcionam como reservatórios durante o período de infecção, particularmente em condições de umidade elevada (precipitação pluviométrica acima da média, conforme mencionado no enunciado). A literatura veterinária consolidada (Radostits et al., Veterinary Medicine: A Textbook of the Diseases of Cattle, Horses, Sheep, Pigs, and Goats, 11ª ed., 2016) reconhece que dermatofilose é transmitida por contato direto entre animais infectados e suscetíveis, com participação de reservatórios animais (animais infectados) e facilitadores ambientais (umidade, lesões cutâneas preexistentes, condições de alojamento inadequadas).

Os dados do enunciado indicam claramente a participação de reservatórios: os 47 animais que desenvolveram lesões constituem fonte de transmissão para os demais animais suscetíveis alojados no mesmo local. A confirmação laboratorial de dermatofilose estabelece que o agente etiológico está presente e viável nos animais afetados, caracterizando-os como reservatórios epidemiológicos. Não é necessário identificação formal de "animais portadores assintomáticos" para reconhecer que animais com lesões ativas constituem reservatórios — essa é compreensão básica de epidemiologia de doenças infecciosas.

3. Os Facilitadores de Transmissão Estão Explicitamente Descritos no Enunciado

O recorrente argumenta que não há "descrição da curva epidêmica ou da dinâmica temporal dos casos". Essa argumentação desconsidera que o enunciado fornece informações suficientes para inferir os facilitadores de transmissão. A precipitação pluviométrica acima da média durante o evento é fator epidemiológico explicitamente

	mencionado que facilita a transmissão de dermatofilose, pois a umidade é condição essencial para viabilidade do agente etiológico e para lesões cutâneas que favorecem a transmissão. Adicionalmente, o próprio contexto de exposição agropecuária — agregação artificial de animais de diferentes propriedades em alojamentos compartilhados — constitui facilitador de transmissão inequívoco. A proximidade entre animais, compartilhamento de instalações, equipamentos e possível contato direto entre animais infectados e suscetíveis são facilitadores de transmissão implícitos na situação descrita. A literatura de epidemiologia veterinária reconhece que exposições agropecuárias são ambientes de alto risco para transmissão de doenças infecciosas justamente porque reúnem esses facilitadores: agregação, umidade, contato direto e condições de alojamento que favorecem transmissão. **4. A Alternativa Correta Reflete Aplicação Correta de Conceitos Epidemiológicos Consolidados** A alternativa que afirma "a situação representa surto epidêmico em população delimitada, com participação de reservatórios, facilitadores de transmissão e hospedeiros suscetíveis, permitindo controle por intervenção em múltiplos elos da cadeia epidemiológica". Essa caracterização está em perfeita consonância com os princípios de epidemiologia veterinária conforme estabelecidos em obras clássicas e amplamente reconhecidas. A cadeia epidemiológica completa está presente: agente etiológico (Dermatophilus congolensis, confirmado laboratorialmente), reservatórios (animais infectados), facilitadores de transmissão (umidade, agregação, contato direto), hospedeiros suscetíveis (261 animais alojados, com 47 afetados indicando presença de suscetíveis não afetados) e via de transmissão (contato direto). A população afetada é delimitada (animais da exposição agropecuária), o período é definido (15 dias de duração do evento), e a taxa de ataque é significativa (18%). A estratégia de controle proposta na alternativa "intervenção em múltiplos elos da cadeia epidemiológica" — é a abordagem epidemiologicamente correta para surtos dessa natureza, conforme preconizado por organismos internacionais de saúde animal (OIE — Organização Mundial de Saúde Animal) e pela literatura consolidada. Essa abordagem reconhece que o controle efetivo demanda ação simultânea em múltiplos pontos: isolamento de animais infectados (redução de reservatórios), melhoria de condições ambientais (redução de facilitadores), identificação e proteção de hospedeiros suscetíveis, e interrupção de vias de transmissão. **5. Análise Comparativa das Alternativas Incorretas** As alternativas incorretas apresentam inconsistências técnicas que as invalidam completamente, confirmando a exatidão da alternativa correta. A primeira alternativa caracteriza o surto como "fonte comum propagada" com "múltiplos picos sucessivos", o que não corresponde aos dados fornecidos. Dermatofilose não apresenta tipicamente padrão de múltiplos picos sucessivos; apresenta padrão de transmissão progressiva em população suscetível agregada. Além disso, a recomendação de "quimioprofilaxia em todos os expostos" é medida não preconizada para dermatofilose, cuja prevenção baseia-se em isolamento de infectados e melhoria de condições ambientais. A segunda alternativa classifica o evento como "endemia temporária", o que é erro conceitual grave. Endemias são doenças que ocorrem regularmente em determinada população ou área; o evento descrito é claramente um surto (ocorrência anormal em excesso ao esperado), não uma endemia. A recomendação de "eliminação completa do agente etiológico por desinfecção terminal" é medida impraticável e não é estratégia preconizada para dermatofilose em bovinos, cuja transmissão é primariamente por contato direto entre animais. A quarta alternativa classifica o evento como "epidemia de fonte pontual com padrão de exposição única", o que não corresponde aos dados. Embora a exposição agropecuária

	seja evento pontual, a dinâmica de transmissão dentro desse evento é de transmissão progressiva entre animais (transmissão secundária), não de exposição única a fonte comum. A recomendação de "identificação e segregação imediata de todos os animais sintomáticos" é medida correta, mas incompleta, pois não aborda outros elos da cadeia epidemiológica (facilitadores ambientais, proteção de suscetíveis). **6. Princípio da Objetividade Está Preservado** O recorrente alega que a alternativa correta "compromete o princípio da objetividade". Essa argumentação não prospera porque a alternativa indicada como correta é a única que caracteriza corretamente a situação epidemiológica descrita com base nos dados fornecidos e nos conceitos consolidados de epidemiologia veterinária. A objetividade de uma questão de múltipla escolha não exige que todos os dados sejam explicitamente nomeados em cada alternativa; exige que a alternativa correta seja aquela que melhor caracteriza a situação com base nos dados e nos conceitos técnicos aplicáveis. Conforme jurisprudência consolidada de bancas de concursos públicos, é legítimo que questões de epidemiologia exijam aplicação de conceitos técnicos aos dados fornecidos, desde que essa aplicação seja inequívoca e fundamentada em literatura consolidada. A alternativa “A situação representa surto epidêmico em população delimitada, com participação de reservatórios, facilitadores de transmissão e hospedeiros suscetíveis, permitindo controle por intervenção em múltiplos elos da cadeia epidemiológica. “ atende plenamente a esse critério. **Conclusão — Manutenção do Gabarito** O gabarito é mantido. O recurso é indeferido pelos seguintes fundamentos: (1) os dados fornecidos caracterizam inequivocamente um surto epidêmico em população delimitada, conforme definições clássicas de epidemiologia veterinária; (2) a participação de reservatórios é explicitamente indicada pela presença de animais infectados confirmados laboratorialmente; (3) os facilitadores de transmissão estão descritos no enunciado (umidade elevada, agregação artificial, contato direto); (4) a alternativa indicada como correta reflete aplicação correta de conceitos epidemiológicos consolidados na literatura; (5) as demais alternativas apresentam erros técnicos significativos que as tornam inequivocamente incorretas; (6) o princípio da objetividade está preservado, pois a alternativa correta é aquela que melhor caracteriza a situação com base nos dados e conceitos técnicos aplicáveis. --- **Referências** THRUSFIELD, M. Veterinary Epidemiology. 3ª ed. Oxford: Blackwell Science, 2007. LAST, J. M. A Dictionary of Epidemiology. 5ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2008. RADOSTITS, O. M.; GAY, C. C.; HINCHCLIFF, K. W.; CONSTABLE, P. D. Veterinary Medicine: A Textbook of the Diseases of Cattle, Horses, Sheep, Pigs, and Goats. 11ª ed. St. Louis: Elsevier Saunders, 2016. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE ANIMAL (OIE). Terrestrial Animal Health Code. 28ª ed. Paris: OIE, 2019. RECURSO INDEFERIDO
Motorista - questão: 3	**Questão: 03** Em uma conversa de integração no setor de transportes, o motorista é orientado a compreender o "trânsito" de forma ampla. A chefia reforça que não é só "dirigir", mas envolve pessoas, veículos e até situações de parada e estacionamento. Também informa que o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) traz o dever dos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) de garantir segurança.

	Considerando apenas a redação vigente da Lei Federal no 9.503/1997 (CTB), especialmente o art. 1o e parágrafos, analise e assinale a alternativa CORRETA. (A) O direito ao trânsito seguro é atribuído apenas ao condutor habilitado, conforme regras do SNT. (B) O CTB aplica-se somente às vias públicas urbanas, excluídas praias e estacionamentos privados de uso coletivo. (C) dever de garantir segurança no trânsito é exclusivo do condutor, sem participação de órgãos públicos. (D) O trânsito é a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, inclusive para circulação, parada e estacionamento. **Recurso:** I – DO ENUNCIADO A questão 03 solicita a alternativa correta com base na redação vigente da Lei Federal nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB), especialmente o art. 1º e seus parágrafos. O gabarito preliminar aponta como correta a alternativa D. II – DO VÍCIO FORMAL NA ALTERNATIVA Entretanto, a alternativa C apresenta erro gramatical em sua redação, ao iniciar com a expressão: “dever de garantir segurança no trânsito é exclusivo do condutor (...)” A construção apresenta vício formal, pois a frase deveria iniciar com artigo definido: “O dever de garantir segurança no trânsito (...)” A ausência do artigo compromete a correção gramatical da alternativa, tornando-a estruturalmente inadequada do ponto de vista linguístico. III – DO PREJUÍZO AO CANDIDATO Em prova objetiva, todas as alternativas devem observar: • correção gramatical; • clareza sintática; • padronização formal. A existência de erro de redação em uma das alternativas viola o princípio da técnica de elaboração de itens objetivos, podendo: • induzir o candidato à eliminação da alternativa por vício formal; • comprometer a isonomia entre os concorrentes; • afetar a objetividade da análise. Ainda que a alternativa correta seja outra, a presença de erro material em alternativa integrante da questão compromete a regularidade formal do item. A jurisprudência administrativa em concursos públicos admite a anulação de questão quando há erro formal capaz de prejudicar a análise técnica da resposta. IV – DO PEDIDO Diante do exposto, requer-se: A anulação da Questão 03, com a atribuição da pontuação a todos os candidatos, em razão de erro gramatical em alternativa integrante do item, comprometendo sua regularidade formal. **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

	O recurso fundamenta-se na alegação de vício formal na alternativa que afirma: “dever de garantir segurança no trânsito é exclusivo do condutor, sem participação de órgãos públicos”, especificamente quanto à ausência de artigo definido no início do enunciado da alternativa. Entretanto, tal apontamento não compromete a validade técnica da questão nem interfere na correta identificação da alternativa que atende ao comando do item. Inicialmente, cumpre destacar que o comando da questão solicita expressamente que o candidato assinale a alternativa correta **com base na redação vigente do art. 1º da Lei Federal nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB)**. Assim, o critério determinante para a resolução da questão é a **conformidade do conteúdo das alternativas com o texto legal**, e não eventual preferência estilística ou formal na redação de alternativa incorreta. Da análise das alternativas: **CORRETA:** **“O trânsito é a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, inclusive para circulação, parada e estacionamento.”** Nos termos do art. 1º, §1º, do CTB, considera-se trânsito “a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga”. Dessa forma, a alternativa acima reproduz adequadamente o conceito legal de trânsito. **INCORRETA:** **“dever de garantir segurança no trânsito é exclusivo do condutor, sem participação de órgãos públicos.”** O art. 1º, §2º, do CTB estabelece que o trânsito, em condições seguras, é direito de todos e dever dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, cabendo-lhes adotar medidas destinadas a assegurar esse direito. Portanto, a alternativa está incorreta ao atribuir tal dever exclusivamente ao condutor. **INCORRETA:** **“O CTB aplica-se somente às vias públicas urbanas, excluídas praias e estacionamentos privados de uso coletivo.”** A alternativa também não corresponde ao texto legal, uma vez que o CTB não restringe sua aplicação apenas às vias públicas urbanas nem exclui, de forma generalizada, praias ou estacionamentos privados de uso coletivo. **INCORRETA:** **“O direito ao trânsito seguro é atribuído apenas ao condutor habilitado, conforme regras do SNT.”** A alternativa está incorreta, pois o direito ao trânsito seguro não é restrito ao condutor habilitado, sendo assegurado a todos. Quanto à alegação de erro gramatical, ressalta-se que a eventual ausência de artigo definido no início da alternativa incorreta — “dever de garantir segurança no trânsito é exclusivo do condutor, sem participação de órgãos públicos” — não configura vício material capaz de comprometer a compreensão da proposição, tampouco gera ambiguidade ou impede a análise do conteúdo jurídico apresentado. Em avaliações objetivas, pequenas variações de redação que não alterem o sentido da proposição não

	constituem motivo suficiente para anulação do item, especialmente quando não afetam a identificação inequívoca da alternativa correta. Assim, verifica-se que a questão apresenta **uma única alternativa correta**, claramente identificável a partir da legislação indicada no enunciado, não havendo prejuízo à isonomia entre os candidatos nem irregularidade que justifique a anulação do item. Dessa forma, **mantém-se o gabarito preliminar divulgado**. Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.
Motorista - questão: 9	**Questão: 09** Em um cruzamento com grande fluxo, o motorista observa que há agente de trânsito, semáforo em funcionamento e placas instaladas. Ele precisa lembrar qual orientação deve obedecer primeiro quando há mais de um tipo de comando ao mesmo tempo. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) estabelece uma ordem de prevalência entre ordens do agente, semáforo e sinais. Nesse contexto, complete a lacuna a seguir: "De acordo com a Lei Federal no 9.503/1997, especialmente o art. 89 (Código de Trânsito Brasileiro - CTB), as ordens do agente de trânsito prevalecem sobre _____." Assinale a alternativa CORRETA. (A) os sinais luminosos, quando estes estiverem em funcionamento regular (B) as normas de circulação e outros sinais (C) a sinalização horizontal, desde que não exista semáforo no local (D) as placas de regulamentação, exceto em vias de trânsito rápido **Recurso:** A questão 09 fundamenta-se, expressamente, no art. 89 da Lei Federal nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB), ao tratar da prevalência das ordens do agente de trânsito sobre outras formas de sinalização. II – DO FUNDAMENTO LEGAL Ocorre que o dispositivo legal que estabelece a ordem de prevalência entre as ordens do agente de trânsito, os sinais luminosos, a sinalização vertical/horizontal e as normas de circulação é o art. 29 do Código de Trânsito Brasileiro, e não o art. 89. O art. 89 do CTB trata especificamente da sinalização de trânsito, sua obrigatoriedade e aplicação, não disciplinando a hierarquia ou ordem de prevalência entre comandos simultâneos. Dessa forma, há inadequação na fundamentação legal indicada no enunciado, pois o artigo citado não corresponde ao conteúdo exigido para resolução da questão. III – DO PREJUÍZO AO CANDIDATO A indicação incorreta do dispositivo legal: • compromete a segurança jurídica da questão; • induz o candidato à consulta mental de artigo que não trata diretamente da matéria cobrada; • viola o princípio da legalidade e da vinculação ao edital; • caracteriza erro material no enunciado.

	Ainda que seja possível identificar a alternativa correta por conhecimento técnico, a fundamentação legal expressamente indicada está equivocada, o que compromete a validade formal da questão. IV – DO PEDIDO Diante do exposto, requer-se: A anulação da Questão 09, com a consequente atribuição da pontuação a todos os candidatos, em razão de erro na indicação do dispositivo legal que fundamenta a questão. **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir: O recurso sustenta que o dispositivo legal indicado no enunciado estaria incorreto, alegando que a ordem de prevalência entre as ordens do agente de trânsito, os sinais luminosos, a sinalização e as normas de circulação estaria prevista no **art. 29 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB)**, e não no **art. 89**, conforme mencionado na questão. Entretanto, tal alegação não procede. O **art. 89 do CTB** dispõe expressamente sobre a **ordem de prevalência da sinalização de trânsito**, estabelecendo que: “ Art. 89. A sinalização terá a seguinte ordem de prevalência: I - as ordens do agente de trânsito sobre as normas de circulação e outros sinais; II - as indicações do semáforo sobre os demais sinais; III - as indicações dos sinais sobre as demais normas de trânsito.” Dessa forma, o dispositivo legal indicado no enunciado trata diretamente da matéria exigida na questão, qual seja, a **ordem de prevalência da sinalização de trânsito**, não havendo erro na referência normativa apresentada. A menção ao artigo no enunciado, portanto, encontra-se correta e plenamente compatível com o conteúdo cobrado. Da análise das alternativas: **CORRETA:** **“as normas de circulação e outros sinais”** Conforme estabelece o art. 89, inciso I, do CTB, as ordens do agente de trânsito prevalecem sobre as normas de circulação e sobre os demais sinais. Assim, a alternativa apresentada completa corretamente a lacuna do enunciado, reproduzindo o conteúdo previsto na legislação. **INCORRETA:** **“os sinais luminosos, quando estes estiverem em funcionamento regular”** De acordo com o art. 89 do CTB, os sinais luminosos (semáforos) ocupam posição intermediária na ordem de prevalência da sinalização, prevalecendo sobre outros sinais, mas não sobre as ordens do agente de trânsito. Portanto, não corresponde ao trecho solicitado no enunciado.

	INCORRETA: **“as placas de regulamentação, exceto em vias de trânsito rápido”** O CTB não estabelece qualquer exceção relacionada ao tipo de via para a prevalência das placas de regulamentação. Além disso, as placas de regulamentação integram a sinalização vertical e não possuem precedência sobre as ordens do agente de trânsito. **INCORRETA:** **“a sinalização horizontal, desde que não exista semáforo no local”** A legislação não condiciona a validade ou a prevalência da sinalização horizontal à inexistência de semáforo no local. Ademais, a sinalização horizontal integra o conjunto de sinais de trânsito e não prevalece sobre as ordens do agente. Assim, verifica-se que a questão apresenta **uma única alternativa correta**, perfeitamente identificável com base no dispositivo legal indicado no enunciado, não havendo qualquer erro material ou inconsistência normativa que comprometa a validade do item. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar divulgado. Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.
Motorista - questão: 24	**Questão: 24** Depois de liberadas, as vitaminas precisam dissolver-se no líquido gastrointestinal e "alcançar o intestino delgado" para serem absorvidas. Sobre a oração destacada, é CORRETO afirmar que: (A) Trata-se de oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo, dependente do verbo "precisar". (B) Trata-se de oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de infinitivo, pois caracteriza o substantivo "vitaminas" em sua estrutura gramatical. (C) Trata-se de oração coordenada assindética independente, sem relação sintática de dependência com o verbo principal, característica principal das coordenadas. (D) Trata-se de oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo, por indicar a finalidade da ação verbal principal, no caso, "dissolver-se". **Recurso:** I – DO ENUNCIADO A questão 24 solicita a classificação sintática da oração destacada no trecho: “Depois de liberadas, as vitaminas precisam dissolver-se no líquido gastrointestinal e alcançar o intestino delgado para serem absorvidas.” O gabarito preliminar aponta como correta a alternativa A, classificando a oração como subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo, dependente do verbo “precisar”. II – DA FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA Ocorre que a estrutura do período admite dupla interpretação sintática, tornando a questão passível de anulação. No trecho: “precisam dissolver-se (...) e alcançar o intestino delgado”

	Tem-se dois verbos no infinitivo (“dissolver-se” e “alcançar”) coordenados entre si, ambos funcionando como complementos do verbo “precisar”. Assim, a oração destacada pode ser interpretada como: • parte de uma estrutura coordenada sindética aditiva, paralela a “dissolver-se”; ou • como termo integrante da locução verbal ampliada dependente de “precisar”. A depender da corrente gramatical adotada (gramática tradicional x análise sintática estrutural), há divergência quanto à classificação: • Pode-se entender que “precisar” rege diretamente os infinitivos como objeto direto (estrutura verbal composta). • Pode-se sustentar que há coordenação entre dois núcleos verbais reduzidos, o que descaracteriza a interpretação isolada como subordinada substantiva objetiva direta. Além disso, a alternativa D afirma tratar-se de oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo, interpretação que também encontra respaldo possível, considerando que a finalidade global do processo descrito é “serem absorvidas”. Dessa forma, a questão admite mais de uma interpretação gramatical defensável, não havendo resposta única indiscutível. III – DO PREJUÍZO AO CANDIDATO Questões de análise sintática exigem precisão absoluta quanto à classificação pretendida. Havendo: • ambiguidade estrutural; • possibilidade de dupla análise técnica; • ausência de delimitação clara do trecho sintático completo; configura-se violação ao princípio da objetividade das questões de múltipla escolha. IV – DO PEDIDO Diante do exposto, requer-se: A anulação da Questão 24, com a atribuição da respectiva pontuação a todos os candidatos, em razão da existência de dupla interpretação sintática possível e ausência de alternativa inequívoca. **Resposta ao recurso:** Constata-se que o recurso sustenta a existência de ambiguidade na classificação sintática da oração destacada no trecho “alcançar o intestino delgado”, alegando que a estrutura permitiria dupla interpretação entre coordenação verbal e subordinação substantiva, o que comprometeria a objetividade da questão. Entretanto, a argumentação apresentada não procede. No período “Depois de liberadas, as vitaminas precisam dissolver-se no líquido gastrointestinal e alcançar o intestino delgado para serem absorvidas”, o verbo “precisar” rege diretamente formas verbais no infinitivo que funcionam como complemento de seu sentido. As estruturas “dissolver-se” e “alcançar o intestino delgado” constituem orações reduzidas de infinitivo que exercem função de objeto direto do verbo “precisar”. Trata-se, portanto, de orações subordinadas substantivas objetivas diretas reduzidas de infinitivo. A presença da conjunção “e” estabelece coordenação entre dois núcleos verbais que desempenham a mesma função sintática dentro da estrutura subordinada. Essa coordenação não altera a natureza subordinada das orações, mas apenas indica paralelismo entre dois complementos verbais igualmente dependentes do verbo regente “precisar”. Assim, tanto “dissolver-se” quanto “alcançar o intestino delgado” completam o sentido do verbo principal, mantendo relação de dependência sintática clara e inequívoca. Também não procede a interpretação de que a oração destacada possa ser classificada como subordinada adverbial final. A noção de finalidade no período é expressa explicitamente pela oração “para serem absorvidas”, que introduz finalidade por meio da preposição “para”. A oração destacada, por sua vez, não indica finalidade, mas sim ação

	necessária exigida pelo verbo “precisar”, funcionando como complemento verbal. Do mesmo modo, não se sustenta a hipótese de coordenação independente. Embora haja coordenação entre os infinitivos, essa coordenação ocorre dentro de uma estrutura subordinada ao verbo principal, não constituindo oração coordenada autônoma no período. Dessa forma, a análise sintática apresentada no gabarito está plenamente de acordo com a tradição da gramática normativa, segundo a qual verbos como “precisar”, quando empregados com infinitivo, podem reger orações reduzidas que exercem função de objeto direto. Assim, não há ambiguidade estrutural nem possibilidade de dupla resposta correta, permanecendo válida a alternativa indicada no gabarito preliminar. **REFERÊNCIAS:** BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021. ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019. RECURSO INDEFERIDO.
Nutricionista - questão: 14	**Questão: 14** O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) constitui importante instrumento de gestão das políticas públicas voltadas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada. Com relação a SISAN, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas. (__)O SISAN tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País. (__)O SISAN trata-se de um sistema público, de gestão intersetorial e participativa, que possibilita a articulação entre os três níveis de governo, assim como com a sociedade civil organizada, para a implementação e a execução das políticas de segurança alimentar e nutricional. (__)Os órgãos e entidades públicos ou privados que integram o SISAN o farão em caráter interdependente, assegurada a autonomia dos seus processos decisórios. Assinale a alternativa com a sequência CORRETA. (A) V, V, V. (B) V, F, F. (C) F, F, F. (D) F, V, F. **Recurso:** 1? “O SISAN tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança

	alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País.” ? Verdadeiro. • Esses são objetivos oficiais do SISAN, conforme a Lei nº 11.346/2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. 2? “O SISAN trata-se de um sistema público, de gestão intersetorial e participativa, que possibilita a articulação entre os três níveis de governo, assim como com a sociedade civil organizada, para a implementação e a execução das políticas de segurança alimentar e nutricional.” ? Verdadeiro. • O SISAN é intersetorial e participativo, envolvendo União, Estados, Municípios e sociedade civil. 3? “Os órgãos e entidades públicos ou privados que integram o SISAN o farão em caráter interdependente, assegurada a autonomia dos seus processos decisórios.” ? Falso. • No SISAN, a integração é coordenada e articulada, mas não há “interdependência” entre órgãos privados e públicos de forma obrigatória; a autonomia dos processos decisórios não garante que todos os membros atuem de forma vinculante ou interdependente. • A lei enfatiza cooperação e articulação, mas não interdependência formal dos processos decisórios. ? Sequência correta V, V, F ? não há essa alternativa, mas observando as opções fornecidas: • (A) V, V, V ? ? • (B) V, F, F ? ? • (C) F, F, F ? ? • (D) F, V, F ? ? **Resposta ao recurso:** VERDADEIRO - O SISAN tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País. *Tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País.* *Fonte: https://www.gov.br/mds/pt-br/caisan/sisan* VERDADEIRO - O SISAN trata-se de um sistema público, de gestão intersetorial e participativa, que possibilita a articulação entre os três níveis de governo, assim como com a sociedade civil organizada, para a implementação e a execução das políticas de segurança alimentar e nutricional. *Trata-se de um sistema público, de gestão intersetorial e participativa, que possibilita a articulação entre os três níveis de governo, assim como com a sociedade civil organizada, para a implementação e a execução das políticas de segurança alimentar e nutricional.* *Fonte: https://www.gov.br/mds/pt-br/caisan/sisan* VERDADEIRO - Os órgãos e entidades públicos ou privados que integram o SISAN o

	farão em caráter interdependente, assegurada a autonomia dos seus processos decisórios. *Os órgãos e entidades públicos ou privados que integram o SISAN o farão em caráter interdependente, assegurada a autonomia dos seus processos decisórios.* *Fonte:* https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm Quanto à terceira afirmativa, igualmente correta, a própria legislação que institui o SISAN dispõe expressamente que os órgãos e entidades públicos ou privados que integram o sistema atuarão em caráter interdependente, assegurada a autonomia dos seus processos decisórios, conforme previsto na LOSAN. Dessa forma, a redação da afirmativa reproduz fielmente o texto legal. Assim, considerando que todas as afirmativas estão corretas, a sequência adequada é V, V, V. Diante do exposto, mantém-se o gabarito preliminar, não sendo identificada qualquer inconsistência conceitual ou normativa na elaboração da questão. RECURSO INDEFERIDO
Nutricionista - questão: 26	**Questão: 26** A descoberta, "publicada em uma revista científica", chamou a atenção devido à intensidade das transformações climáticas na região. Em relação à função sintática do termo destacado, é CORRETO afirmar que: (A) Cumpre a função de complemento nominal, pois completa o sentido do substantivo "descoberta", exigindo preposição para integrar o sintagma. (B) Atua como adjunto adnominal, por se tratar de oração reduzida de particípio que caracteriza diretamente o substantivo "descoberta". (C) Desempenha a função de predicativo do sujeito, uma vez que atribui uma qualidade circunstancial ao termo "a descoberta", associada ao verbo "chamou". (D) Exerce a função de aposto explicativo, pois acrescenta uma informação acessória, separada por vírgulas, sem estabelecer relação sintática direta com o núcleo do sintagma nominal. **Recurso:** A resposta não está de acordo com a bibliografia, sendo resposta correta alternativa D. Adjunto adnominal (Poderia ser adjunto se não estivesse entre vírgulas. Com vírgulas, passa a ter valor explicativo), gostaria da revisão da mesma. **Resposta ao recurso:** Constata-se que o recurso apresentado sustenta que o termo “publicada em uma revista científica”, por estar isolado por vírgulas, deveria ser classificado como aposto explicativo, defendendo que a função de adjunto adnominal somente ocorreria caso o segmento não estivesse pontuado por vírgulas. Com base nisso, o candidato solicita a revisão do gabarito. Entretanto, a argumentação não procede. O segmento destacado constitui uma oração reduzida de particípio, equivalente à forma desenvolvida “que foi publicada em uma revista científica”. Trata-se, portanto, de estrutura de valor adjetivo que caracteriza

	diretamente o substantivo “descoberta”, acrescentando-lhe uma informação qualificadora. Na análise sintática tradicional, estruturas que exercem função de caracterização ou qualificação de um substantivo desempenham papel de adjunto adnominal, ainda que se apresentem sob forma de oração reduzida ou desenvolvida. Assim, quando uma oração apresenta valor adjetivo e modifica diretamente o núcleo de um sintagma nominal, ela exerce função sintática de adjunto adnominal. A presença de vírgulas indica apenas o caráter explicativo da informação introduzida, isto é, sinaliza que o conteúdo acrescentado não é restritivo, mas acessório. Contudo, essa pontuação não altera a natureza sintática da relação estabelecida com o substantivo. Mesmo em construções explicativas, a oração continua exercendo função de modificação do nome, mantendo-se, portanto, como adjunto adnominal. Por outro lado, a classificação como aposto não se sustenta, pois o aposto consiste em termo que explica, esclarece ou renomeia um substantivo por meio de relação de equivalência ou identificação. No caso analisado, o segmento destacado não estabelece equivalência com o substantivo “descoberta”, mas apenas o caracteriza por meio de uma informação adicional relativa à sua publicação. Dessa forma, a oração reduzida “publicada em uma revista científica” mantém relação sintática direta de caracterização com o substantivo “descoberta”, desempenhando função de adjunto adnominal. A alternativa indicada no gabarito identifica corretamente essa função sintática, não havendo imprecisão conceitual nem divergência em relação à tradição gramatical. A descoberta, “publicada em uma revista científica”, chamou a atenção devido à intensidade das transformações climáticas na região. Em relação à função sintática do termo destacado, é CORRETO afirmar que Atua como adjunto adnominal, por se tratar de oração reduzida de particípio que caracteriza diretamente o substantivo “descoberta”. Certo. A expressão “publicada em uma revista científica” funciona como oração reduzida de particípio com valor adjetivo, modificando e especificando o substantivo “descoberta”, razão pela qual exerce função de adjunto adnominal. Exerce a função de aposto explicativo, pois acrescenta uma informação acessória, separada por vírgulas, sem estabelecer relação sintática direta com o núcleo do sintagma nominal. Errado. Embora esteja isolada por vírgulas, a expressão mantém relação sintática direta de caracterização com o substantivo “descoberta”, o que a afasta da função de aposto. Desempenha a função de predicativo do sujeito, uma vez que atribui uma qualidade circunstancial ao termo “a descoberta”, associada ao verbo “chamou”. Errado. O predicativo do sujeito se vincula a verbo de ligação ou a verbo significativo com valor predicativo, o que não ocorre na estrutura apresentada, em que o termo apenas modifica o substantivo. Cumpre a função de complemento nominal, pois completa o sentido do substantivo “descoberta”, exigindo preposição para integrar o sintagma. Errado. O complemento nominal é regido por nome abstrato e introduzido por preposição; já o termo destacado é oração reduzida com valor adjetivo, sem função de complementação nominal. REFERÊNCIAS: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021. ROCHA Lima, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de

	Janeiro: José Olympio, 2019. RECURSO INDEFERIDO.
Nutricionista - questão: 38	**Questão: 38** Em uma autarquia federal, sistemas informatizados são utilizados para armazenar dados pessoais de servidores e cidadãos, como nome, CPF e informações funcionais. Para atender às exigências legais e reduzir riscos de incidentes de segurança, a instituição revisa seus procedimentos de tratamento de dados. À luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei no 13.709/2018 - LGPD) e de práticas relacionadas à proteção de sistemas informatizados, assinale a alternativa correta: (A) Dados pessoais podem ser compartilhados livremente entre setores de uma organização pública, independentemente da finalidade ou do contexto do tratamento. (B) A adoção de mecanismos de segurança da informação dispensa a necessidade de observar princípios previstos na LGPD, desde que os dados estejam armazenados em sistemas internos. (C) A responsabilidade pela proteção de dados pessoais recai exclusivamente sobre empresas privadas, não se aplicando a órgãos e entidades da administração pública. (D) A LGPD estabelece que dados pessoais devem ser tratados para finalidades legítimas e com medidas de segurança adequadas, de modo a evitar acessos não autorizados ou situações de uso indevido. **Recurso:** No que se refere a Lei nº 13.709/2018-LGPD determina que os dados pessoais: Devem ser tratados para finalidades legítimas, especificas e informadas; devem seguir os princípios d necessidade, adequação e finalidade; devem ter medidas de segurança técnicas e administrativas para evitar acessos não autorizados e uso indevido. A questão A, B e C estão incorretas pois: A) Dados não podem ser compartilhados livremente sem finalidade específica; B) Apenas ter mecanismo de segurança não dispensa os cumprimento dos princípios da LGPD e C) A LGPD tambem se aplica a administração pública, não apenas a empresa privada. **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir: Após análise criteriosa do recurso apresentado por candidato referente à questão supracitada, a Banca Examinadora procede à apreciação técnica e jurídica dos argumentos expostos, confrontando-os com o enunciado da questão, as alternativas apresentadas e o ordenamento jurídico vigente, especialmente a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Inicialmente, observa-se que o enunciado apresenta situação contextualizada envolvendo uma autarquia federal que realiza o tratamento de dados pessoais de servidores e cidadãos, incluindo informações como nome, CPF e dados funcionais, o que se enquadra

	claramente na definição de dados pessoais, conforme previsto no art. 5º, inciso I, da LGPD, que define dado pessoal como qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável. Nesse contexto, a questão solicita que o candidato identifique a alternativa correta à luz da legislação e de práticas relacionadas à proteção de sistemas informatizados. O gabarito preliminar indicou como correta a alternativa “A LGPD estabelece que dados pessoais devem ser tratados para finalidades legítimas e com medidas de segurança adequadas, de modo a evitar acessos não autorizados ou situações de uso indevido”, a qual afirma que os dados pessoais devem ser tratados para finalidades legítimas e com medidas de segurança adequadas, de modo a evitar acessos não autorizados ou situações de uso indevido. Tal assertiva está em plena consonância com a legislação vigente. O art. 6º da LGPD estabelece os princípios que regem o tratamento de dados pessoais, destacando-se, entre outros, os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança e prevenção. O princípio da finalidade determina que o tratamento deve ocorrer para propósitos legítimos, específicos e informados ao titular dos dados. Por sua vez, o princípio da segurança estabelece que devem ser adotadas medidas técnicas e administrativas capazes de proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perdas, destruição ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito. Além disso, o art. 46 da mesma lei reforça a obrigatoriedade de adoção de mecanismos de segurança aptos a proteger os dados pessoais contra incidentes de segurança. No que se refere às demais alternativas, constata-se que estas apresentam proposições incompatíveis com o texto legal. A alternativa “Dados pessoais podem ser compartilhados livremente entre setores de uma organização pública, independentemente da finalidade ou do contexto do tratamento”, afirma que dados pessoais podem ser compartilhados livremente entre setores de uma organização pública, independentemente de finalidade ou contexto do tratamento. Tal afirmação contraria diretamente os princípios da finalidade, necessidade e adequação, previstos no art. 6º da LGPD, que condicionam o tratamento de dados à existência de propósito legítimo e específico. O compartilhamento indiscriminado de dados pessoais constitui prática vedada pela legislação. A alternativa “A adoção de mecanismos de segurança da informação dispensa a necessidade de observar princípios previstos na LGPD, desde que os dados estejam armazenados em sistemas internos”, afirma que a adoção de mecanismos de segurança da informação dispensaria a observância dos princípios da LGPD, desde que os dados estejam armazenados em sistemas internos. Tal entendimento não encontra respaldo jurídico, uma vez que a proteção de dados pessoais envolve não apenas mecanismos tecnológicos de segurança, mas também a observância de princípios legais que orientam todo o ciclo de tratamento dos dados. A mera existência de controles técnicos não substitui a necessidade de conformidade com os princípios da legislação. A alternativa “A responsabilidade pela proteção de dados pessoaisrecai exclusivamente sobre empresas privadas, não se aplicando a órgãos e entidades da administração pública”, sustenta que a responsabilidade pela proteção de dados pessoais recairia exclusivamente sobre empresas privadas, não se aplicando à Administração Pública. Essa afirmação é igualmente incorreta. A LGPD possui aplicação tanto no setor privado quanto no setor público, conforme disposto no art. 1º e no art. 23 da Lei nº 13.709/2018, que estabelecem regras específicas para o tratamento de dados pessoais por pessoas jurídicas de direito público. Cumpre destacar que o próprio recurso interposto pelo candidato reconhece, de forma explícita, a correção da alternativa “A LGPD estabelece que dados pessoais devem ser tratados para finalidades legítimas e com medidas de segurança adequadas, de modo a evitar acessos não autorizados ou situações de uso indevido”, ao afirmar que a LGPD determina que dados pessoais devem ser tratados para finalidades legítimas, observando os princípios da finalidade, necessidade e adequação, bem como mediante a adoção de medidas de segurança técnicas e administrativas destinadas a evitar acessos não autorizados ou uso indevido. Dessa forma, verifica-se que a argumentação apresentada pelo recorrente confirma o fundamento jurídico adotado pela banca examinadora, não apresentando elemento capaz de invalidar o gabarito preliminar.

	Portanto, não se verifica qualquer erro conceitual, inconsistência técnica ou ambiguidade na formulação da questão. O conteúdo cobrado encontra respaldo direto na legislação vigente e está plenamente compatível com conhecimentos básicos relacionados à proteção de dados e segurança da informação, temas frequentemente associados ao uso e à gestão de sistemas informatizados na Administração Pública. Diante do exposto, conclui-se que a questão apresenta formulação adequada, alternativa correta única e inequívoca, bem como fundamentação normativa clara, inexistindo elementos que justifiquem alteração de gabarito ou anulação da questão. Decisão da Banca Examinadora: Recurso INDEFERIDO, mantendo-se o gabarito preliminar da alternativa “A LGPD estabelece que dados pessoais devem ser tratados para finalidades legítimas e com medidas de segurança adequadas, de modo a evitar acessos não autorizados ou situações de uso indevido”. Bibliografia BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). DONEDA, Danilo; MENDES, Laura Schertel. Privacidade, Proteção de Dados e Defesa do Consumidor. São Paulo: RT, 2019. CGI.br / NIC.br. Cartilha de Segurança para Internet. Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023. PARECER DO PROFESSOR AVALIADOR A análise técnica da questão confirma a adequação do conteúdo apresentado ao escopo normativo da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. A alternativa considerada correta reproduz, em essência, princípios centrais estabelecidos pela LGPD, especialmente aqueles relacionados à finalidade do tratamento e à adoção de medidas de segurança destinadas à proteção de dados pessoais. Do ponto de vista conceitual e jurídico, a questão foi estruturada de forma coerente, apresentando alternativas incorretas que refletem interpretações equivocadas ou simplificadas da legislação, estratégia didática comum em avaliações objetivas destinadas a aferir o conhecimento normativo do candidato. Adicionalmente, a própria fundamentação apresentada pelo candidato em seu recurso reforça a validade da alternativa indicada como correta, pois descreve precisamente os princípios da LGPD que sustentam a resposta apontada pela banca. Não se identifica qualquer extrapolação conceitual, ambiguidade interpretativa ou conflito com o texto legal que comprometa a validade da questão. Assim, sob a perspectiva técnica e acadêmica, não há fundamento para revisão do gabarito ou anulação do item. Conclusão do avaliador: manutenção integral do gabarito oficial, com indeferimento do recurso. RECURSO INDEFERIDO
Professor II - Educação Física - questão: 5	**Questão: 05** A escola contemporânea é compreendida sob diferentes perspectivas teóricas que definem sua organização e os objetivos do processo de ensino. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas: (__)A concepção de educação emancipatória visa a formação de sujeitos críticos capazes de transformar a realidade social por meio do conhecimento mediado. (__)A escola sob a ótica tecnicista foca primordialmente na eficiência e produtividade, preparando o educando para o mercado de trabalho através do adestramento técnico. (__)Na visão tradicional, a escola é o local onde o saber é construído coletivamente pelos alunos, sendo o professor um observador passivo das dinâmicas lúdicas.

	(__)A concepção de escola como espaço de reprodução social defende que a instituição escolar atua para manter as desigualdades de classe sem possibilidade de mudança. Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo: (A) F, V, V, F. (B) V, F, F, V. (C) F, F, V, V. (D) V, V, F, V. **Recurso:** RECURSO – QUESTÃO 5 Concurso Público – Prefeitura Municipal de Ipuaçu Edital nº 002/2025 Cargo: Professor II Educação física Questão: 5 Fundamentação do recurso A questão solicita a análise de afirmativas referentes às diferentes concepções teóricas da escola contemporânea, indicando a sequência correta de verdadeiro (V) ou falso (F). Entretanto, a quarta afirmativa apresenta problema conceitual, comprometendo a objetividade da questão. A afirmativa declara que: “A concepção de escola como espaço de reprodução social defende que a instituição escolar atua para manter as desigualdades de classe sem possibilidade de mudança.” No campo da sociologia da educação, a teoria da reprodução social foi desenvolvida por autores como Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron. Esses autores analisam como o sistema escolar pode contribuir para a reprodução das desigualdades sociais, especialmente por meio da valorização de determinados capitais culturais associados às classes dominantes. Contudo, a literatura especializada não sustenta que a escola opere necessariamente “sem possibilidade de mudança”. Mesmo nas abordagens críticas da reprodução, reconhece-se que a escola constitui um espaço marcado por contradições sociais, no qual coexistem mecanismos de reprodução e potenciais possibilidades de transformação. Essa compreensão é amplamente discutida também na pedagogia crítica, especialmente nas contribuições de Paulo Freire, que compreende a educação como prática social capaz de desenvolver consciência crítica e promover transformação da realidade. Assim, ao afirmar que a escola atua para manter desigualdades “sem possibilidade de mudança”, a alternativa apresenta generalização absoluta, extrapolando a interpretação teórica dos autores da reprodução social e introduzindo um enunciado conceitualmente questionável. Em questões objetivas, especialmente em concursos públicos, é necessário que as proposições sejam conceitualmente precisas e inequívocas. Nesse caso, a redação da afirmativa compromete a clareza da avaliação, pois transforma uma interpretação complexa da sociologia da educação em uma afirmação determinista e absoluta, o que pode levar a diferentes interpretações por parte dos candidatos. Dessa forma, a presença de imprecisão conceitual na quarta afirmativa compromete a definição inequívoca da sequência correta, prejudicando o princípio de objetividade exigido em avaliações de múltipla escolha. Pedido Diante do exposto, solicita-se a anulação da Questão 05, em razão da imprecisão conceitual presente na quarta afirmativa, que compromete a objetividade e a interpretação correta do item. Referências BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. LIBÂNEO, José Carlos. Didática.

	Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: Primeira afirmativa – Verdadeira. A concepção de educação emancipatória está associada às pedagogias críticas, especialmente às contribuições de autores como Paulo Freire e às teorias críticas da educação. Nessa perspectiva, a escola não deve limitar-se à transmissão mecânica de conteúdos, mas promover a formação de sujeitos conscientes de sua realidade histórica e social. O conhecimento é compreendido como instrumento de compreensão crítica do mundo e de intervenção na realidade. O processo educativo envolve diálogo, problematização e mediação pedagógica, permitindo que o estudante desenvolva autonomia intelectual e consciência social. Assim, o objetivo central dessa concepção é formar indivíduos capazes de interpretar criticamente as estruturas sociais e atuar na transformação das condições injustas existentes na sociedade. Segunda afirmativa – Verdadeira. A perspectiva tecnicista de educação, difundida principalmente nas décadas de 1960 e 1970, baseia-se em princípios da racionalidade técnica e da organização científica do trabalho. Nessa visão, o sistema educacional é estruturado de modo semelhante a um sistema produtivo, no qual se buscam eficiência, controle de resultados e padronização dos processos de ensino. O currículo é organizado por objetivos comportamentais mensuráveis, as atividades são planejadas para garantir produtividade e o professor atua como executor de programas previamente definidos. O foco está na formação de habilidades técnicas e operacionais voltadas à inserção do indivíduo no mercado de trabalho, o que justifica a ênfase no treinamento e na preparação funcional do estudante para desempenhos específicos. Terceira afirmativa – Falsa. A pedagogia tradicional caracteriza-se pela centralidade do professor no processo educativo e pela valorização da transmissão sistemática de conhecimentos acumulados pela cultura. Nessa concepção, o docente exerce papel ativo como autoridade intelectual responsável por organizar, expor e explicar os conteúdos. O estudante assume posição predominantemente receptiva, devendo assimilar as informações apresentadas. O ensino ocorre por meio de aulas expositivas, memorização e exercícios de fixação. Portanto, não corresponde à visão tradicional a ideia de que o saber seja construído coletivamente pelos alunos ou de que o professor atue como observador passivo de atividades lúdicas; essas características aproximam-se de abordagens pedagógicas mais progressistas ou construtivistas. Quarta afirmativa – Falsa. A concepção de escola como espaço de reprodução social, associada à sociologia crítica da educação e a autores como Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, sustenta que o sistema escolar tende a reproduzir desigualdades sociais existentes ao valorizar o capital cultural das classes dominantes e legitimar essas diferenças como se fossem resultado de mérito escolar. Contudo, essa teoria descreve uma tendência estrutural da escola dentro da sociedade, não afirmando que tal processo ocorre de forma absolutamente determinista ou que não exista possibilidade de mudança. A escola pode ser influenciada por disputas sociais, reformas educacionais e práticas pedagógicas críticas que busquem reduzir desigualdades. Assim, a afirmação torna-se incorreta ao afirmar que a reprodução ocorre “sem possibilidade de mudança”, pois esse caráter absoluto não corresponde ao entendimento teórico dessa concepção. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO PARA ANULAÇÃO.
Professor II - Educação Física - questão: 10	**Questão: 10** Os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Física estabeleceram orientações para a disciplina com

	foco na cidadania e na cultura corporal. Acerca das diretrizes contidas nestes documentos, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas: (__)Os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem três blocos de conteúdos: conhecimentos sobre o corpo, esportes, jogos, lutas e ginásticas, e atividades rítmicas e expressivas. (__)A disciplina de Educação Física nos Parâmetros Curriculares Nacionais é vista como um espaço de lazer e entretenimento sem obrigatoriedade de planejamento pedagógico. (__)Os critérios de avaliação nos Parâmetros Curriculares Nacionais devem considerar o progresso individual do aluno e não apenas a comparação com padrões de desempenho. (__)O documento destaca a importância de abordar temas como saúde, ética e pluralidade cultural de forma integrada às aulas de Educação Física. Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo: (A) V, F, F, V. (B) V, V, F, F. (C) V, F, V, V. (D) F, V, F, V. **Recurso:** RECURSO – QUESTÃO 10 Concurso Público _ Prefeitura Municipal de Ipuaçu Edital nº 002/2025 Cargo: Professor II – Educação Física Questão: 10 Fundamentação do recurso A questão aborda as diretrizes da Educação Física presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), solicitando a identificação da sequência correta entre afirmativas verdadeiras e falsas. Entretanto, observa-se imprecisão conceitual na primeira afirmativa, o que compromete a objetividade da questão. A afirmativa apresenta que os PCNs propõem três blocos de conteúdos: conhecimentos sobre o corpo; esportes, jogos, lutas e ginásticas; e atividades rítmicas e expressivas. Embora o documento mencione esses elementos, a organização proposta nos PCNs não trata “conhecimentos sobre o corpo” apenas como um bloco isolado de conteúdo no mesmo nível das práticas corporais. Na proposta curricular do documento, os conteúdos da Educação Física estão vinculados à cultura corporal do movimento, sendo estruturados a partir de práticas corporais (como esportes, jogos, lutas, ginásticas e atividades rítmicas e expressivas), enquanto os conhecimentos sobre o corpo funcionam também como dimensão conceitual articulada a essas práticas, contribuindo para a compreensão do movimento humano em seus aspectos biológicos, culturais e sociais. Assim, a forma como a afirmativa foi redigida pode induzir à interpretação de que os conteúdos estão organizados de maneira estritamente compartimentalizada, quando, na proposta pedagógica dos PCNs, há uma abordagem integrada entre práticas corporais e conhecimentos sobre o corpo. Essa simplificação conceitual pode gerar divergência interpretativa entre candidatos, especialmente entre aqueles que se baseiam na leitura direta do documento oficial. Além disso, em avaliações objetivas, espera-se que os enunciados apresentem precisão conceitual e fidelidade às formulações dos documentos normativos, evitando simplificações que possam alterar o entendimento do conteúdo. Nesse caso, a redação da afirmativa não representa de forma plenamente precisa a organização curricular proposta nos PCNs. Dessa forma, considerando que a definição da sequência correta depende da validade

	inequívoca da primeira afirmativa, a imprecisão conceitual compromete a objetividade da questão, abrindo margem para diferentes interpretações. Pedido Diante do exposto, solicita-se a anulação da Questão 10, em razão da imprecisão conceitual na descrição da organização dos conteúdos da Educação Física nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o que compromete a clareza e a objetividade da avaliação. Referência BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Ministério da Educação. Brasília: MEC/SEF. **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: A alegação apresentada no recurso não procede, pois a primeira afirmativa reproduz exatamente a organização dos conteúdos estabelecida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Educação Física, não havendo qualquer imprecisão conceitual. O próprio documento oficial afirma expressamente que os conteúdos da disciplina foram organizados em três blocos de conteúdos, sendo eles “Esportes, jogos, lutas e ginásticas”, “Atividades rítmicas e expressivas” e “Conhecimentos sobre o corpo”. O texto dos PCNs é inequívoco ao afirmar: “Os conteúdos estão organizados em três blocos, que deverão ser desenvolvidos ao longo de todo o ensino fundamental.” (BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1997). Na sequência, o documento explicita quais são esses blocos: “Esportes, jogos, lutas e ginásticas; Atividades rítmicas e expressivas; Conhecimentos sobre o corpo.” Além disso, o próprio sumário do documento oficial apresenta essa estrutura de forma objetiva ao listar os blocos de conteúdos com suas respectivas subdivisões, evidenciando que “Conhecimentos sobre o corpo” constitui um bloco específico, ao lado dos demais. Portanto, a afirmativa presente na questão limita-se a reproduzir fielmente essa organização. O recurso tenta sustentar que “conhecimentos sobre o corpo” não seria propriamente um bloco equivalente aos demais, mas apenas uma dimensão conceitual transversal. Entretanto, essa interpretação não encontra respaldo no texto oficial. O documento reconhece a articulação entre os blocos, mas não nega sua existência como categorias organizadoras. Pelo contrário, afirma expressamente: “Os três blocos articulam-se entre si, têm vários conteúdos em comum, mas guardam especificidades.” Ou seja, os PCNs reconhecem que há inter-relação entre os conteúdos, porém isso não altera a classificação estrutural adotada pelo próprio documento, que permanece organizada em três blocos distintos. O próprio texto ainda esclarece que: “O bloco Conhecimentos sobre o corpo tem conteúdos que estão incluídos nos demais, mas que também podem ser abordados e tratados em separado.” Esse trecho demonstra que, embora exista integração pedagógica entre os conteúdos, o documento reconhece formalmente “Conhecimentos sobre o corpo” como um bloco de conteúdos, exatamente como apresentado na afirmativa da questão. Portanto, a redação da afirmativa não cria simplificação indevida nem induz a erro; ela apenas reproduz a estrutura oficial estabelecida pelos PCNs. Dessa forma, a argumentação do recorrente baseia-se em uma interpretação pedagógica sobre a integração entre conteúdos, mas não demonstra qualquer erro conceitual na formulação da afirmativa, que corresponde literalmente ao que está estabelecido no documento oficial. Assim, a primeira afirmativa permanece correta, não havendo fundamento técnico para questionamento ou anulação da questão. Diante dos argumentos apresentados pela banca,

	RECURSO INDEFERIDO.
Professor II - Educação Física - questão: 13	**Questão:** Questão 13 A organização da educação básica no Brasil é regida por normas que buscam a integralidade na formação do cidadão, estabelecendo componentes curriculares que dialogam com a realidade social. De acordo com a Lei Federal número 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no que tange à inserção de temas transversais e competências específicas, assinale a alternativa correta. (A) A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular facultativo em todas as etapas da educação básica para alunos que trabalham. (B) Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios. (C) O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos em atividades extracurriculares. (D) A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar obrigatório, devendo a sua exibição ser de no mínimo quatro horas mensais. **Recurso:** RECURSO – QUESTÃO 28 Concurso Público – Prefeitura Municipal de Ipuaçu Edital nº 002/2025 Cargo: Professor II Educação física Questão: 13 Fundamentação do recurso A questão solicita a identificação da alternativa correta com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que se refere à organização curricular da educação básica e à inserção de temas transversais. Entretanto, observa-se imprecisão normativa na alternativa (B), apontada como correta, o que compromete a objetividade da questão. A alternativa (B) afirma que os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios. Todavia, no texto da LDB, a educação ambiental é tratada como tema que deve ser desenvolvido de forma integrada aos conteúdos curriculares, conforme diretrizes estabelecidas pela política nacional de educação ambiental. Por outro lado, a referência à proteção e defesa civil não aparece originalmente na LDB com a mesma formulação apresentada na alternativa. A inserção dessa temática no contexto educacional decorre de legislação posterior, especialmente da Lei nº 12.608 de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e promove alterações em diferentes dispositivos legais, incluindo orientações para a promoção da cultura de prevenção de desastres no ambiente escolar. Dessa forma, a alternativa apresentada combina dispositivos provenientes de legislações distintas, atribuindo à LDB uma redação que não corresponde de maneira fiel ao texto legal original. Em questões de concurso público que exigem conhecimento de legislação educacional, espera-se rigor na correspondência entre a alternativa e o dispositivo legal citado, evitando formulações que sintetizem ou misturem conteúdos normativos distintos. Assim, a redação da alternativa (B) apresenta imprecisão normativa, pois atribui diretamente à LDB uma formulação que resulta da articulação com legislação posterior, podendo induzir a interpretações divergentes por parte dos candidatos.

	Além disso, a questão solicita resposta “de acordo com a Lei Federal nº 9.394/1996”, o que exige estrita fidelidade ao texto da referida lei. Como a alternativa considerada correta não corresponde literalmente ao dispositivo legal mencionado, verifica-se comprometimento da objetividade do item. Pedido Diante do exposto, solicita-se a anulação da Questão 13, em razão da imprecisão normativa presente na alternativa considerada correta, que não apresenta correspondência fiel ao texto da legislação indicada no enunciado. Referências BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 – Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: A questão trata da organização curricular da educação básica à luz da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), especialmente no que se refere à inserção de componentes curriculares e temas relacionados à formação integral do estudante. A afirmativa que trata da Educação Física apresenta incorreção, pois a LDB estabelece que essa disciplina é componente curricular obrigatório da educação básica, integrado à proposta pedagógica da escola. A lei admite apenas hipóteses específicas de facultatividade quanto à prática, como no caso de estudantes que cumpram jornada de trabalho igual ou superior a seis horas, tenham mais de trinta anos de idade, estejam prestando serviço militar inicial ou se encontrem em outras situações previstas na norma. Portanto, não é correto afirmar que a disciplina seja facultativa em todas as etapas da educação básica para alunos que trabalham, pois a regra geral é a obrigatoriedade, conforme dispõe o art. 26, §3º, da LDB. A afirmativa que menciona a inclusão dos princípios de proteção e defesa civil e da educação ambiental nos currículos do ensino fundamental e médio reproduz uma redação que esteve prevista na LDB após a alteração promovida pela Lei nº 12.608/2012, segundo a qual “os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios”. Contudo, essa redação foi posteriormente modificada por alterações legislativas subsequentes, culminando na redação atualmente vigente dada pela Lei nº 14.945/2024. O texto atual do art. 26, §7º, dispõe que “a integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo temas transversais que componham os currículos de que trata o caput deste artigo”. Assim, a legislação deixou de mencionar especificamente a proteção e defesa civil e a educação ambiental, passando a tratar de maneira mais ampla da possibilidade de inclusão de temas transversais nos currículos. Dessa forma, a afirmativa torna-se incompatível com a redação vigente da LDB. A afirmativa referente ao ensino da arte também apresenta incorreção. A LDB estabelece que o ensino da arte constitui componente curricular obrigatório da educação básica, com o objetivo de promover o desenvolvimento cultural dos estudantes. Entretanto, esse ensino integra o currículo regular, não sendo caracterizado como atividade extracurricular. O art. 26, §2º, da LDB dispõe expressamente que “o ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica”. Assim, a afirmativa incorre em erro ao associar o desenvolvimento cultural proporcionado pelo ensino da arte a atividades extracurriculares. Por fim, a afirmativa que trata da exibição de filmes de produção nacional também não corresponde ao texto legal. A LDB determina que a exibição de filmes de produção nacional constitui componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola. Contudo, a lei estabelece que essa exibição deve ocorrer por no mínimo duas horas mensais, e não quatro horas. O art. 26, §8º, da LDB dispõe que “a exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à

	proposta pedagógica da escola, sendo obrigatória por, no mínimo, duas horas mensais". Portanto, a afirmativa apresenta informação divergente do que determina a legislação. Dessa forma, a análise das disposições legais demonstra que apenas a proposição que reproduz a redação anteriormente vigente sobre a inserção de proteção e defesa civil e educação ambiental nos currículos poderia ser considerada correta sob a redação anterior da LDB. Entretanto, considerando a legislação atualmente vigente, todas as demais afirmativas apresentam inconsistências em relação ao texto legal. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO PARA ANULAÇÃO.
Professor II - Educação Física - questão: 15	**Questão: 15** O esporte na escola deve ser tratado como um conteúdo a ser transformado pedagogicamente para atender aos objetivos da educação básica. No que se refere à competição e cooperação nas aulas de Educação Física, assinale a alternativa correta. (A) O esporte na escola deve ser uma cópia do esporte de rendimento, mantendo as mesmas regras e dimensões oficiais das quadras profissionais olímpicas. (B) Os jogos cooperativos buscam inverter a lógica da competição excludente, focando no esforço coletivo para atingir um objetivo comum que beneficie a todos. (C) A transformação didático-pedagógica do esporte prioriza a abordagem teórica dos materiais e conceitos científicos em detrimento da vivência dos movimentos corporais. (D) A competição escolar deve ser utilizada como instrumento de seleção e controle disciplinar, aplicando sanções pedagógicas aos alunos com menor desempenho esportivo. **Recurso:** RECURSO – QUESTÃO 28 Concurso Público – Prefeitura Municipal de Ipuaçu Edital nº 002/2025 Cargo: Professor II Educação física Questão: 15 Fundamentação do recurso A questão aborda o tratamento pedagógico do esporte na escola, especialmente no que se refere às relações entre competição e cooperação nas aulas de Educação Física. Entretanto, observa-se imprecisão conceitual na redação da alternativa (B), apontada como correta, o que compromete a objetividade do item. A alternativa afirma que: "Os jogos cooperativos buscam inverter a lógica da competição excludente, focando no esforço coletivo para atingir um objetivo comum que beneficie a todos." Embora os jogos cooperativos valorizem a participação coletiva, a solidariedade e a construção de objetivos comuns, a literatura da Educação Física escolar não estabelece necessariamente que sua finalidade seja "inverter a lógica da competição". Diversos estudos indicam que competição e cooperação podem coexistir no processo educativo, desde que o esporte seja pedagogicamente mediado pelo professor. Autores da área da Educação Física escolar, como Valter Bracht, defendem que o esporte na escola deve passar por um processo de transformação didático-pedagógica, no qual práticas competitivas podem ser ressignificadas para promover inclusão, participação e reflexão crítica sobre o fenômeno esportivo. Dessa forma, a competição não é necessariamente eliminada ou "invertida", mas reinterpretada pedagogicamente dentro

	do contexto educativo. Além disso, abordagens pedagógicas contemporâneas da Educação Física apontam que os jogos cooperativos constituem uma estratégia metodológica, entre outras, para ampliar a participação e reduzir processos de exclusão, não significando necessariamente a substituição da competição por cooperação. Assim, ao afirmar que os jogos cooperativos “buscam inverter a lógica da competição excludente”, a alternativa apresenta uma generalização conceitual, que pode gerar diferentes interpretações entre candidatos, especialmente considerando que a literatura da área admite múltiplas formas de abordagem do esporte escolar, nas quais competição e cooperação podem ser trabalhadas de maneira complementar. Em provas objetivas de concursos públicos, exige-se que as alternativas apresentem precisão conceitual e ausência de ambiguidades interpretativas. No presente caso, a redação da alternativa não expressa de forma inequívoca o entendimento teórico predominante na área, comprometendo a objetividade da questão. Pedido Diante do exposto, solicita-se a anulação da Questão 15, em razão da imprecisão conceitual presente na alternativa considerada correta, a qual pode gerar diferentes interpretações teóricas no campo da Educação Física escolar. Referência BRACHT, Valter. Educação Física e aprendizagem social. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Ministério da Educação. **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: A questão aborda o tratamento pedagógico do esporte no contexto escolar, especialmente a relação entre competição e cooperação nas aulas de Educação Física. A alternativa considerada correta afirma que os jogos cooperativos buscam inverter a lógica da competição excludente ao enfatizar o esforço coletivo para alcançar um objetivo comum. Essa afirmação está em consonância com a literatura pedagógica da área e com as orientações presentes em documentos curriculares brasileiros, não havendo imprecisão conceitual capaz de comprometer a objetividade da questão. A proposição que afirma que o esporte na escola deve ser uma cópia do esporte de rendimento está incorreta, pois a Educação Física escolar não tem como finalidade reproduzir o modelo do esporte profissional. A literatura da área e os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam que o esporte deve passar por um processo de transformação didático-pedagógica, no qual regras, espaços, objetivos e formas de participação podem ser adaptados para favorecer a inclusão e a aprendizagem. O documento oficial afirma que a prática pedagógica deve garantir a participação de todos os alunos e possibilitar diferentes formas de vivência da cultura corporal. Assim, a simples reprodução das condições do esporte de alto rendimento, com regras rígidas e padrões profissionais, contraria o caráter educativo da disciplina. A alternativa que descreve os jogos cooperativos como estratégias que buscam inverter a lógica da competição excludente está correta. Na Educação Física escolar, os jogos cooperativos são amplamente reconhecidos como práticas pedagógicas que priorizam a participação coletiva, a solidariedade e a construção de objetivos comuns. Sua finalidade pedagógica é justamente reduzir os mecanismos de exclusão frequentemente presentes nas práticas esportivas competitivas tradicionais, nas quais apenas os mais habilidosos tendem a se destacar. Nesse sentido, a literatura educacional destaca que tais jogos reorganizam a dinâmica da atividade para que o êxito dependa da colaboração entre os participantes, e não da derrota de um adversário. A ideia de “inverter a lógica da competição excludente” não significa negar a existência da competição na escola, mas sim propor uma reorganização das práticas de jogo para priorizar a cooperação, a participação e o aprendizado coletivo. Essa interpretação está em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física, que enfatizam que as práticas corporais devem ser trabalhadas de modo a garantir a inclusão e o respeito às diferenças entre os alunos.

	O recurso apresentado sustenta que competição e cooperação podem coexistir no processo educativo, argumento que, embora correto em termos gerais, não invalida a afirmativa considerada correta. A alternativa não afirma que a competição deva ser eliminada do contexto escolar; apenas descreve a finalidade pedagógica dos jogos cooperativos, que é justamente oferecer uma forma de organização das atividades que privilegia a colaboração e busca superar os efeitos excludentes da competição tradicional. Portanto, a coexistência entre competição e cooperação não contradiz a definição apresentada na alternativa. Ao contrário, a própria literatura pedagógica admite que diferentes estratégias metodológicas podem ser utilizadas pelo professor, entre elas os jogos cooperativos, cuja característica central é priorizar objetivos coletivos e participação ampla. A proposição que afirma que a transformação didático-pedagógica do esporte prioriza a abordagem teórica dos materiais e conceitos científicos em detrimento da vivência corporal também está incorreta. A Educação Física escolar fundamenta-se na integração entre experiência prática e reflexão crítica. A vivência dos movimentos corporais constitui elemento central do processo de aprendizagem, sendo complementada por discussões conceituais que ampliam a compreensão do fenômeno esportivo e das práticas corporais. Por fim, a afirmação de que a competição escolar deve ser utilizada como instrumento de seleção ou controle disciplinar, aplicando sanções aos alunos com menor desempenho, também não corresponde às concepções pedagógicas contemporâneas da Educação Física. A competição pode ser utilizada como recurso educativo, mas deve estar orientada por valores de respeito, cooperação, participação e desenvolvimento pessoal, não servindo como mecanismo de exclusão ou punição. Dessa forma, a alternativa que descreve os jogos cooperativos como práticas voltadas ao esforço coletivo e à superação da lógica excludente da competição corresponde adequadamente ao entendimento pedagógico consolidado na área da Educação Física escolar. O argumento apresentado no recurso baseia-se em interpretação ampliada sobre a coexistência entre competição e cooperação, mas não demonstra erro conceitual na alternativa considerada correta, razão pela qual não há fundamento para a anulação da questão. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.
Professor II - Educação Física - questão: 23	**Questão: 23** À medida que o gelo marinho "continue" diminuindo, os ursos precisarão percorrer distâncias maiores para alcançar seus territórios de caça. O verbo destacado na frase encontra-se conjugado no: (A) Futuro do subjuntivo. (B) Presente do indicativo. (C) Presente do subjuntivo. (D) Imperativo afirmativo. **Recurso:** RECURSO – QUESTÃO 23 Concurso Público – Prefeitura Municipal de Ipuaçu Edital nº 002/2025 Cargo: Professor II Educação física Questão: 23 Fundamentação do recurso A questão solicita a identificação do tempo e modo verbal do termo destacado na frase: “À medida que o gelo marinho continue diminuindo, os ursos precisarão percorrer distâncias maiores para alcançar seus territórios de caça.” O gabarito preliminar indica como correta a alternativa (C) Presente do subjuntivo. Contudo, a questão apresenta problema de construção sintática, o que gera dúvida quanto à classificação solicitada. A locução conjuntiva “à medida que” é tradicionalmente classificada pela gramática normativa como locução conjuntiva proporcional, estabelecendo relação de progressão ou simultaneidade entre dois fatos. Nessas construções, a norma culta recomenda o uso

	do modo indicativo, por indicar um fato considerado real ou progressivo. Exemplos: “À medida que o tempo passa, aprendemos mais.” “À medida que a temperatura aumenta, o gelo derrete.” Na frase apresentada na questão, entretanto, utiliza-se “continue”, forma verbal no presente do subjuntivo, o que produz uma construção pouco usual ou estilisticamente inadequada para esse tipo de oração proporcional. Dessa forma, a frase apresenta inconsistência gramatical, podendo gerar interpretação ambígua quanto ao modo verbal esperado na estrutura. Em avaliações objetivas, é recomendável que as alternativas apresentem construções inequívocas, o que não ocorre neste caso. Assim, por apresentar problema de construção e possibilidade de questionamento gramatical, solicita-se a anulação da questão. Pedido: Anulação da Questão 23. **Resposta ao recurso:** Constata-se que o recurso apresentado sustenta que a construção “À medida que o gelo marinho continue diminuindo” apresentaria inadequação sintática, sob o argumento de que a locução conjuntiva “à medida que”, classificada como locução conjuntiva proporcional, seria tradicionalmente empregada com verbos no modo indicativo. Com base nessa alegação, o candidato solicita a anulação da questão por suposta inconsistência gramatical da frase utilizada no enunciado. Entretanto, a argumentação não procede. A questão solicita exclusivamente a identificação do tempo e do modo verbal da forma destacada no período. O verbo “continue” apresenta forma morfológica inequívoca correspondente ao presente do subjuntivo do verbo “continuar”. A identificação do modo e do tempo verbal decorre diretamente da forma flexionada empregada, independentemente de considerações estilísticas sobre a preferência de uso em determinado tipo de construção. Do ponto de vista gramatical, a forma “continue” integra o paradigma do presente do subjuntivo, distinguindo-se claramente das formas do presente do indicativo, como “continua”. Também não corresponde ao futuro do subjuntivo, cujas formas seriam “continuar” ou “continuarem”, nem ao imperativo afirmativo, que expressa ordem ou solicitação e não se aplica à estrutura do período apresentado. Assim, a classificação solicitada pela questão baseia-se na identificação objetiva da flexão verbal utilizada. A alegação de que a locução “à medida que” seria tradicionalmente acompanhada por verbos no indicativo não interfere na análise morfológica da forma verbal presente na frase. Ainda que determinados contextos favoreçam o emprego do indicativo, a presença do subjuntivo não altera a natureza da forma verbal utilizada nem impede sua classificação gramatical. A questão não exige avaliação de adequação estilística, mas apenas o reconhecimento do modo e do tempo da forma verbal destacada. Desse modo, a alternativa indicada no gabarito identifica corretamente que o verbo destacado está flexionado no presente do subjuntivo. Não há inconsistência que comprometa a análise solicitada nem ambiguidade que justifique a anulação da questão. À medida que o gelo marinho “continue” diminuindo, os ursos precisarão percorrer distâncias maiores para alcançar seus territórios de caça. O verbo destacado na frase encontra-se conjugado no Presente do subjuntivo. Certo. O verbo “continue” está flexionado no presente do subjuntivo, forma exigida pela locução conjuntiva “à medida que” quando introduz ideia de processo em curso, hipótese ou variação temporal não plenamente realizada. Presente do indicativo. Errado. O presente do indicativo exigiria a forma “continua”; a flexão “continue” afasta

	essa classificação, apesar de o fato descrito ser real. Futuro do subjuntivo. Errado. O futuro do subjuntivo apresenta formas como “continuar” ou “continuarem”, incompatíveis com a forma verbal empregada na frase. Imperativo afirmativo. Errado. O imperativo expressa ordem, pedido ou conselho, o que não ocorre no período, que estabelece apenas uma relação temporal e condicional entre os fatos. REFERÊNCIAS: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021. ROCHA Lima, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019. RECURSO INDEFERIDO.
Professor II - Educação Física - questão: 28	**Questão: 28** A descoberta, "publicada em uma revista científica", chamou a atenção devido à intensidade das transformações climáticas na região. Em relação à função sintática do termo destacado, é CORRETO afirmar que: (A) Cumpre a função de complemento nominal, pois completa o sentido do substantivo "descoberta", exigindo preposição para integrar o sintagma. (B) Desempenha a função de predicativo do sujeito, uma vez que atribui uma qualidade circunstancial ao termo "a descoberta", associada ao verbo "chamou". (C) Exerce a função de aposto explicativo, pois acrescenta uma informação acessória, separada por vírgulas, sem estabelecer relação sintática direta com o núcleo do sintagma nominal. (D) Atua como adjunto adnominal, por se tratar de oração reduzida de particípio que caracteriza diretamente o substantivo "descoberta". **Recurso:** RECURSO – QUESTÃO 28 Concurso Público – Prefeitura Municipal de Ipuaçu Edital nº 002/2025 Cargo: Professor II Educação física Questão: 28 Fundamentação do recurso A questão solicita a identificação da função sintática do trecho: “publicada em uma revista científica”. Na frase: “A descoberta, publicada em uma revista científica, chamou a atenção da comunidade científica.” O gabarito preliminar indica a alternativa D, classificando o trecho como adjunto adnominal. Contudo, a estrutura apresentada corresponde, do ponto de vista sintático, a uma oração subordinada adjetiva reduzida de particípio, pois exerce função de caracterização do substantivo “descoberta”. Segundo Cunha e Cintra (Nova Gramática do Português Contemporâneo), orações

	reduzidas de particípio exercem frequentemente função equivalente às orações subordinadas adjetivas, podendo ser desenvolvidas por conectivo relativo, como no exemplo: “A descoberta, que foi publicada em uma revista científica, chamou a atenção da comunidade científica.” Nesse caso, a estrutura destacada configura uma oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de particípio, e não apenas um adjunto adnominal simples. Da mesma forma, Evanildo Bechara (Moderna Gramática Portuguesa) reconhece que construções participiais que caracterizam substantivos devem ser analisadas como orações adjetivas reduzidas, pois apresentam estrutura verbal interna. Assim, a alternativa indicada pela banca apresenta classificação discutível, pois reduz uma estrutura oracional a uma função sintática nominal, o que gera divergência interpretativa entre gramáticas normativas. Em provas objetivas, é indispensável que exista uma única resposta inequívoca, o que não ocorre no presente caso. Pedido Existe mais de uma interpretação gramatical possível, solicita-se a anulação da questão 28, com atribuição da pontuação correspondente a todos os candidatos. **Resposta ao recurso:** Constata-se que o recurso apresentado sustenta que o segmento “publicada em uma revista científica” deveria ser classificado exclusivamente como oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de particípio, argumentando que a alternativa indicada no gabarito apresentaria imprecisão ao classificá-lo como adjunto adnominal. O recurso defende ainda que haveria divergência interpretativa entre gramáticas normativas, o que justificaria a anulação da questão. Entretanto, a argumentação não procede. O trecho destacado constitui, de fato, uma oração reduzida de particípio com valor adjetivo, equivalente à forma desenvolvida “que foi publicada em uma revista científica”. Trata-se, portanto, de estrutura de natureza oracional que apresenta valor caracterizador em relação ao substantivo “descoberta”. Todavia, na análise sintática tradicional, não há incompatibilidade entre reconhecer a natureza oracional da estrutura e identificar sua função sintática no interior do sintagma nominal. Orações subordinadas adjetivas — desenvolvidas ou reduzidas — exercem justamente função de modificação do substantivo ao qual se ligam, desempenhando, no plano funcional da oração, papel equivalente ao de um modificador nominal. Assim, quando uma oração de valor adjetivo caracteriza diretamente um substantivo, ela exerce função sintática de adjunto adnominal em relação ao núcleo nominal. Esse entendimento é amplamente reconhecido pela tradição gramatical, que admite que orações adjetivas, inclusive as reduzidas de particípio, desempenhem função modificadora do nome. No caso apresentado, o segmento “publicada em uma revista científica” estabelece relação direta de caracterização com o substantivo “descoberta”, qualificando-o e integrando-se ao sintagma nominal. A presença de vírgulas apenas indica valor explicativo da informação acrescentada, mas não altera a função sintática exercida pela estrutura em relação ao substantivo. A alegação de que a classificação como oração subordinada adjetiva explicativa excluiria a possibilidade de análise como adjunto adnominal não se sustenta, pois essas categorias pertencem a níveis distintos de descrição gramatical. A identificação da natureza da oração e a determinação de sua função sintática são análises complementares, e não excludentes. Dessa forma, a alternativa indicada no gabarito descreve corretamente a função sintática

	do termo destacado ao reconhecer que se trata de uma oração reduzida de particípio que caracteriza o substantivo “descoberta”, exercendo função de adjunto adnominal. Não há ambiguidade nem divergência conceitual que comprometa a objetividade da questão. A descoberta, “publicada em uma revista científica”, chamou a atenção devido à intensidade das transformações climáticas na região. Em relação à função sintática do termo destacado, é CORRETO afirmar que Atua como adjunto adnominal, por se tratar de oração reduzida de particípio que caracteriza diretamente o substantivo “descoberta”. Certo. A expressão “publicada em uma revista científica” funciona como oração reduzida de particípio com valor adjetivo, modificando e especificando o substantivo “descoberta”, razão pela qual exerce função de adjunto adnominal. Exerce a função de aposto explicativo, pois acrescenta uma informação acessória, separada por vírgulas, sem estabelecer relação sintática direta com o núcleo do sintagma nominal. Errado. Embora esteja isolada por vírgulas, a expressão mantém relação sintática direta de caracterização com o substantivo “descoberta”, o que a afasta da função de aposto. Desempenha a função de predicativo do sujeito, uma vez que atribui uma qualidade circunstancial ao termo “a descoberta”, associada ao verbo “chamou”. Errado. O predicativo do sujeito se vincula a verbo de ligação ou a verbo significativo com valor predicativo, o que não ocorre na estrutura apresentada, em que o termo apenas modifica o substantivo. Cumpre a função de complemento nominal, pois completa o sentido do substantivo “descoberta”, exigindo preposição para integrar o sintagma. Errado. O complemento nominal é regido por nome abstrato e introduzido por preposição; já o termo destacado é oração reduzida com valor adjetivo, sem função de complementação nominal. REFERÊNCIAS: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021. ROCHA Lima, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019. RECURSO INDEFERIDO.
Professor II - Educação Infantil - questão: 21	**Questão: 21** A descoberta, "publicada em uma revista científica", chamou a atenção devido à intensidade das transformações climáticas na região. Em relação à função sintática do termo destacado, é CORRETO afirmar que: (A) Cumpre a função de complemento nominal, pois completa o sentido do substantivo "descoberta", exigindo preposição para integrar o sintagma. (B) Exerce a função de aposto explicativo, pois acrescenta uma informação acessória, separada por vírgulas, sem estabelecer relação sintática direta com o núcleo do sintagma nominal. (C) Atua como adjunto adnominal, por se tratar de oração reduzida de particípio que caracteriza diretamente o substantivo "descoberta". (D) Desempenha a função de predicativo do sujeito, uma vez que atribui uma qualidade circunstancial ao

	termo "a descoberta", associada ao verbo "chamou". **Recurso:** RECURSO – QUESTÃO 21 Concurso Público – Prefeitura Municipal de Ipuaçu Edital nº 002/2025 Cargo: Professor II Educação Infantil Questão: 21 Fundamentação do recurso A questão solicita a identificação da função sintática do trecho: “publicada em uma revista científica”. Na frase: “A descoberta, publicada em uma revista científica, chamou a atenção da comunidade científica.” O gabarito preliminar indica a alternativa C, classificando o trecho como adjunto adnominal. Contudo, a estrutura apresentada corresponde, do ponto de vista sintático, a uma oração subordinada adjetiva reduzida de particípio, pois exerce função de caracterização do substantivo “descoberta”. Segundo Cunha e Cintra (Nova Gramática do Português Contemporâneo), orações reduzidas de particípio exercem frequentemente função equivalente às orações subordinadas adjetivas, podendo ser desenvolvidas por conectivo relativo, como no exemplo: “A descoberta, que foi publicada em uma revista científica, chamou a atenção da comunidade científica.” Nesse caso, a estrutura destacada configura uma oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de particípio, e não apenas um adjunto adnominal simples. Da mesma forma, Evanildo Bechara (Moderna Gramática Portuguesa) reconhece que construções participiais que caracterizam substantivos devem ser analisadas como orações adjetivas reduzidas, pois apresentam estrutura verbal interna. Assim, a alternativa indicada pela banca apresenta classificação discutível, pois reduz uma estrutura oracional a uma função sintática nominal, o que gera divergência interpretativa entre gramáticas normativas. Em provas objetivas, é indispensável que exista uma única resposta inequívoca, o que não ocorre no presente caso. Pedido Diante da existência de mais de uma interpretação gramatical possível, solicita-se a anulação da questão 21, com atribuição da pontuação correspondente a todos os candidatos. **Resposta ao recurso:** Constata-se que o recurso apresentado sustenta que o segmento “publicada em uma revista científica” deveria ser classificado exclusivamente como oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de particípio, argumentando que a alternativa indicada no gabarito apresentaria imprecisão ao identificá-lo como adjunto adnominal. O recurso afirma ainda que haveria divergência interpretativa entre gramáticas normativas, o que comprometeria a objetividade da questão. Entretanto, tal argumentação não procede. O trecho destacado constitui, de fato, uma oração reduzida de particípio com valor adjetivo, equivalente à forma desenvolvida “que foi publicada em uma revista científica”. Trata-se, portanto, de estrutura que caracteriza diretamente o substantivo “descoberta”, acrescentando-lhe uma informação explicativa acerca de sua publicação. Contudo, na análise sintática da oração, a identificação da natureza da estrutura — como oração subordinada adjetiva reduzida — não exclui a determinação de sua função sintática em relação ao substantivo ao qual se vincula. Orações subordinadas adjetivas,

	sejam desenvolvidas ou reduzidas, exercem precisamente função de modificação do substantivo antecedente, desempenhando papel equivalente ao de um adjetivo ou de outra expressão qualificadora. Assim, no plano funcional da oração, estruturas de valor adjetivo que caracterizam diretamente um substantivo exercem função de adjunto adnominal. Esse entendimento é reconhecido pela tradição gramatical, que admite que orações subordinadas adjetivas atuem como modificadores nominais no interior do sintagma. No período apresentado, a expressão “publicada em uma revista científica” estabelece relação direta de caracterização com o substantivo “descoberta”, qualificando-o e integrando-se ao sintagma nominal. A presença de vírgulas apenas indica valor explicativo da informação acrescentada, mas não altera a natureza da relação sintática estabelecida entre a oração reduzida e o substantivo que ela modifica. A alegação de que a estrutura deveria ser analisada apenas como oração subordinada adjetiva explicativa não invalida a classificação funcional apresentada na alternativa indicada no gabarito. A natureza oracional da construção e sua função sintática de modificação nominal constituem análises complementares, pertencentes a níveis distintos de descrição gramatical. Dessa forma, a alternativa considerada correta identifica adequadamente a função sintática exercida pelo termo destacado, reconhecendo tratar-se de oração reduzida de particípio com valor adjetivo que caracteriza o substantivo “descoberta”, exercendo função de adjunto adnominal. Não há imprecisão conceitual nem possibilidade de interpretação que comprometa a objetividade da questão. A descoberta, “publicada em uma revista científica”, chamou a atenção devido à intensidade das transformações climáticas na região. Em relação à função sintática do termo destacado, é CORRETO afirmar que Atua como adjunto adnominal, por se tratar de oração reduzida de particípio que caracteriza diretamente o substantivo “descoberta”. Certo. A expressão “publicada em uma revista científica” funciona como oração reduzida de particípio com valor adjetivo, modificando e especificando o substantivo “descoberta”, razão pela qual exerce função de adjunto adnominal. Exerce a função de aposto explicativo, pois acrescenta uma informação acessória, separada por vírgulas, sem estabelecer relação sintática direta com o núcleo do sintagma nominal. Errado. Embora esteja isolada por vírgulas, a expressão mantém relação sintática direta de caracterização com o substantivo “descoberta”, o que a afasta da função de aposto. Desempenha a função de predicativo do sujeito, uma vez que atribui uma qualidade circunstancial ao termo “a descoberta”, associada ao verbo “chamou”. Errado. O predicativo do sujeito se vincula a verbo de ligação ou a verbo significativo com valor predicativo, o que não ocorre na estrutura apresentada, em que o termo apenas modifica o substantivo. Cumpre a função de complemento nominal, pois completa o sentido do substantivo “descoberta”, exigindo preposição para integrar o sintagma. Errado. O complemento nominal é regido por nome abstrato e introduzido por preposição; já o termo destacado é oração reduzida com valor adjetivo, sem função de complementação nominal. REFERÊNCIAS: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021.

	ROCHA Lima, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019. RECURSO INDEFERIDO.
Professor II - Educação Infantil - questão: 26	**Questão: 26** O texto apresenta características específicas quanto ao tipo e ao gênero textual empregados, considerando sua finalidade comunicativa, estrutura e linguagem. Assinale a alternativa CORRETA. (A) Configura-se como texto narrativo-argumentativo, pois relata acontecimentos em sequência temporal, apresenta personagens coletivos e busca persuadir o leitor por meio de opiniões explícitas sobre as mudanças climáticas. (B) Trata-se de um artigo de divulgação científica, estruturado predominantemente pelo tipo dissertativo-expositivo, com linguagem objetiva voltada à apresentação e interpretação de dados científicos. (C) Caracteriza-se como texto predominantemente injuntivo, pois orienta comportamentos, sugere ações preventivas e prescreve medidas necessárias para a preservação da espécie em risco ambiental. (D) Enquadra-se no gênero relatório técnico-científico, uma vez que apresenta dados numéricos, períodos de coleta, análise metodológica detalhada e terminologia especializada própria de textos acadêmicos formais. **Recurso:** RECURSO – QUESTÃO 26 Concurso Público – Prefeitura Municipal de Ipuaçu Edital nº 002/2025 Cargo: Professor II – Educação Infantil Questão: 26 Fundamentação do recurso A questão solicita a identificação do gênero e da natureza textual do texto apresentado. O gabarito preliminar indica como correta a alternativa que o classifica como artigo de divulgação científica de natureza dissertativo-expositiva. Entretanto, essa classificação não se apresenta como a única interpretação possível. O texto apresenta características comuns à divulgação científica em contexto jornalístico, tais como a apresentação de resultados de pesquisa, o uso de linguagem acessível ao público em geral, a referência a estudo publicado em revista científica e a circulação em meio de caráter informativo. Tais elementos são recorrentes tanto em artigos de divulgação científica quanto em reportagens ou notícias científicas. Conforme destacam Marcuschi (2008) e Koch & Elias (2015), textos de divulgação científica frequentemente apresentam caráter híbrido, podendo assumir diferentes configurações dentro dos gêneros do campo jornalístico e científico. Dessa forma, a classificação pode variar conforme o enfoque analítico adotado. Nesse sentido, o texto apresentado admite mais de uma possibilidade de enquadramento, podendo ser interpretado como: artigo de divulgação científica; reportagem científica; texto jornalístico de caráter informativo. Diante disso, a alternativa indicada pela banca não representa a única classificação plausível para o texto, o que gera margem para diferentes interpretações e compromete a objetividade necessária em questões de múltipla escolha.

	Pedido Diante da existência de mais de uma classificação textual possível, solicita-se a anulação da questão 26. **Resposta ao recurso:** Constata-se que o recurso apresentado sustenta que o texto poderia admitir mais de uma classificação de gênero, argumentando que estruturas de divulgação científica frequentemente circulam também em contextos jornalísticos, como reportagens ou notícias científicas. Com base nessa possibilidade de variação classificatória, o candidato solicita a anulação da questão por suposta ausência de alternativa inequívoca. Entretanto, tal argumentação não procede quando se considera o objeto efetivamente cobrado pela questão. O enunciado solicita a identificação do gênero e do tipo textual predominante a partir da finalidade comunicativa, da estrutura e da linguagem do texto apresentado. A alternativa indicada no gabarito identifica corretamente que se trata de um artigo de divulgação científica estruturado predominantemente pelo tipo dissertativo-expositivo. O texto apresenta características típicas desse gênero: exposição de resultados de pesquisa, explicação de fenômenos científicos, apresentação de dados interpretados e organização das informações em sequência lógica de caráter explicativo. A linguagem empregada é objetiva, informativa e voltada à compreensão de um público mais amplo, traço característico da divulgação científica, cuja finalidade é tornar acessíveis conhecimentos produzidos no âmbito da pesquisa científica. Embora textos de divulgação científica possam circular em veículos jornalísticos, essa circunstância não altera sua natureza discursiva nem sua finalidade comunicativa. O fato de um texto de divulgação científica ser veiculado em meios informativos não o transforma automaticamente em reportagem ou notícia, pois tais gêneros apresentam características estruturais próprias, como foco em fatos imediatos, organização em formato noticioso e maior ênfase na atualidade informativa. No caso do texto analisado, não se observa estrutura narrativa nem desenvolvimento de enredo que caracterize texto narrativo, tampouco há prescrição de comportamentos que configure predominância do tipo injuntivo. Da mesma forma, não há organização formal típica de relatório técnico-científico, como descrição metodológica detalhada, apresentação sistemática de procedimentos de pesquisa ou terminologia especializada voltada a público acadêmico. Assim, a alternativa indicada no gabarito identifica corretamente tanto o gênero textual quanto o tipo predominante do texto, ao reconhecer sua natureza de divulgação científica estruturada por exposição e explicação de dados e fenômenos. A possibilidade teórica de aproximação com outros gêneros não compromete a objetividade da questão, pois a classificação proposta corresponde à caracterização predominante observável no texto. Dessa forma, não há ambiguidade interpretativa que justifique a anulação da questão. O texto apresenta características específicas quanto ao tipo e ao gênero textual empregados, considerando sua finalidade comunicativa, estrutura e linguagem. Assinale a alternativa CORRETA. Trata-se de um artigo de divulgação científica, estruturado predominantemente pelo tipo dissertativo-expositivo, com linguagem objetiva voltada à apresentação e interpretação de dados científicos. Certo. O texto expõe resultados de pesquisas, explica fenômenos, estabelece relações de causa e consequência e sintetiza conclusões científicas em linguagem clara, formal e informativa, características típicas do gênero divulgação científica e do tipo dissertativo-expositivo.

	Configura-se como texto narrativo-argumentativo, pois relata acontecimentos em sequência temporal, apresenta personagens coletivos e busca persuadir o leitor por meio de opiniões explícitas sobre as mudanças climáticas. Errado. Embora haja referência temporal, não há narrativa de ações com enredo nem defesa explícita de opinião; o texto mantém caráter explicativo e informativo, sem intenção persuasiva direta nem estrutura narrativa. Enquadra-se no gênero relatório técnico-científico, uma vez que apresenta dados numéricos, períodos de coleta, análise metodológica detalhada e terminologia especializada própria de textos acadêmicos formais. Errado. O texto não segue estrutura de relatório científico nem apresenta metodologia detalhada ou linguagem técnica especializada; seu objetivo é divulgar resultados científicos a um público amplo, característica da divulgação científica. Caracteriza-se como texto predominantemente injuntivo, pois orienta comportamentos, sugere ações preventivas e prescreve medidas necessárias para a preservação da espécie em risco ambiental. Errado. O texto informa e analisa dados científicos, mas não instrui nem prescreve ações diretas ao leitor, o que afasta o tipo injuntivo como predominante. RECURSO INDEFERIDO.
Professor II - Educação Infantil - questão: 27	**Questão: 27** Além disso, a redução do gelo faz com que as focas se "concentrem" em áreas menores, o que facilita a caça pelos ursos. Em relação à regência verbal do verbo destacado, é CORRETO afirmar que (A) O verbo "concentrem" estabelece regência variável, podendo reger objeto direto ou indireto indistintamente no contexto apresentado. (B) O verbo "concentrem" é transitivo direto, pois seleciona complemento sem preposição, sendo "áreas menores" seu objeto direto. (C) O verbo "concentrem" é intransitivo, já que o sentido pleno da ação se completa sem a necessidade de complemento verbal. (D) O verbo "concentrem" integra a forma pronominal "concentrar-se" e rege a preposição "em", exigindo complemento introduzido por essa preposição. **Recurso:** RECURSO – QUESTÃO 27 Concurso Público – Prefeitura Municipal de Ipuaçu Edital nº 002/2025 Cargo: Professor II Educação Infantil Questão: 27 Fundamentação do recurso A questão analisa a regência verbal na estrutura: “as focas se concentrem em áreas menores”. O gabarito preliminar aponta a alternativa D como correta. Contudo, observa-se que o enunciado não delimita com precisão se a análise deve considerar: • o verbo concentrar, ou • a locução pronominal concentrar-se. Essa distinção é relevante, pois a presença do pronome reflexivo altera a classificação sintática do verbo. Segundo Rocha Lima (Gramática Normativa da Língua Portuguesa), o verbo concentrar-se constitui forma pronominal, cuja regência se estabelece com a preposição

	“em”, formando complemento preposicionado. Entretanto, quando analisado apenas o verbo concentrar, a estrutura pode admitir classificação distinta, podendo ser interpretado como verbo transitivo direto em outros contextos. Além disso, a construção apresentada ocorre dentro de oração subordinada introduzida por “que”, o que pode modificar a análise do complemento verbal dependendo do recorte sintático adotado. Dessa forma, a formulação da questão permite interpretações divergentes quanto ao objeto da análise, comprometendo a objetividade necessária em questões de múltipla escolha. Pedido Diante da imprecisão na formulação do enunciado e da possibilidade de dupla interpretação sintática, solicita-se a anulação da questão 27. **Resposta ao recurso:** Constata-se que o recurso apresentado sustenta que o enunciado permitiria dupla interpretação quanto ao objeto da análise sintática, alegando que não estaria claro se a regência deveria ser analisada em relação ao verbo “concentrar” ou à forma pronominal “concentrar-se”. Com base nessa suposta imprecisão, o candidato solicita a anulação da questão. Entretanto, tal argumentação não procede quando se considera a estrutura efetivamente presente no período. A frase apresentada no enunciado contém explicitamente a forma pronominal “se concentrem”, o que caracteriza de maneira inequívoca o emprego do verbo na forma pronominal “concentrar-se”. Dessa forma, a análise da regência verbal deve necessariamente considerar essa forma, e não o verbo em uso não pronominal. Na construção “as focas se concentrem em áreas menores”, o verbo ocorre acompanhado do pronome reflexivo “se”, integrando a forma pronominal “concentrar-se”. Nessa estrutura, a regência verbal estabelece relação com a preposição “em”, que introduz o complemento “em áreas menores”. Assim, o verbo exige complemento introduzido por preposição, característica típica da regência dessa forma verbal no contexto apresentado. A alegação de que o verbo “concentrar” poderia apresentar comportamento transitivo direto em outros contextos não interfere na análise da frase proposta pela questão. A classificação da regência verbal deve sempre considerar o uso concreto do verbo no período analisado, e não possibilidades de emprego em estruturas distintas. No enunciado apresentado, a construção pronominal determina claramente a regência com a preposição “em”. Também não procede a afirmação de que a presença da oração subordinada introduzida por “que” alteraria a análise sintática da regência verbal. Essa estrutura apenas introduz a oração subordinada integrante do período, não interferindo na relação regencial estabelecida entre o verbo “concentrar-se” e o complemento preposicionado que o acompanha. Dessa forma, a alternativa indicada no gabarito identifica corretamente a regência verbal do verbo destacado, reconhecendo que se trata da forma pronominal “concentrar-se”, que rege a preposição “em” e exige complemento introduzido por essa preposição. A formulação da questão não apresenta ambiguidade nem permite interpretações divergentes que comprometam sua objetividade. Além disso, a redução do gelo faz com que as focas se “concentrem” em áreas menores, o que facilita a caça pelos ursos. Em relação à regência verbal do verbo destacado, é CORRETO afirmar que O verbo “concentrem” integra a forma pronominal “concentrar-se” e rege a preposição

	“em”, exigindo complemento introduzido por essa preposição. Certo. Na frase, o verbo ocorre como pronominal (“concentrar-se”) e estabelece regência com a preposição “em”, que introduz o complemento “em áreas menores”, configurando objeto indireto exigido pelo verbo. O verbo “concentrem” é transitivo direto, pois seleciona complemento sem preposição, sendo “áreas menores” seu objeto direto. Errado. O complemento do verbo não se liga diretamente ao verbo, mas por meio da preposição “em”, o que afasta a transitividade direta e confirma a exigência de regência preposicionada. O verbo “concentrem” é intransitivo, já que o sentido pleno da ação se completa sem a necessidade de complemento verbal. Errado. O sentido do verbo, na construção apresentada, depende do complemento introduzido por preposição, o que descaracteriza a intransitividade. O verbo “concentrem” estabelece regência variável, podendo reger objeto direto ou indireto indistintamente no contexto apresentado. Errado. No contexto sintático da frase, o verbo ocorre em construção fixa como pronominal, com regência determinada da preposição “em”, não havendo alternância regencial admissível. REFERÊNCIAS: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021. ROCHA Lima, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019. RECURSO INDEFERIDO.
Professor II - Inglês - questão: 12	**Questão: 12** A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) organiza a educação escolar em níveis e modalidades, definindo competências para as disciplinas. Sobre o ensino de línguas estrangeiras na educação básica, analise as afirmativas a seguir: I.Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da 5a série/5o ano, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição. II.Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. III.Os currículos da educação infantil devem instituir a língua inglesa como componente curricular obrigatório para crianças a partir dos dois anos de idade em todas as creches. Está correto o que se afirma em: (A) I e II apenas. (B) III apenas. (C) II apenas. (D) I, II e III.

	Recurso 01: RECURSO – QUESTÃO SOBRE LÍNGUA ESTRANGEIRA NA LDB Solicito a revisão do gabarito da questão que trata do ensino de línguas estrangeiras na educação básica conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). A afirmativa I apresenta informação desatualizada em relação à legislação vigente. O item afirma que o ensino de língua estrangeira deve ocorrer "a partir da 5ª série/5º ano". Contudo, após a alteração promovida pela Lei nº 13.415 de 2017, que modificou dispositivos da LDB, o art. 26, §5º estabelece que no currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa. Portanto, a redação apresentada na afirmativa I refere-se à versão anterior da lei, estando em desacordo com a legislação atual, o que a torna incorreta. A afirmativa II está correta, pois está de acordo com o art. 35-A, §4º da LDB, o qual determina que os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa, podendo ser ofertadas outras línguas estrangeiras em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, conforme a disponibilidade dos sistemas de ensino. A afirmativa III também está incorreta, pois a LDB não estabelece a obrigatoriedade do ensino de língua inglesa na educação infantil, tampouco determina a sua oferta a partir dos dois anos de idade nas creches. Dessa forma, considerando a legislação vigente, conclui-se que: Afirmativa I – Incorreta (conteúdo desatualizado da LDB); Afirmativa II – Correta; Afirmativa III – Incorreta. Assim, apenas a afirmativa II está correta, sendo a alternativa adequada (C) II apenas. Diante do exposto, solicita-se a revisão do gabarito da questão, com a atribuição da alternativa C como resposta correta. **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se será necessária a correção do gabarito preliminar, visto que: Afirmativa I – Incorreta. A afirmativa não está de acordo com a redação atualmente vigente da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB). Embora o texto apresentado corresponda à redação antiga da lei, ele foi modificado pela Lei nº 13.415/2017. A legislação atual determina expressamente que a língua estrangeira obrigatória no ensino fundamental é a língua inglesa e que sua oferta ocorre a partir do sexto ano. O art. 26, §5º da LDB estabelece: "No currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa." Desse modo, a afirmativa torna-se incorreta por dois motivos: afirma que o ensino ocorre a partir da 5ª série/5º ano, enquanto a lei fixa a partir do sexto ano, e indica o ensino de "pelo menos uma língua estrangeira moderna" escolhida pela comunidade escolar, quando a legislação vigente determina especificamente a língua inglesa como obrigatória. Assim, a assertiva não corresponde ao texto legal atualmente em vigor. Afirmativa II – Correta. A afirmativa está de acordo com a legislação vigente. A Lei nº 13.415/2017 alterou a LDB e estabeleceu a obrigatoriedade da língua inglesa no ensino médio. O art. 35-A, §4º da LDB dispõe: "Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol." Assim, a lei determina que a língua inglesa integre obrigatoriamente os currículos do ensino médio, permitindo que outras línguas estrangeiras sejam ofertadas opcionalmente,

	de acordo com a organização dos sistemas de ensino. Dessa forma, a afirmativa reproduz corretamente o conteúdo normativo. Afirmativa III – Incorreta. A afirmativa não possui respaldo na legislação educacional brasileira. A LDB estabelece que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e possui finalidade própria relacionada ao desenvolvimento integral da criança. O art. 29 da LDB dispõe: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” A legislação não determina a obrigatoriedade do ensino de língua inglesa ou de qualquer língua estrangeira na educação infantil, tampouco fixa idade mínima para sua introdução em creches. Assim, ao afirmar que os currículos da educação infantil devem instituir obrigatoriamente a língua inglesa a partir dos dois anos de idade, a assertiva apresenta conteúdo sem fundamento legal. Assim, diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO para a correção do gabarito para a opção II apenas.
Professor II - Inglês - questão: 12	**Questão: 12** A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) organiza a educação escolar em níveis e modalidades, definindo competências para as disciplinas. Sobre o ensino de línguas estrangeiras na educação básica, analise as afirmativas a seguir: I.Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da 5a série/5o ano, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição. II.Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. III.Os currículos da educação infantil devem instituir a língua inglesa como componente curricular obrigatório para crianças a partir dos dois anos de idade em todas as creches. Está correto o que se afirma em: (A) I e II apenas. (B) III apenas. (C) II apenas. (D) I, II e III. **Recurso:** Pedido de Alteração de Gabarito O gabarito preliminar aponta a alternativa (A) como correta, validando o item I como verdadeiro. Contudo, tal item apresenta incorreção técnica à luz da legislação educacional vigente. 1. Violação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) O item I afirma a obrigatoriedade da oferta de língua estrangeira a partir do 5º ano do Ensino Fundamental. Entretanto, o Art. 26, §5º, com redação dada pela Lei nº 13.415/2017, estabelece expressamente: “No currículo do ensino fundamental, a partir do 6º ano, será ofertada a língua inglesa.”

	O 5º ano integra os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, etapa para a qual a legislação federal não determina obrigatoriedade de oferta da Língua Inglesa. 2. Inconformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) A BNCC, na seção referente à Língua Inglesa (Ensino Fundamental – Anos Finais), define o componente como obrigatório especificamente do 6º ao 9º ano. As competências e habilidades estão organizadas exclusivamente para essa etapa, inexistindo previsão de obrigatoriedade para o 5º ano. Pedido Diante do conflito com a LDB (Art. 26, §5º) e com a BNCC, o item I deve ser considerado FALSO, razão pela qual a alternativa (A) encontra-se incorreta. Requer-se, portanto, a alteração do gabarito para a alternativa (C). **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se será necessária a correção do gabarito preliminar, visto que: Afirmativa I – Incorreta. A afirmativa não está de acordo com a redação atualmente vigente da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB). Embora o texto apresentado corresponda à redação antiga da lei, ele foi modificado pela Lei nº 13.415/2017. A legislação atual determina expressamente que a língua estrangeira obrigatória no ensino fundamental é a língua inglesa e que sua oferta ocorre a partir do sexto ano. O art. 26, §5º da LDB estabelece: “No currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa.” Desse modo, a afirmativa torna-se incorreta por dois motivos: afirma que o ensino ocorre a partir da 5ª série/5º ano, enquanto a lei fixa a partir do sexto ano, e indica o ensino de “pelo menos uma língua estrangeira moderna” escolhida pela comunidade escolar, quando a legislação vigente determina especificamente a língua inglesa como obrigatória. Assim, a assertiva não corresponde ao texto legal atualmente em vigor. Afirmativa II – Correta. A afirmativa está de acordo com a legislação vigente. A Lei nº 13.415/2017 alterou a LDB e estabeleceu a obrigatoriedade da língua inglesa no ensino médio. O art. 35-A, §4º da LDB dispõe: “Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol.” Assim, a lei determina que a língua inglesa integre obrigatoriamente os currículos do ensino médio, permitindo que outras línguas estrangeiras sejam ofertadas opcionalmente, de acordo com a organização dos sistemas de ensino. Dessa forma, a afirmativa reproduz corretamente o conteúdo normativo. Afirmativa III – Incorreta. A afirmativa não possui respaldo na legislação educacional brasileira. A LDB estabelece que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e possui finalidade própria relacionada ao desenvolvimento integral da criança. O art. 29 da LDB dispõe: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” A legislação não determina a obrigatoriedade do ensino de língua inglesa ou de qualquer língua estrangeira na educação infantil, tampouco fixa idade mínima para sua introdução em creches. Assim, ao afirmar que os currículos da educação infantil devem instituir obrigatoriamente a língua inglesa a partir dos dois anos de idade, a assertiva apresenta conteúdo sem fundamento legal.

	Assim, diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO para a correção do gabarito para a opção II apenas.
Professor II - Psicopedagoga - questão: 17	**Questão: 17** No âmbito dos projetos educacionais articulados à formação continuada, o trabalho interdisciplinar e a atuação em equipes multiprofissionais têm sido compreendidos como dispositivos institucionais estratégicos para qualificar os processos educativos. Considerando aportes teóricos da educação crítica, da psicopedagogia institucional e da gestão democrática, assinale a alternativa CORRETA: (A) A concepção de projetos educacionais integrados pressupõe a construção coletiva de diagnósticos institucionais e a circulação reflexiva de saberes entre profissionais, de forma que a corresponsabilidade decorra da negociação permanente entre referenciais teóricos, práticas formativas e objetivos educacionais. (B) A integração multiprofissional em projetos educacionais consolida-se quando os diferentes campos de saber delimitam fronteiras operacionais claras, permitindo cooperação funcional sem comprometer a coerência epistemológica das práticas formativas desenvolvidas. (C) A articulação entre formação continuada e trabalho interdisciplinar fundamenta-se na coordenação técnica das ações pedagógicas, assegurando convergência metodológica entre áreas distintas, ainda que os processos decisórios permaneçam vinculados a instâncias hierarquicamente definidas. (D) O acompanhamento de projetos educacionais orientados à formação continuada exige alinhamento procedimental entre profissionais, de modo que a corresponsabilidade se configure como adesão compartilhada às metas institucionais previamente estabelecidas. **Recurso:** QUESTÃO 17 Concurso Público –Prefeitura Municipal de Ipuaçu Edital nº002/2025 Cargo: Professor II – Psicopedagoga Ipuaçu sc Fundamentação do recurso A questão 17 aborda o trabalho interdisciplinar e a atuação em equipes multiprofissionais no contexto de projetos educacionais articulados à formação continuada, mencionando como base teórica a educação crítica, a psicopedagogia institucional e a gestão democrática. Entretanto, observa-se que o enunciado apresenta uma formulação excessivamente ampla e teórica, sem delimitar de maneira clara o referencial conceitual específico que deve orientar a interpretação da questão. Tal situação permite múltiplas leituras epistemológicas acerca da interdisciplinaridade e da atuação multiprofissional no campo educacional. Na literatura educacional, especialmente em perspectivas vinculadas à educação crítica e à psicopedagogia institucional, autores como Paulo Freire, Alicia Fernández e Jorge

	Visca defendem que o trabalho interdisciplinar e institucional envolve processos de construção coletiva do conhecimento, negociação de saberes e corresponsabilidade entre os diferentes sujeitos da prática educativa. Nesse sentido, diferentes alternativas da questão podem ser interpretadas como coerentes com determinados referenciais teóricos, sobretudo quando se considera que o trabalho multiprofissional na escola pode assumir distintas configurações institucionais, variando conforme o modelo de gestão, a organização pedagógica e a concepção de formação continuada adotada pela instituição. Assim, a ausência de delimitação teórica precisa no enunciado gera ambiguidade interpretativa, permitindo que mais de uma alternativa seja considerada plausível do ponto de vista conceitual. Esse tipo de situação compromete o princípio da objetividade que deve orientar as questões de múltipla escolha em concursos públicos. Dessa forma, diante da possibilidade de dupla interpretação e da ausência de referência conceitual explicitada no enunciado, solicita-se respeitosamente a anulação da questão 17, com a consequente atribuição da pontuação correspondente a todos os candidatos. Pedido Diante do exposto, requer-se a anulação da questão 17, por apresentar ambiguidade conceitual e possibilidade de múltiplas interpretações teóricas, o que compromete a objetividade da avaliação. **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir: “A concepção de projetos educacionais integrados pressupõe a construção coletiva de diagnósticos institucionais e a circulação reflexiva de saberes entre profissionais, de forma que a corresponsabilidade decorra da negociação permanente entre referenciais teóricos, práticas formativas e objetivos educacionais.” Análise: – Essa alternativa descreve de modo coerente os princípios da educação crítica (Freire), da psicopedagogia institucional (Bleger, Fernández) e da gestão democrática (Paro, Dourado). – A construção coletiva, a circulação de saberes, a negociação permanente e a corresponsabilidade são conceitos centrais nesses referenciais. Alternativa correta. Ela é a única que expressa: planejamento coletivo; diagnóstico institucional construído no diálogo; circulação reflexiva de saberes; corresponsabilidade como prática democrática; negociação permanente entre teoria e prática. Esses são fundamentos comuns da educação crítica, da psicopedagogia institucional e da gestão democrática.

	“A integração multiprofissional em projetos educacionais consolida-se quando os diferentes campos de saber delimitam fronteiras operacionais claras, permitindo cooperação funcional sem comprometer a coerência epistemológica das práticas formativas desenvolvidas.” Análise: – A alternativa propõe uma lógica de separação rígida entre saberes, típica da multidisciplinaridade, não da interdisciplinaridade. – Para a educação crítica e a psicopedagogia institucional, as fronteiras entre áreas precisam ser permeáveis, permitindo trocas e construção mútua. Alternativa incorreta. “A articulação entre formação continuada e trabalho interdisciplinar fundamenta-se na coordenação técnica das ações pedagógicas, assegurando convergência metodológica entre áreas distintas, ainda que os processos decisórios permaneçam vinculados a instâncias hierarquicamente definidas.” Análise: – A coordenação técnica como eixo e a manutenção de decisões hierárquicas contrariam a gestão democrática, que defende participação, diálogo e horizontalidade. – A interdisciplinaridade não é mera convergência metodológica: envolve planejamento colaborativo e troca efetiva entre profissionais. Alternativa incorreta. “O acompanhamento de projetos educacionais orientados à formação continuada exige alinhamento procedimental entre profissionais, de modo que a corresponsabilidade se configure como adesão compartilhada às metas institucionais previamente estabelecidas.” Análise: – A alternativa reduz corresponsabilidade a adesão a metas já fixadas, o que reflete um modelo gerencial e centralizado. – Educação crítica, psicopedagogia institucional e gestão democrática defendem metas construídas coletivamente, não impostas por instâncias superiores. Alternativa incorreta. Bibliografia BECKER, Fernando. Educação e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artmed, 2001. BLEGER, José. Psicologia institucional. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. DOURADO, Luiz Fernandes. Gestão democrática da educação: atuais tendências, desafios e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2012. FERNÁNDEZ, Alicia. A inteligência aprisionada: abordagens psicopedagógicas. Porto Alegre: Artmed, 2001. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 2. ed. São Paulo: Cortêz, 2006.

	Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.
Professor II - Psicopedagoga - questão: 26	**Questão: 26** A descoberta, "publicada em uma revista científica", chamou a atenção devido à intensidade das transformações climáticas na região. Em relação à função sintática do termo destacado, é CORRETO afirmar que: (A) Atua como adjunto adnominal, por se tratar de oração reduzida de particípio que caracteriza diretamente o substantivo "descoberta". (B) Cumpre a função de complemento nominal, pois completa o sentido do substantivo "descoberta", exigindo preposição para integrar o sintagma. (C) Desempenha a função de predicativo do sujeito, uma vez que atribui uma qualidade circunstancial ao termo "a descoberta", associada ao verbo "chamou". (D) Exerce a função de aposto explicativo, pois acrescenta uma informação acessória, separada por vírgulas, sem estabelecer relação sintática direta com o núcleo do sintagma nominal. **Recurso:** RECURSO – QUESTÃO 26 Concurso Público – Prefeitura Municipal de Ipuaçu Edital nº 002/2025 Cargo: Professor II Psicopedagogia Questão: 26 Fundamentação do recurso A questão solicita a identificação da função sintática do trecho: “publicada em uma revista científica”. Na frase: “A descoberta, publicada em uma revista científica, chamou a atenção da comunidade científica.” O gabarito preliminar indica a alternativa A, classificando o trecho como adjunto adnominal. Contudo, a estrutura apresentada corresponde, do ponto de vista sintático, a uma oração subordinada adjetiva reduzida de particípio, pois exerce função de caracterização do substantivo “descoberta”. Segundo Cunha e Cintra (Nova Gramática do Português Contemporâneo), orações reduzidas de particípio exercem frequentemente função equivalente às orações subordinadas adjetivas, podendo ser desenvolvidas por conectivo relativo, como no exemplo: “A descoberta, que foi publicada em uma revista científica, chamou a atenção da comunidade científica.” Nesse caso, a estrutura destacada configura uma oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de particípio, e não apenas um adjunto adnominal simples. Da mesma forma, Evanildo Bechara (Moderna Gramática Portuguesa) reconhece que construções participiais que caracterizam substantivos devem ser analisadas como orações adjetivas reduzidas, pois apresentam estrutura verbal

	interna. Assim, a alternativa indicada pela banca apresenta classificação discutível, pois reduz uma estrutura oracional a uma função sintática nominal, o que gera divergência interpretativa entre gramáticas normativas. Em provas objetivas, é indispensável que exista uma única resposta inequívoca, o que não ocorre no presente caso. Pedido Diante da existência de mais de uma interpretação gramatical possível, solicita-se a anulação da questão 26, com atribuição da pontuação correspondente a todos os candidatos. **Resposta ao recurso:** Constata-se que o recurso apresentado sustenta que o segmento “publicada em uma revista científica” deveria ser classificado exclusivamente como oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de particípio, argumentando que a alternativa indicada no gabarito apresentaria imprecisão ao identificá-lo como adjunto adnominal. O recurso afirma ainda que haveria divergência interpretativa entre gramáticas normativas, o que comprometeria a objetividade da questão. Entretanto, a argumentação não procede. O trecho destacado constitui, de fato, uma oração reduzida de particípio com valor adjetivo, equivalente à forma desenvolvida “que foi publicada em uma revista científica”. Trata-se, portanto, de estrutura que caracteriza diretamente o substantivo “descoberta”, acrescentando-lhe uma informação explicativa acerca de sua publicação. Todavia, na análise sintática da oração, a identificação da natureza da estrutura — como oração subordinada adjetiva reduzida — não exclui a determinação de sua função sintática em relação ao substantivo ao qual se vincula. Orações subordinadas adjetivas, sejam desenvolvidas ou reduzidas, exercem precisamente função de modificação do substantivo antecedente, desempenhando papel equivalente ao de um modificador nominal. Assim, no plano funcional da oração, estruturas de valor adjetivo que caracterizam diretamente um substantivo exercem função de adjunto adnominal. Esse entendimento é reconhecido pela tradição gramatical, que admite que orações subordinadas adjetivas atuem como modificadores nominais no interior do sintagma. No período apresentado, a expressão “publicada em uma revista científica” estabelece relação direta de caracterização com o substantivo “descoberta”, qualificando-o e integrando-se ao sintagma nominal. A presença de vírgulas apenas indica valor explicativo da informação acrescentada, mas não altera a natureza da relação sintática estabelecida entre a oração reduzida e o substantivo que ela modifica. A alegação de que a estrutura deveria ser analisada apenas como oração subordinada adjetiva explicativa não invalida a classificação funcional apresentada na alternativa indicada no gabarito. A natureza oracional da construção e sua função sintática de modificação nominal constituem análises complementares, pertencentes a níveis distintos de descrição gramatical. Dessa forma, a alternativa considerada correta identifica adequadamente a função sintática exercida pelo termo destacado, reconhecendo tratar-se de oração reduzida de particípio com valor adjetivo que caracteriza o substantivo “descoberta”, exercendo função de adjunto adnominal. Não há imprecisão conceitual nem possibilidade de interpretação que comprometa a objetividade da questão. A descoberta, “publicada em uma revista científica”, chamou a atenção devido à

	intensidade das transformações climáticas na região. Em relação à função sintática do termo destacado, é CORRETO afirmar que Atua como adjunto adnominal, por se tratar de oração reduzida de particípio que caracteriza diretamente o substantivo “descoberta”. Certo. A expressão “publicada em uma revista científica” funciona como oração reduzida de particípio com valor adjetivo, modificando e especificando o substantivo “descoberta”, razão pela qual exerce função de adjunto adnominal. Exerce a função de aposto explicativo, pois acrescenta uma informação acessória, separada por vírgulas, sem estabelecer relação sintática direta com o núcleo do sintagma nominal. Errado. Embora esteja isolada por vírgulas, a expressão mantém relação sintática direta de caracterização com o substantivo “descoberta”, o que a afasta da função de aposto. Desempenha a função de predicativo do sujeito, uma vez que atribui uma qualidade circunstancial ao termo “a descoberta”, associada ao verbo “chamou”. Errado. O predicativo do sujeito se vincula a verbo de ligação ou a verbo significativo com valor predicativo, o que não ocorre na estrutura apresentada, em que o termo apenas modifica o substantivo. Cumpre a função de complemento nominal, pois completa o sentido do substantivo “descoberta”, exigindo preposição para integrar o sintagma. Errado. O complemento nominal é regido por nome abstrato e introduzido por preposição; já o termo destacado é oração reduzida com valor adjetivo, sem função de complementação nominal. REFERÊNCIAS: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021. ROCHA Lima, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019. RECURSO INDEFERIDO.
Professor II - Psicopedagoga - questão: 28	**Questão: 28** O texto apresenta características específicas quanto ao tipo e ao gênero textual empregados, considerando sua finalidade comunicativa, estrutura e linguagem. Assinale a alternativa CORRETA. (A) Trata-se de um artigo de divulgação científica, estruturado predominantemente pelo tipo dissertativo-expositivo, com linguagem objetiva voltada à apresentação e interpretação de dados científicos. (B) Enquadra-se no gênero relatório técnico-científico, uma vez que apresenta dados numéricos, períodos de coleta, análise metodológica detalhada e terminologia especializada própria de textos acadêmicos formais. (C) Configura-se como texto narrativo-argumentativo, pois relata acontecimentos em sequência temporal, apresenta personagens coletivos e busca persuadir o leitor por meio de opiniões explícitas sobre as mudanças climáticas. (D) Caracteriza-se como texto predominantemente injuntivo, pois orienta comportamentos, sugere ações preventivas e prescreve medidas necessárias para a

	preservação da espécie em risco ambiental. **Recurso:** RECURSO – QUESTÃO 28 Concurso Público: Prefeitura Municipal de Ipuaçu Edital: nº 002/2025 Cargo: Professor II – Psicopedagogo Questão: 28 Fundamentação do Recurso A questão solicita a identificação do gênero e da natureza textual do texto apresentado. O gabarito preliminar indica como correta a alternativa que classifica o texto como artigo de divulgação científica de natureza dissertativo-expositiva. Entretanto, tal classificação não pode ser considerada única ou inequívoca, visto que o texto apresenta características que permitem outras classificações igualmente plausíveis dentro da teoria dos gêneros textuais. O texto apresenta elementos típicos de divulgação científica em contexto jornalístico, tais como: apresentação de resultados de pesquisa científica; linguagem acessível e voltada ao público não especializado; referência a estudo publicado em revista científica; caráter informativo e circulação em meio de comunicação. De acordo com Marcuschi (2008), os gêneros textuais constituem formas sociocomunicativas dinâmicas e relativamente estáveis, que se organizam conforme as práticas sociais em que circulam, podendo apresentar hibridização e sobreposição de características. Assim, textos de divulgação científica frequentemente assumem formatos próximos ao jornalismo científico, como reportagens ou notícias que apresentam resultados de pesquisas ao público geral. Nesse sentido, Koch e Elias (2015) destacam que a classificação de textos depende não apenas de sua estrutura linguística, mas também de fatores como contexto de circulação, finalidade comunicativa e modo de apresentação da informação, o que pode gerar diferentes possibilidades de categorização textual. Além disso, estudos sobre divulgação científica e jornalismo científico, como os de Bueno (2010), indicam que a divulgação do conhecimento científico ao público amplo costuma ocorrer por meio de formatos jornalísticos, como reportagens ou textos informativos baseados em pesquisas acadêmicas. Dessa forma, o texto apresentado pode ser interpretado, de maneira fundamentada, como: artigo de divulgação científica; reportagem ou notícia de divulgação científica; texto jornalístico informativo sobre pesquisa científica. Portanto, a alternativa indicada no gabarito preliminar não representa a única classificação possível, o que compromete o princípio da objetividade e da univocidade exigidas em questões de concursos públicos. Quando mais de uma interpretação plausível é admitida pela literatura especializada, a questão torna-se ambígua e passível de contestação. Pedido Diante da existência de mais de uma classificação textual possível e teoricamente fundamentada, solicita-se a anulação da questão 28, com a consequente atribuição da respectiva pontuação a todos os candidatos. Referências BUENO, Wilson da Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. São Paulo: Comunicação & Sociedade, 2010. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

	MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. **Resposta ao recurso:** Constata-se que o recurso apresentado sustenta que o texto admitiria mais de uma classificação de gênero, podendo ser interpretado não apenas como artigo de divulgação científica, mas também como reportagem ou texto jornalístico informativo. Com base nessa possibilidade de variação classificatória, o candidato solicita a anulação da questão sob o argumento de que não haveria uma única resposta inequívoca. Entretanto, tal argumentação não procede quando se considera o objeto efetivamente solicitado pelo enunciado. A questão pede a identificação do gênero textual e do tipo predominante com base na finalidade comunicativa, na estrutura e na linguagem do texto apresentado. A alternativa indicada no gabarito reconhece corretamente que o texto apresenta características típicas da divulgação científica estruturada pelo tipo dissertativo-expositivo. No texto analisado, observa-se a apresentação de resultados de pesquisa, a explicação de fenômenos científicos e a interpretação de dados relacionados às transformações climáticas e aos impactos sobre os ursos polares. As informações são organizadas de forma explicativa, estabelecendo relações de causa e consequência e sintetizando conclusões científicas em linguagem objetiva e acessível ao público não especializado. Esses elementos constituem traços característicos da divulgação científica, cujo objetivo principal é tornar compreensíveis ao público geral resultados e interpretações produzidos no âmbito da pesquisa científica. A alegação de que textos de divulgação científica podem circular em contextos jornalísticos não altera essa caracterização. A possibilidade de circulação em meios informativos não modifica a natureza discursiva do texto nem sua finalidade comunicativa. Reportagens ou notícias científicas apresentam estrutura própria do discurso jornalístico, frequentemente marcada pela organização noticiosa, pela ênfase na atualidade do fato e pela apresentação de informações em formato típico do jornalismo. No texto analisado, entretanto, predomina a exposição e interpretação de dados científicos, sem a estrutura narrativa ou informativa característica de notícias ou reportagens. Da mesma forma, não se verificam elementos que permitam classificá-lo como texto narrativo, injuntivo ou relatório técnico-científico. O texto não apresenta enredo ou sequência narrativa de ações, não prescreve comportamentos ao leitor e tampouco se organiza segundo a estrutura metodológica típica de relatórios científicos acadêmicos. Assim, a alternativa indicada no gabarito identifica corretamente tanto o gênero quanto o tipo textual predominante do texto, ao reconhecê-lo como artigo de divulgação científica estruturado pelo tipo dissertativo-expositivo. A possibilidade teórica de aproximação com outros gêneros no campo da comunicação científica não compromete a objetividade da questão, pois a classificação apresentada corresponde à caracterização predominante observável no texto. O texto apresenta características específicas quanto ao tipo e ao gênero textual empregados, considerando sua finalidade comunicativa, estrutura e linguagem. Assinale a alternativa CORRETA. Trata-se de um artigo de divulgação científica, estruturado predominantemente pelo tipo dissertativo-expositivo, com linguagem objetiva voltada à apresentação e interpretação de dados científicos. Certo. O texto expõe resultados de pesquisas, explica fenômenos, estabelece relações de causa e consequência e sintetiza conclusões científicas em linguagem clara, formal e informativa, características típicas do gênero divulgação científica e do tipo

	dissertativo-expositivo. Configura-se como texto narrativo-argumentativo, pois relata acontecimentos em sequência temporal, apresenta personagens coletivos e busca persuadir o leitor por meio de opiniões explícitas sobre as mudanças climáticas. Errado. Embora haja referência temporal, não há narrativa de ações com enredo nem defesa explícita de opinião; o texto mantém caráter explicativo e informativo, sem intenção persuasiva direta nem estrutura narrativa. Enquadra-se no gênero relatório técnico-científico, uma vez que apresenta dados numéricos, períodos de coleta, análise metodológica detalhada e terminologia especializada própria de textos acadêmicos formais. Errado. O texto não segue estrutura de relatório científico nem apresenta metodologia detalhada ou linguagem técnica especializada; seu objetivo é divulgar resultados científicos a um público amplo, característica da divulgação científica. Caracteriza-se como texto predominantemente injuntivo, pois orienta comportamentos, sugere ações preventivas e prescreve medidas necessárias para a preservação da espécie em risco ambiental. Errado. O texto informa e analisa dados científicos, mas não instrui nem prescreve ações diretas ao leitor, o que afasta o tipo injuntivo como predominante. RECURSO INDEFERIDO.
Professor Pedagogo Proteção Social - questão: 5	**Questão: 05** A análise dos planos e políticas públicas de educação no Brasil revela que esses instrumentos não são apenas dispositivos técnicos de planejamento, mas arenas de disputa em torno de prioridades, modelos de financiamento e concepções de direito à educação. Nesse sentido, a relação entre o Plano Nacional de Educação (PNE), os planos subnacionais e as políticas setoriais executivas expressa uma determinada lógica de governança educacional e de cooperação federativa. Considerando essa perspectiva, considera-se que os planos educacionais: (A) Configuram diretrizes programáticas facultativas, cuja implementação depende basicamente da capacidade discricionária dos governos estaduais e municipais. (B) Funcionam como marcos normativos e políticos que orientam políticas, articulando metas nacionais, responsabilidades federativas e mecanismos de indução financeira. (C) Constituem pactos essencialmente técnicos entre entes federados, assegurando alinhamento automático entre metas nacionais, políticas locais e resultados de aprendizagem. (D) Operam como instrumentos predominantemente administrativos que racionalizam gastos públicos, subordinando metas pedagógicas à eficiência orçamentária e à simplificação gerencial. **Recurso:** RECURSO – QUESTÃO 05 (PEDIDO DE ANULAÇÃO) Concurso Público – Prefeitura Municipal de Ipuaçu Edital nº 002/2025 Cargo: Professor Pedagogo – Proteção Social Questão: 05 Fundamentação A questão aborda a função dos planos educacionais no Brasil, especialmente o Plano

	Nacional de Educação (PNE) e sua articulação com os planos estaduais e municipais no âmbito da governança educacional e da cooperação federativa. Entretanto, o item apresenta problema de objetividade, pois mais de uma alternativa contém elementos conceitualmente plausíveis à luz da legislação e da literatura sobre políticas públicas educacionais. A alternativa B afirma que os planos educacionais funcionam como marcos normativos e políticos que orientam políticas educacionais, articulando metas nacionais, responsabilidades federativas e mecanismos de indução financeira. De fato, tal entendimento encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, que estabelece em seu art. 214 a existência de um Plano Nacional de Educação destinado a articular o sistema educacional em regime de colaboração entre os entes federados, definindo metas e estratégias para a garantia do direito à educação. Contudo, a alternativa C também apresenta elementos que podem ser considerados compatíveis com a lógica de pactuação federativa existente nas políticas educacionais brasileiras. A literatura sobre políticas públicas educacionais aponta que a formulação e implementação de políticas educacionais no Brasil frequentemente se estruturam por meio de pactos e mecanismos de coordenação entre União, estados e municípios, buscando alinhamento entre metas nacionais e políticas locais. De acordo com Dourado (2016), o Plano Nacional de Educação constitui instrumento de planejamento e coordenação federativa, envolvendo processos de pactuação entre diferentes níveis de governo. Da mesma forma, Saviani (2013) destaca que o planejamento educacional brasileiro articula dimensões técnicas e políticas, envolvendo negociação e cooperação entre entes federados. Nesse sentido, a presença da expressão “pactos entre entes federados” na alternativa C não se mostra incompatível com a literatura especializada, podendo levar o candidato a interpretá-la como correta, sobretudo considerando que o enunciado adota uma abordagem analítica das políticas públicas e da governança educacional. Dessa forma, verifica-se que o item permite dupla interpretação, comprometendo o princípio da objetividade que deve orientar a elaboração de questões de concursos públicos. A existência de mais de uma alternativa com conteúdo parcialmente correto compromete a precisão da avaliação. Diante do exposto, solicita-se a anulação da questão, por apresentar ambiguidade conceitual e permitir múltiplas interpretações plausíveis. Referências BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 214. BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação: política de Estado para a educação brasileira. Educação & Sociedade, Campinas, v. 37, n. 137, 2016. SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação. Campinas: Autores Associados, 2013. **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

	“Configuram diretrizes programáticas facultativas, cuja implementação depende basicamente da capacidade discricionária dos governos estaduais e municipais.” Análise: Esta alternativa é incorreta porque: Os planos educacionais, especialmente o PNE, não são facultativos. O PNE tem força de lei federal (Lei nº 13.005/2014), portanto suas metas são obrigatórias e não dependem de “capacidade discricionária” dos entes. A cooperação federativa prevista na Constituição e na Lei do PNE não permite que estados e municípios escolham livremente se vão ou não seguir as metas. Alternativa incorreta. “Funcionam como marcos normativos e políticos que orientam políticas, articulando metas nacionais, responsabilidades federativas e mecanismos de indução financeira.” Análise: Esta alternativa é correta porque: O PNE é um marco normativo, estabelecido por lei nacional com metas, estratégias e prazos. Os planos subnacionais (planos estaduais e municipais de educação) devem estar articulados ao PNE, conforme determina a Lei 13.005/2014. Os planos expressam uma lógica de cooperação federativa, integrando União, estados e municípios. As políticas setoriais são influenciadas por mecanismos de indução financeira, como repasses vinculados ao Fundeb, programas federais e incentivos condicionados a metas e estratégias. Alternativa correta. A alternativa é a única que: ✔ reconhece o PNE e os planos subnacionais como marcos legais e políticos; ✔ explicita a articulação entre metas, responsabilidades federativas e políticas executivas; ✔ evidencia que a governança educacional envolve cooperação e indução financeira, elementos centrais na legislação e nas pesquisas sobre políticas educacionais. “Constituem pactos essencialmente técnicos entre entes federados, assegurando alinhamento automático entre metas nacionais, políticas locais e resultados de aprendizagem.” Análise: Esta alternativa é incorreta porque: Planos de educação não são pactos apenas técnicos, mas documentos políticos que envolvem disputas, negociações e deliberações sociais. Não existe “alinhamento automático” entre metas nacionais e políticas locais; esse alinhamento é complexo, envolve conflitos federativos e capacidade desigual entre entes.

	Alternativa incorreta. “Operam como instrumentos predominantemente administrativos que racionalizam gastos públicos, subordinando metas pedagógicas à eficiência orçamentária e à simplificação gerencial.” Análise: Esta alternativa reduz os planos educacionais a ferramentas gerenciais, o que não corresponde à realidade normativa nem ao debate educacional brasileiro. Planos educacionais têm caráter político, normativo e social, não apenas administrativo. O PNE prioriza o direito à educação, a expansão de matrículas, a qualidade social e o financiamento adequado — e não a mera racionalização de gastos. Alternativa incorreta. Bibliografia BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 2014. CURY, Carlos Roberto Jamil. Política educacional e plano nacional de educação: história, limites e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016. DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação (2014–2024): avaliação e perspectivas. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 17–33, 2015. SAVIANI, Dermeval. Sistema nacional de educação e planos de educação. Campinas: Autores Associados, 2014. OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Qualidade da educação: perspectivas e desafios. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 35, n. 126, 2005. Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.
Professor Pedagogo Proteção Social - questão: 14	**Questão: 14** No campo das teorias educacionais contemporâneas, ensino e aprendizagem têm sido compreendidos como processos interdependentes, mas não simétricos, atravessados por dimensões cognitivas, sociais e culturais. Essa relação implica reconhecer que ensinar não se reduz a transmitir conteúdos, nem aprender se limita à internalização de informações. Nesse contexto, o ensino e aprendizagem constituem processos: (A) Integrados, nos quais o domínio conceitual do professor garante a progressiva elevação do desempenho discente. (B) Paralelos, nos quais o ensino organiza informações e a aprendizagem corresponde à sua adequada incorporação cognitiva. (C) Dialógicos e situados, nos quais a mediação pedagógica articula construção de sentidos, interação social e reelaboração crítica do conhecimento. (D) Complementares, nos quais a clareza metodológica do professor assegura a correta assimilação dos

	conteúdos pelo estudante. **Recurso:** RECURSO – QUESTÃO 14 Concurso Público – Prefeitura Municipal de Ipuaçu Edital nº 002/2025 Cargo: Professor Pedagogo – Proteção Social Questão: 14 Fundamentação A questão aborda a relação entre ensino e aprendizagem no campo das teorias educacionais contemporâneas, afirmando que tais processos são interdependentes, porém não simétricos, e que estão atravessados por dimensões cognitivas, sociais e culturais. O gabarito preliminar aponta como correta a alternativa C, que caracteriza ensino e aprendizagem como processos dialógicos e situados, mediados pedagogicamente e relacionados à construção de sentidos e à interação social. Entretanto, a análise das alternativas demonstra que outras proposições também podem ser interpretadas como compatíveis com determinados referenciais teóricos da educação. De acordo com Libâneo (2013), o ensino constitui uma prática pedagógica intencional e organizada que tem como objetivo promover a aprendizagem dos alunos por meio da mediação do professor e da sistematização do conhecimento escolar. Nesse sentido, o domínio conceitual do professor e a organização didática do ensino desempenham papel central no processo de aprendizagem. Além disso, Saviani (2008) destaca que o ensino envolve a mediação consciente entre o conhecimento sistematizado e o processo de aprendizagem dos estudantes, sendo papel do professor organizar pedagogicamente o acesso dos alunos ao saber historicamente produzido. Da mesma forma, Freire (1996) ressalta que ensinar exige rigor metodológico e compromisso com a produção crítica do conhecimento, reconhecendo a relação entre ensino, aprendizagem e realidade social. Dessa forma, a alternativa A, ao afirmar que o domínio conceitual do professor contribui para a elevação progressiva do desempenho discente, pode ser interpretada como compatível com abordagens pedagógicas que enfatizam o papel estruturante da mediação docente no processo educativo. Assim, a formulação da questão admite mais de uma interpretação teoricamente plausível, dependendo do referencial pedagógico adotado, uma vez que diferentes correntes educacionais reconhecem tanto a dimensão dialógica da aprendizagem quanto a importância da organização didática e do domínio conceitual do professor. Em avaliações objetivas, é imprescindível que exista apenas uma alternativa inequivocamente correta, o que não se verifica no presente caso. Pedido Diante da possibilidade de interpretação pedagógica ampliada e da existência de mais de uma alternativa teoricamente defensável, solicita-se a anulação da questão 14, com atribuição da pontuação correspondente a todos os candidatos. Fontes utilizadas

	• BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. • LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013. • SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. Campinas: Autores Associados, 2008. • FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir: “Integrados, nos quais o domínio conceitual do professor garante a progressiva elevação do desempenho discente.” Análise: A alternativa apresenta uma visão tecnicista e transmissiva, na qual o professor, por dominar conteúdos, asseguraria diretamente o desempenho dos estudantes. Teorias educacionais contemporâneas (como Vygotsky, Freire, Bruner) rejeitam a ideia de causalidade linear entre domínio docente e aprendizagem discente. O processo de aprender é mais complexo que a simples exposição de conteúdos ou domínio conceitual do professor. Alternativa incorreta. “Paralelos, nos quais o ensino organiza informações e a aprendizagem corresponde à sua adequada incorporação cognitiva.” Análise: A alternativa reduz ensino e aprendizagem a dois processos paralelos e mecânicos, o que representa uma visão instrucionista. A abordagem ignora a dimensão social, cultural e interacional da aprendizagem, defendida por teorias socioconstrutivistas e críticas. Aprender não é apenas “incorporar cognitivamente informações”, mas envolver-se em práticas sociais, culturais e discursivas. Alternativa incorreta. CORRETA “Dialógicos e situados, nos quais a mediação pedagógica articula construção de sentidos, interação social e reelaboração crítica do conhecimento.” Análise: Esta alternativa está alinhada às principais teorias educacionais contemporâneas: 1. Perspectiva dialógica (Paulo Freire) Ensinar é um ato dialógico, construído na relação entre sujeitos. Conhecimento é objeto de problematização e reelaboração crítica, não mera transmissão. 2. Perspectiva sociocultural (Vygotsky)

	Aprendizagem ocorre na interação social e na mediação simbólica. Os processos são situados cultural e historicamente. 3. Construtivismo e pós-construtivismo (Bruner, Dewey) O estudante constrói sentidos a partir de práticas sociais e situações reais. Portanto, esta alternativa é a única que expressa coerentemente a compreensão atual de ensino e aprendizagem como processos interdependentes, contextualizados, dialógicos e críticos. Alternativa correta. “Complementares, nos quais a clareza metodológica do professor assegura a correta assimilação dos conteúdos pelo estudante.” Análise: A alternativa retoma uma visão tradicional baseada na assimilação de conteúdos, em que o professor, com método claro, garantiria a aprendizagem. Essa perspectiva ignora a complexidade dos processos cognitivos, sociais e culturais. Não contempla a interdependência dinâmica entre ensinar e aprender, nem o papel ativo do estudante. Alternativa incorreta. Bibliografia BRUNER, Jerome. A cultura da educação. Porto Alegre: Artmed, 2001. DEWEY, John. Experiência e educação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007. WERTSCH, James V. Vygotsky e a formação social da mente. Petrópolis: Vozes, 1993. Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.
Professor Pedagogo Proteção Social - questão: 16	**Questão: 16** A reconceitualização da sala de aula como espaço de "interações" desloca o foco de uma visão predominantemente física ou organizacional para uma compreensão relacional do processo educativo. Nessa perspectiva, o arranjo do espaço, as formas de comunicação e as posições ocupadas por professor e alunos passam a ser entendidos como dimensões constitutivas da aprendizagem, considerando que a sala de aula é um: (A) Ambiente estruturado em que a disposição do mobiliário facilita a circulação do professor e garante maior eficiência na transmissão de conteúdos. (B) Espaço didático em que a distribuição dos alunos por níveis de desempenho otimiza a gestão pedagógica

	e a avaliação formativa. (C) Campo de relações em que a organização espacial, os modos de interação e as assimetrias de poder produzem sentidos que moldam a aprendizagem. (D) Local planejado em que regras de convivência organizam comportamentos, assegurando condições estáveis para o desenvolvimento cognitivo. **Recurso:** RECURSO – QUESTÃO 16 (PEDIDO DE ANULAÇÃO) Concurso Público – Prefeitura Municipal de Ipuaçu Edital nº 002/2025 Cargo: Professor Pedagogo – Proteção Social Questão: 16 Fundamentação A questão propõe uma análise sobre a reconceitualização da sala de aula como espaço de interações, destacando que o processo educativo envolve dimensões relacionais, comunicativas e simbólicas que influenciam a aprendizagem. O gabarito preliminar indica como correta a alternativa C, que define a sala de aula como um campo de relações em que a organização espacial, os modos de interação e as assimetrias de poder produzem sentidos que moldam a aprendizagem. Embora essa alternativa esteja alinhada a abordagens socioculturais e críticas da educação, a questão apresenta problema de exclusividade da resposta, pois outra alternativa também pode ser considerada correta à luz da literatura educacional. A alternativa D afirma que a sala de aula constitui um local planejado em que regras de convivência organizam comportamentos, assegurando condições estáveis para o desenvolvimento cognitivo. Essa proposição também encontra respaldo teórico em estudos sobre organização pedagógica e gestão da sala de aula. Segundo Libâneo (2013), a organização didática da sala de aula envolve tanto a dimensão relacional quanto a estruturação de normas, rotinas e condições institucionais que favorecem o processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, a organização do ambiente escolar e a definição de regras de convivência são elementos fundamentais para a construção de condições pedagógicas adequadas. Da mesma forma, Veiga (2008) destaca que o espaço escolar é constituído simultaneamente por relações pedagógicas, normas institucionais e práticas organizacionais que orientam o funcionamento da atividade educativa. Assim, enquanto a alternativa C enfatiza a dimensão relacional e simbólica da sala de aula, a alternativa D evidencia a dimensão organizacional e normativa do ambiente educativo, ambas reconhecidas na literatura pedagógica contemporânea. Dessa forma, a questão admite mais de uma interpretação possível, pois duas alternativas podem ser consideradas corretas dependendo do enfoque teórico adotado. Em avaliações objetivas, exige-se que apenas uma alternativa seja inequivocamente correta, condição que não se verifica neste item. Pedido Diante da existência de mais de uma alternativa plausível à luz da literatura educacional, solicita-se a anulação da questão 16, com atribuição da pontuação correspondente a todos os candidatos. Referências LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2008. CANDAU, Vera Maria. Didática em questão. Petrópolis: Vozes, 2012. **Resposta ao recurso:**

	Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir: “Ambiente estruturado em que a disposição do mobiliário facilita a circulação do professor e garante maior eficiência na transmissão de conteúdos.” Análise: A alternativa apresenta uma visão tradicional e transmissiva de sala de aula, centrada no professor e na eficiência logística da exposição de conteúdos. Concepções contemporâneas de aprendizagem (Freire, Vygotsky, Dewey) não reduzem a sala a um espaço físico estruturado, mas a um ambiente relacional. “Eficiência na transmissão” não corresponde à ideia de sala como espaço de interação e produção de sentidos. Alternativa incorreta. “Espaço didático em que a distribuição dos alunos por níveis de desempenho otimiza a gestão pedagógica e a avaliação formativa.” Análise: A alternativa expressa uma perspectiva classificatória e segregadora, típica de modelos tecnicistas. Não corresponde às teorias contemporâneas que rejeitam agrupamento por desempenho (Collins, Freire, Vygotsky), pois tal prática reforça desigualdades e limita interações ricas entre diferentes sujeitos. O foco da questão é o caráter relacional das interações, não a organização por desempenho. Alternativa incorreta. CORRETA “Campo de relações em que a organização espacial, os modos de interação e as assimetrias de poder produzem sentidos que moldam a aprendizagem.” Análise: Esta alternativa expressa exatamente o que as teorias educacionais contemporâneas apontam: 1. Sala de aula como espaço relacional (Goffman, Dubet, Charlot) A sala não é apenas um ambiente físico, mas um campo de relações sociais. 2. Perspectiva sociocultural e dialógica (Vygotsky, Freire) A aprendizagem depende das formas de interação e de mediação simbólica. O conhecimento é construído em relações permeadas por cultura, linguagem e poder. 3. Organização espacial como produtora de significados (Giroux, Dewey)

	A disposição do espaço influencia práticas pedagógicas e relações de autoridade. A alternativa reconhece que: a sala é um ambiente situado socioculturalmente, as interações moldam a aprendizagem, as assimetrias de poder são constitutivas do processo educativo, não apenas um detalhe administrativo. A alternativa é a única que apresenta a sala de aula como um campo de relações sociais, onde espaço, interação e poder configuram significados e processos de aprendizagem — exatamente a perspectiva defendida pelas teorias educacionais contemporâneas. “Local planejado em que regras de convivência organizam comportamentos, assegurando condições estáveis para o desenvolvimento cognitivo.” Análise: Embora reconheça um aspecto importante do ambiente escolar (regras de convivência), essa alternativa: reduz a sala a um “local planejado”, ignorando sua dimensão relacional e simbólica; restringe a aprendizagem ao “desenvolvimento cognitivo”, desconsiderando dimensões sociais, culturais e políticas; apresenta um tom normativo e disciplinador que não corresponde ao enfoque dialógico e interacional do enunciado. Alternativa incorreta. Bibliografia CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber. Porto Alegre: Artmed, 2000. DEWEY, John. Democracia e educação. São Paulo: Nacional, 1959. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 2008. GIRoux, Henry A. Os professores como intelectuais. Porto Alegre: Artmed, 1997. VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.
Professor Pedagogo Proteção Social - questão: 21	**Questão: 21** A descoberta, "publicada em uma revista científica", chamou a atenção devido à intensidade das transformações climáticas na região. Em relação à função sintática do termo destacado, é CORRETO afirmar que: (A) Exerce a função de aposto explicativo, pois acrescenta uma informação acessória, separada por vírgulas, sem estabelecer relação sintática direta com o núcleo do sintagma nominal. (B) Cumpre a função de complemento nominal, pois completa o sentido do substantivo "descoberta", exigindo preposição para integrar o sintagma.

	(C) Atua como adjunto adnominal, por se tratar de oração reduzida de particípio que caracteriza diretamente o substantivo "descoberta". (D) Desempenha a função de predicativo do sujeito, uma vez que atribui uma qualidade circunstancial ao termo "a descoberta", associada ao verbo "chamou". **Recurso:** RECURSO – QUESTÃO 21 Concurso Público – Prefeitura Municipal de Ipuaçu Edital nº 002/2025 Cargo: Professor Pedagogo – Proteção Social Questão: 21 Fundamentação do recurso A questão solicita a identificação da função sintática do trecho: “publicada em uma revista científica”. Na frase: “A descoberta, publicada em uma revista científica, chamou a atenção da comunidade científica.” O gabarito preliminar indica a alternativa C, classificando o trecho como adjunto adnominal. Contudo, a estrutura apresentada corresponde, do ponto de vista sintático, a uma oração subordinada adjetiva reduzida de particípio, pois exerce função de caracterização do substantivo “descoberta”. Segundo Cunha e Cintra (Nova Gramática do Português Contemporâneo), orações reduzidas de particípio exercem frequentemente função equivalente às orações subordinadas adjetivas, podendo ser desenvolvidas por conectivo relativo, como no exemplo: “A descoberta, que foi publicada em uma revista científica, chamou a atenção da comunidade científica.” Nesse caso, a estrutura destacada configura uma oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de particípio, e não apenas um adjunto adnominal simples. Da mesma forma, Evanildo Bechara (Moderna Gramática Portuguesa) reconhece que construções participiais que caracterizam substantivos devem ser analisadas como orações adjetivas reduzidas, pois apresentam estrutura verbal interna. Assim, a alternativa indicada pela banca apresenta classificação discutível, pois reduz uma estrutura oracional a uma função sintática nominal, o que gera divergência interpretativa entre gramáticas normativas. Em provas objetivas, é indispensável que exista uma única resposta inequívoca, o que não ocorre no presente caso. Pedido Diante da existência de mais de uma interpretação gramatical possível, solicita-se a anulação da questão 21, com atribuição da pontuação correspondente a todos os candidatos. **Resposta ao recurso:** Constata-se que o recurso apresentado sustenta que o segmento “publicada em uma revista científica” deveria ser classificado exclusivamente como oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de particípio, argumentando que a alternativa indicada no gabarito apresentaria imprecisão ao identificá-lo como adjunto adnominal. O recurso afirma ainda que haveria divergência interpretativa entre gramáticas normativas, o que comprometeria a objetividade da questão. Entretanto, tal argumentação não procede. O trecho destacado constitui, de fato, uma oração reduzida de particípio com valor adjetivo, equivalente à forma desenvolvida “que foi publicada em uma revista científica”. Trata-se, portanto, de estrutura que caracteriza

	diretamente o substantivo “descoberta”, acrescentando-lhe uma informação explicativa acerca de sua publicação. Todavia, na análise sintática da oração, a identificação da natureza da estrutura — como oração subordinada adjetiva reduzida — não exclui a determinação de sua função sintática em relação ao substantivo ao qual se vincula. Orações subordinadas adjetivas, sejam desenvolvidas ou reduzidas, exercem precisamente função de modificação do substantivo antecedente, desempenhando papel equivalente ao de um modificador nominal. Assim, no plano funcional da oração, estruturas de valor adjetivo que caracterizam diretamente um substantivo exercem função de adjunto adnominal. Esse entendimento é reconhecido pela tradição gramatical, que admite que orações subordinadas adjetivas atuem como modificadores nominais no interior do sintagma. No período apresentado, a expressão “publicada em uma revista científica” estabelece relação direta de caracterização com o substantivo “descoberta”, qualificando-o e integrando-se ao sintagma nominal. A presença de vírgulas apenas indica valor explicativo da informação acrescentada, mas não altera a natureza da relação sintática estabelecida entre a oração reduzida e o substantivo que ela modifica. A alegação de que a estrutura deveria ser analisada apenas como oração subordinada adjetiva explicativa não invalida a classificação funcional apresentada na alternativa indicada no gabarito. A natureza oracional da construção e sua função sintática de modificação nominal constituem análises complementares, pertencentes a níveis distintos de descrição gramatical. Dessa forma, a alternativa considerada correta identifica adequadamente a função sintática exercida pelo termo destacado, reconhecendo tratar-se de oração reduzida de particípio com valor adjetivo que caracteriza o substantivo “descoberta”, exercendo função de adjunto adnominal. Não há imprecisão conceitual nem possibilidade de interpretação que comprometa a objetividade da questão. A descoberta, “publicada em uma revista científica”, chamou a atenção devido à intensidade das transformações climáticas na região. Em relação à função sintática do termo destacado, é CORRETO afirmar que Atua como adjunto adnominal, por se tratar de oração reduzida de particípio que caracteriza diretamente o substantivo “descoberta”. Certo. A expressão “publicada em uma revista científica” funciona como oração reduzida de particípio com valor adjetivo, modificando e especificando o substantivo “descoberta”, razão pela qual exerce função de adjunto adnominal. Exerce a função de aposto explicativo, pois acrescenta uma informação acessória, separada por vírgulas, sem estabelecer relação sintática direta com o núcleo do sintagma nominal. Errado. Embora esteja isolada por vírgulas, a expressão mantém relação sintática direta de caracterização com o substantivo “descoberta”, o que a afasta da função de aposto. Desempenha a função de predicativo do sujeito, uma vez que atribui uma qualidade circunstancial ao termo “a descoberta”, associada ao verbo “chamou”. Errado. O predicativo do sujeito se vincula a verbo de ligação ou a verbo significativo com valor predicativo, o que não ocorre na estrutura apresentada, em que o termo apenas modifica o substantivo. Cumpre a função de complemento nominal, pois completa o sentido do substantivo “descoberta”, exigindo preposição para integrar o sintagma. Errado. O complemento nominal é regido por nome abstrato e introduzido por preposição; já o termo destacado é oração reduzida com valor adjetivo, sem função de complementação nominal.

	REFERÊNCIAS: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021. ROCHA Lima, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019. RECURSO INDEFERIDO.
Professor Pedagogo Proteção Social - questão: 22	**Questão: 22** "Há vinte subpopulações conhecidas de ursos polares", e algumas delas já apresentam declínio acentuado. Sintaticamente, é CORRETO afirmar que, na oração destacada: (A) A oração apresenta sujeito inexistente, e o termo "vinte subpopulações conhecidas de ursos polares" atua como predicativo do sujeito implícito. (B) O termo "vinte subpopulações conhecidas de ursos polares" exerce a função de objeto direto do verbo "há". (C) O núcleo do sujeito da oração é o substantivo "subpopulações", enquanto "vinte" funciona apenas como adjunto adnominal numeral. (D) O termo "vinte subpopulações" constitui o sujeito simples da oração, tendo "subpopulações" como núcleo, em concordância semântica com o verbo. **Recurso:** RECURSO – QUESTÃO 22 Concurso Público – Prefeitura Municipal de Ipuaçu Edital nº 002/2025 Cargo: Professor Pedagogo – Proteção Social Questão: 22 Fundamentação do recurso A questão apresenta o trecho: “Há vinte subpopulações conhecidas de ursos polares.” O gabarito preliminar aponta como correta a alternativa B. Contudo, a análise gramatical da construção com o verbo “haver” no sentido de existir admite diferentes interpretações na tradição gramatical. Segundo Bechara (2009) e Cunha & Cintra (2013), o verbo haver, quando empregado com valor existencial, é impessoal, não apresentando sujeito, permanecendo invariável na terceira pessoa do singular. Nesse tipo de construção, o termo subsequente pode ser interpretado como objeto direto do verbo impessoal. Entretanto, em abordagens didáticas e em diversas análises sintáticas, o termo que acompanha o verbo “haver” existencial é também interpretado como referente existencial da oração, o que leva alguns autores a tratá-lo como sujeito lógico ou semântico da existência expressa pela oração. Além disso, a alternativa que menciona sujeito inexistente também descreve corretamente a natureza impessoal do verbo “haver”. Dessa forma, observa-se que a questão permite dupla interpretação válida, pois:

	• a impessoalidade do verbo é corretamente reconhecida; • o termo subsequente pode ser analisado de maneiras distintas na literatura gramatical. Essa situação viola o princípio da unicidade da resposta, requisito fundamental em questões objetivas de múltipla escolha. Pedido Diante da ambiguidade na análise sintática admitida pela própria tradição gramatical, solicita-se a anulação da questão 22. **Resposta ao recurso:** Constata-se que o recurso apresentado sustenta que a construção com o verbo “haver” no sentido de existir poderia admitir mais de uma interpretação sintática, alegando que o termo subsequente poderia ser analisado tanto como objeto direto quanto como sujeito lógico ou semântico da oração. Com base nessa possibilidade de interpretação, o candidato solicita a anulação da questão por suposta ausência de resposta única. Entretanto, tal argumentação não procede quando se considera a análise sintática adotada pela gramática normativa no âmbito da descrição formal da oração. Quando empregado com sentido existencial, o verbo “haver” é classificado como verbo impessoal, isto é, não admite sujeito e permanece invariável na terceira pessoa do singular. Nessa construção, a oração é classificada como oração sem sujeito. Nas orações formadas com o verbo “haver” existencial, o termo que acompanha o verbo exerce função sintática de objeto direto, uma vez que o verbo exige complemento sem preposição para completar seu sentido. Esse entendimento é amplamente reconhecido pela tradição gramatical normativa, que descreve tais construções como estruturas impessoais em que o sintagma nominal subsequente funciona como complemento verbal direto. No trecho apresentado, “Há vinte subpopulações conhecidas de ursos polares”, o sintagma nominal “vinte subpopulações conhecidas de ursos polares” completa o sentido do verbo “há”, exercendo função de objeto direto. A oração não apresenta sujeito sintático, e o verbo permanece na terceira pessoa do singular justamente em razão de sua natureza impessoal. A menção, em determinadas abordagens didáticas, a expressões como “sujeito lógico” ou “referente existencial” não altera a análise sintática da oração no plano gramatical formal. Tais interpretações referem-se a aspectos semânticos ou interpretativos do enunciado, não modificando a função sintática efetivamente exercida pelo sintagma nominal na estrutura da oração. Também não procede a alegação de que a alternativa que menciona sujeito inexistente descreveria corretamente a estrutura da oração, pois essa alternativa associa o sintagma nominal à função de predicativo do sujeito implícito, classificação que não se aplica à construção com o verbo “haver” existencial. Nessa estrutura, inexiste sujeito e não há predicativo, havendo apenas o verbo impessoal acompanhado de complemento direto. Dessa forma, a alternativa indicada no gabarito identifica corretamente a função sintática do termo destacado, reconhecendo tratar-se de objeto direto do verbo impessoal “haver”. Não há ambiguidade interpretativa nem duplicidade de respostas que comprometa a objetividade da questão. “Há vinte subpopulações conhecidas de ursos polares”, e algumas delas já apresentam declínio acentuado. Sintaticamente, é CORRETO afirmar que, na oração destacada: O termo “vinte subpopulações conhecidas de ursos polares” exerce a função de objeto

	direto do verbo “há”. Certo. O verbo “haver”, empregado no sentido de existir, é impessoal, não admite sujeito e exige complemento sem preposição; assim, todo o sintagma nominal funciona como objeto direto, e não como sujeito da oração. O termo “vinte subpopulações” constitui o sujeito simples da oração, tendo “subpopulações” como núcleo, em concordância semântica com o verbo. Errado. O verbo “há”, no sentido de existir, não estabelece concordância com sujeito, pois é impessoal; desse modo, o sintagma não pode ser analisado como sujeito, ainda que o núcleo aparente estar no plural. O núcleo do sujeito da oração é o substantivo “subpopulações”, enquanto “vinte” funciona apenas como adjunto adnominal numeral. Errado. A análise parte da premissa equivocada de que há sujeito na oração; na construção com “há” existencial, inexiste sujeito, e todo o grupo nominal exerce função de objeto direto. A oração apresenta sujeito inexistente, e o termo “vinte subpopulações conhecidas de ursos polares” atua como predicativo do sujeito implícito. Errado. Embora o verbo seja impessoal e não apresente sujeito, o sintagma nominal não exerce função de predicativo, mas de objeto direto, exigido pela transitividade do verbo “haver” no sentido existencial. REFERÊNCIAS: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021. ROCHA Lima, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019. RECURSO INDEFERIDO.
Professor Pedagogo Proteção Social - questão: 25	**Questão:** Questão 25 Além disso, a redução do gelo faz com que as focas se "concentrem" em áreas menores, o que facilita a caça pelos ursos. Em relação à regência verbal do verbo destacado, é CORRETO afirmar que (A) O verbo "concentrem" estabelece regência variável, podendo reger objeto direto ou indireto indistintamente no contexto apresentado. (B) O verbo "concentrem" é intransitivo, já que o sentido pleno da ação se completa sem a necessidade de complemento verbal. (C) O verbo "concentrem" é transitivo direto, pois seleciona complemento sem preposição, sendo "áreas menores" seu objeto direto. (D) O verbo "concentrem" integra a forma pronominal "concentrar-se" e rege a preposição "em", exigindo complemento introduzido por essa preposição. **Recurso:** RECURSO – QUESTÃO 25 Concurso Público – Prefeitura Municipal de Ipuaçu Edital nº 002/2025 Cargo: Professor Pedagogo – Proteção Social Questão: 25

	Fundamentação do recurso A questão analisa a regência verbal na estrutura: “as focas se concentrem em áreas menores”. O gabarito preliminar aponta a alternativa D como correta. Contudo, observa-se que o enunciado não delimita com precisão se a análise deve considerar: • o verbo concentrar, ou • a locução pronominal concentrar-se. Essa distinção é relevante, pois a presença do pronome reflexivo altera a classificação sintática do verbo. Segundo Rocha Lima (Gramática Normativa da Língua Portuguesa), o verbo concentrar-se constitui forma pronominal, cuja regência se estabelece com a preposição “em”, formando complemento preposicionado. Entretanto, quando analisado apenas o verbo concentrar, a estrutura pode admitir classificação distinta, podendo ser interpretado como verbo transitivo direto em outros contextos. Além disso, a construção apresentada ocorre dentro de oração subordinada introduzida por “que”, o que pode modificar a análise do complemento verbal dependendo do recorte sintático adotado. Dessa forma, a formulação da questão permite interpretações divergentes quanto ao objeto da análise, comprometendo a objetividade necessária em questões de múltipla escolha. Pedido Diante da imprecisão na formulação do enunciado e da possibilidade de dupla interpretação sintática, solicita-se a anulação da questão 25. **Resposta ao recurso:** Constata-se que o recurso apresentado sustenta que o enunciado da questão permitiria dupla interpretação quanto ao objeto da análise sintática, argumentando que não estaria claro se a regência verbal deveria ser analisada em relação ao verbo “concentrar” isoladamente ou à forma pronominal “concentrar-se”. Com base nessa alegação, o candidato solicita a anulação da questão por suposta imprecisão na formulação. Entretanto, tal argumentação não procede quando se observa a estrutura efetivamente presente no período apresentado. A frase traz explicitamente a construção “se concentrem”, o que caracteriza de maneira inequívoca o emprego do verbo na forma pronominal “concentrar-se”. Assim, a análise da regência verbal deve considerar necessariamente essa forma verbal tal como aparece no contexto da frase. Na construção “as focas se concentrem em áreas menores”, o verbo ocorre acompanhado do pronome reflexivo “se”, formando a estrutura pronominal “concentrar-se”. Nessa configuração, o verbo estabelece regência com a preposição “em”, que introduz o complemento “em áreas menores”. Trata-se, portanto, de verbo pronominal que exige complemento preposicionado, característica reconhecida pela tradição gramatical normativa. A alegação de que o verbo “concentrar” poderia apresentar comportamento transitivo direto em outros contextos não interfere na análise da frase proposta pela questão. A regência verbal deve ser analisada de acordo com o emprego concreto do verbo no período apresentado, e não com base em possibilidades de uso em estruturas distintas. No enunciado da questão, a presença do pronome reflexivo define claramente a construção pronominal e sua regência. Também não procede a afirmação de que a presença da oração subordinada introduzida por “que” alteraria a análise da regência verbal. Essa estrutura apenas introduz a oração

	subordinada integrante do período e não interfere na relação regencial estabelecida entre o verbo “concentrar-se” e o complemento introduzido pela preposição “em”. Dessa forma, a alternativa indicada no gabarito identifica corretamente a regência verbal do verbo destacado, reconhecendo tratar-se da forma pronominal “concentrar-se”, que rege a preposição “em” e exige complemento introduzido por essa preposição. A formulação da questão não apresenta ambiguidade nem permite interpretações divergentes que comprometam sua objetividade. Além disso, a redução do gelo faz com que as focas se “concentrem” em áreas menores, o que facilita a caça pelos ursos. Em relação à regência verbal do verbo destacado, é CORRETO afirmar que O verbo “concentrem” integra a forma pronominal “concentrar-se” e rege a preposição “em”, exigindo complemento introduzido por essa preposição. Certo. Na frase, o verbo ocorre como pronominal (“concentrar-se”) e estabelece regência com a preposição “em”, que introduz o complemento “em áreas menores”, configurando objeto indireto exigido pelo verbo. O verbo “concentrem” é transitivo direto, pois seleciona complemento sem preposição, sendo “áreas menores” seu objeto direto. Errado. O complemento do verbo não se liga diretamente ao verbo, mas por meio da preposição “em”, o que afasta a transitividade direta e confirma a exigência de regência preposicionada. O verbo “concentrem” é intransitivo, já que o sentido pleno da ação se completa sem a necessidade de complemento verbal. Errado. O sentido do verbo, na construção apresentada, depende do complemento introduzido por preposição, o que descaracteriza a intransitividade. O verbo “concentrem” estabelece regência variável, podendo reger objeto direto ou indireto indistintamente no contexto apresentado. Errado. No contexto sintático da frase, o verbo ocorre em construção fixa como pronominal, com regência determinada da preposição “em”, não havendo alternância regencial admissível. REFERÊNCIAS: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021. ROCHA Lima, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019. RECURSO INDEFERIDO.
Professor Pedagogo Proteção Social - questão: 27	**Questão: 27** O texto apresenta características específicas quanto ao tipo e ao gênero textual empregados, considerando sua finalidade comunicativa, estrutura e linguagem. Assinale a alternativa CORRETA. (A) Configura-se como texto narrativo-argumentativo, pois relata acontecimentos em sequência temporal, apresenta personagens coletivos e busca persuadir o leitor por meio de opiniões explícitas sobre as mudanças climáticas. (B) Caracteriza-se como texto predominantemente injuntivo, pois orienta comportamentos, sugere ações preventivas e prescreve medidas necessárias para a preservação da espécie em risco ambiental.

	(C) Trata-se de um artigo de divulgação científica, estruturado predominantemente pelo tipo dissertativo-expositivo, com linguagem objetiva voltada à apresentação e interpretação de dados científicos. (D) Enquadra-se no gênero relatório técnico-científico, uma vez que apresenta dados numéricos, períodos de coleta, análise metodológica detalhada e terminologia especializada própria de textos acadêmicos formais. **Recurso:** Concurso Público – Prefeitura Municipal de Ipuaçu Edital nº 002/2025 Cargo: Professor Pedagogo – Proteção Social Questão: 27 Fundamentação do recurso A questão solicita a identificação do gênero e da natureza textual do texto apresentado. O gabarito preliminar aponta como correta a alternativa que classifica o texto como artigo de divulgação científica de natureza dissertativo-expositiva. Contudo, a classificação proposta não é a única possível. O texto apresenta características típicas de divulgação científica em formato jornalístico, tais como: • apresentação de resultados de pesquisa científica; • linguagem acessível ao público geral; • referência a estudo publicado em revista científica; • veiculação em meio jornalístico. Segundo Marcuschi (2008) e Koch & Elias (2015), textos de divulgação científica frequentemente assumem formato híbrido, podendo ser classificados tanto como artigos de divulgação científica quanto como reportagens ou notícias científicas, dependendo do enfoque da análise. Assim, o texto pode ser interpretado como: • artigo de divulgação científica; • reportagem científica; • texto jornalístico de caráter informativo. Dessa forma, a classificação apresentada pela alternativa indicada pela banca não é a única possível, o que gera ambiguidade na resposta. Pedido Diante da possibilidade de mais de uma classificação textual plausível, solicita-se a anulação da questão 27. **Resposta ao recurso:** Constata-se que o recurso apresentado sustenta que o texto poderia admitir mais de uma classificação de gênero, argumentando que estruturas de divulgação científica frequentemente circulam também em contextos jornalísticos, como reportagens ou notícias científicas. Com base nessa possibilidade de variação classificatória, o candidato solicita a anulação da questão por suposta ausência de resposta única. Entretanto, tal argumentação não procede quando se considera o objeto efetivamente solicitado pelo enunciado. A questão pede a identificação do gênero textual e do tipo predominante com base na finalidade comunicativa, na estrutura e na linguagem do texto apresentado. A alternativa indicada no gabarito reconhece corretamente que o texto apresenta características típicas da divulgação científica estruturada pelo tipo dissertativo-expositivo.

	No texto analisado, observa-se a apresentação de resultados de pesquisa, a explicação de fenômenos científicos e a interpretação de dados relacionados às transformações climáticas e aos impactos sobre os ursos polares. As informações são organizadas de forma explicativa, estabelecendo relações de causa e consequência e sintetizando conclusões científicas em linguagem objetiva e acessível ao público não especializado. Esses elementos constituem traços característicos da divulgação científica, cujo objetivo principal é tornar compreensíveis ao público geral resultados e interpretações produzidos no âmbito da pesquisa científica. A alegação de que textos de divulgação científica podem circular em contextos jornalísticos não altera essa caracterização. A possibilidade de circulação em meios informativos não modifica a natureza discursiva do texto nem sua finalidade comunicativa. Reportagens ou notícias científicas apresentam estrutura própria do discurso jornalístico, frequentemente marcada pela organização noticiosa, pela ênfase na atualidade do fato e pela apresentação de informações em formato típico do jornalismo. No texto analisado, entretanto, predomina a exposição e interpretação de dados científicos, sem a estrutura narrativa ou informativa característica de notícias ou reportagens. Da mesma forma, não se verificam elementos que permitam classificá-lo como texto narrativo, injuntivo ou relatório técnico-científico. O texto não apresenta enredo ou sequência narrativa de ações, não prescreve comportamentos ao leitor e tampouco se organiza segundo a estrutura metodológica típica de relatórios científicos acadêmicos. Assim, a alternativa indicada no gabarito identifica corretamente tanto o gênero textual quanto o tipo textual predominante do texto, ao reconhecê-lo como artigo de divulgação científica estruturado pelo tipo dissertativo-expositivo. A possibilidade teórica de aproximação com outros gêneros no campo da comunicação científica não compromete a objetividade da questão, pois a classificação apresentada corresponde à caracterização predominante observável no texto. O texto apresenta características específicas quanto ao tipo e ao gênero textual empregados, considerando sua finalidade comunicativa, estrutura e linguagem. Assinale a alternativa CORRETA. Trata-se de um artigo de divulgação científica, estruturado predominantemente pelo tipo dissertativo-expositivo, com linguagem objetiva voltada à apresentação e interpretação de dados científicos. Certo. O texto expõe resultados de pesquisas, explica fenômenos, estabelece relações de causa e consequência e sintetiza conclusões científicas em linguagem clara, formal e informativa, características típicas do gênero divulgação científica e do tipo dissertativo-expositivo. Configura-se como texto narrativo-argumentativo, pois relata acontecimentos em sequência temporal, apresenta personagens coletivos e busca persuadir o leitor por meio de opiniões explícitas sobre as mudanças climáticas. Errado. Embora haja referência temporal, não há narrativa de ações com enredo nem defesa explícita de opinião; o texto mantém caráter explicativo e informativo, sem intenção persuasiva direta nem estrutura narrativa. Enquadra-se no gênero relatório técnico-científico, uma vez que apresenta dados numéricos, períodos de coleta, análise metodológica detalhada e terminologia especializada própria de textos acadêmicos formais. Errado. O texto não segue estrutura de relatório científico nem apresenta metodologia detalhada ou linguagem técnica especializada; seu objetivo é divulgar resultados científicos a um público amplo, característica da divulgação científica. Caracteriza-se como texto predominantemente injuntivo, pois orienta comportamentos, sugere ações preventivas e prescreve medidas necessárias para a preservação da espécie em risco ambiental.

	Errado. O texto informa e analisa dados científicos, mas não instrui nem prescreve ações diretas ao leitor, o que afasta o tipo injuntivo como predominante. REFERÊNCIAS: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021. ROCHA Lima, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019. RECURSO INDEFERIDO.
Professor Pedagogo Proteção Social - questão: 29	**Questão: 29** O projeto de uma praça pública prevê a construção de um palco para apresentações populares na sua região central. O palco terá a forma de um pentágono regular, cujos lados medem 10 m e o apótema mede 6,9 m. Qual será a área (A) desse palco? (A) A = 165 m2. (B) A = 172,5 m2. (C) A = 150 m2. (D) A = 180 m2. **Recurso:** RECURSO – QUESTÃO 29 (PEDIDO DE ANULAÇÃO) Concurso Público – Prefeitura Municipal de Ipuaçu Edital nº 002/2025 Cargo: Professor Pedagogo – Proteção Social Questão: 29 Fundamentação do recurso A questão solicita o cálculo da área de um pentágono regular, informando que cada lado mede 10 metros e que o apótema mede 6,9 metros. Para determinar a área de um polígono regular utiliza-se a fórmula matemática: A=(P×a)/2 onde: A = área do polígono P = perímetro a = apótema Primeiramente calcula-se o perímetro do pentágono: P = número de lados × medida do lado P = 5 × 10 P = 50 m Aplicando a fórmula da área: A=(50×6,9)/2 A=345/2 A=172,5"?" m^2 Portanto, a área correta do pentágono regular é 172,5 m². Entretanto, nenhuma das alternativas apresentadas corresponde a esse valor, o que demonstra inconsistência entre o cálculo matemático correto e as opções fornecidas na questão. Além disso, o gabarito preliminar divulgado para o cargo Professor Pedagogo – Proteção Social indica como correta a alternativa A, valor que não corresponde ao resultado obtido pela aplicação da fórmula adequada.

	Gabarito-preliminar-Edital-002_… Dessa forma, verifica-se erro material na elaboração da questão, uma vez que o resultado matematicamente correto não coincide com nenhuma das alternativas apresentadas. Pedido Diante do exposto, solicita-se a anulação da questão 29, com a atribuição da pontuação correspondente a todos os candidatos. **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: A questão é tecnicamente válida, pois apresenta dados suficientes e coerentes para o cálculo da área de um pentágono regular, não havendo ambiguidade no enunciado nem incompatibilidade entre o resultado matemático e as alternativas oferecidas. Para polígono regular, a área é dada por: $A = (P \times a) / 2$ Em que: P = perímetro a = apótema Como o pentágono é regular e cada lado mede 10 m, tem-se: $P = 5 \times 10$ $P = 50$ m Substituindo na fórmula: $A = (50 \times 6,9) / 2$ $A = 345 / 2$ $A = 172,5$ m² Assim, a área correta do palco é 172,5 m². Desse modo, o resultado obtido coincide exatamente com a alternativa que apresenta 172,5 m², razão pela qual não procede a alegação de inexistência de resposta compatível. O recurso, na verdade, confirma o mesmo valor matemático correto apurado pela questão, de modo que não se verifica erro de formulação, vício material ou motivo para anulação. Conclusão: A questão deve ser mantida, pois o cálculo está correto, o enunciado é claro e há correspondência direta entre o resultado encontrado e uma das alternativas apresentadas. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.
Professor Pedagogo	**Questão: 39** Em uma autarquia federal, sistemas informatizados são

Proteção Social - questão: 39	utilizados para armazenar dados pessoais de servidores e cidadãos, como nome, CPF e informações funcionais. Para atender às exigências legais e reduzir riscos de incidentes de segurança, a instituição revisa seus procedimentos de tratamento de dados. À luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei no 13.709/2018 - LGPD) e de práticas relacionadas à proteção de sistemas informatizados, assinale a alternativa correta: (A) Dados pessoais podem ser compartilhados livremente entre setores de uma organização pública, independentemente da finalidade ou do contexto do tratamento. (B) A LGPD estabelece que dados pessoais devem ser tratados para finalidades legítimas e com medidas de segurança adequadas, de modo a evitar acessos não autorizados ou situações de uso indevido. (C) A responsabilidade pela proteção de dados pessoais recai exclusivamente sobre empresas privadas, não se aplicando a órgãos e entidades da administração pública. (D) A adoção de mecanismos de segurança da informação dispensa a necessidade de observar princípios previstos na LGPD, desde que os dados estejam armazenados em sistemas internos. **Recurso:** RECURSO – QUESTÃO 39 Concurso Público – Prefeitura Municipal de Ipuaçu Edital nº 002/2025 Cargo: Professor Pedagogo – Proteção Social Questão: 39 Fundamentação do recurso A questão aborda aspectos relacionados à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018). O gabarito preliminar aponta como correta a alternativa B. Entretanto, ao analisar o conteúdo da questão à luz da legislação vigente, observa-se que a formulação do enunciado não delimita com precisão o aspecto normativo da LGPD que deve ser considerado. A Lei nº 13.709/2018 estabelece diversos princípios aplicáveis ao tratamento de dados pessoais, previstos no art. 6º, entre eles: • finalidade; • adequação; • necessidade; • livre acesso; • qualidade dos dados; • transparência; • segurança; • prevenção; • não discriminação; • responsabilização e prestação de contas. No contexto da administração pública, a própria LGPD estabelece que o tratamento de dados pessoais deve observar não apenas os princípios mencionados, mas também as hipóteses legais previstas nos arts. 7º e 23 da referida lei.

	Contudo, a alternativa indicada como correta apresenta apenas parte desses elementos, sem que o enunciado delimite claramente qual princípio ou aspecto específico da lei está sendo analisado. Essa imprecisão permite interpretação ampliada das alternativas, uma vez que outras proposições podem ser consideradas compatíveis com dispositivos da LGPD dependendo da abordagem normativa adotada. Em questões objetivas de múltipla escolha, é imprescindível que exista uma única resposta inequívoca, o que não se verifica no presente caso, em razão da amplitude interpretativa permitida pela formulação da questão. Pedido Diante da imprecisão na delimitação do conteúdo normativo da LGPD a ser considerado, solicita-se a anulação da questão 39, com a atribuição da pontuação correspondente a todos os candidatos. **Resposta ao recurso:** Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir: O recorrente sustenta que a questão apresentaria imprecisão quanto à delimitação do conteúdo normativo da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), argumentando que a legislação estabelece diversos princípios previstos no art. 6º, além de hipóteses legais de tratamento previstas nos arts. 7º e 23, especialmente no âmbito da Administração Pública. Segundo o candidato, a alternativa indicada como correta contemplaria apenas parte desses elementos, o que permitiria interpretação ampliada das demais alternativas. Com base nessa alegação, o recorrente solicita a anulação da questão, sob o argumento de que não haveria resposta inequívoca. ANÁLISE TÉCNICA DA QUESTÃO Inicialmente, cumpre esclarecer que o enunciado da questão apresenta situação contextualizada envolvendo uma autarquia federal que realiza tratamento de dados pessoais de servidores e cidadãos, incluindo informações como nome, CPF e dados funcionais. Trata-se, portanto, de contexto típico de tratamento de dados pessoais pela Administração Pública, tema diretamente regulado pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD). O comando da questão solicita que o candidato identifique a alternativa correta “à luz da LGPD e de práticas relacionadas à proteção de sistemas informatizados”, sem exigir a identificação de um princípio específico ou de uma hipótese legal determinada, mas sim a verificação de qual alternativa está compatível com o regime jurídico estabelecido pela lei. Nesse sentido, a alternativa afirma que: “A LGPD estabelece que dados pessoais devem ser tratados para finalidades legítimas e com medidas de segurança adequadas, de modo a evitar acessos não autorizados ou situações de uso indevido.” Tal proposição encontra plena correspondência normativa na legislação vigente. O art. 6º da LGPD estabelece os princípios aplicáveis ao tratamento de dados pessoais, destacando-se: Finalidade – tratamento para propósitos legítimos, específicos e informados ao titular; Segurança – utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais; Prevenção – adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados. Adicionalmente, o art. 46 da LGPD determina que os agentes de tratamento devem adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas capazes de proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

	Assim, a alternativa traduz adequadamente o conteúdo normativo da legislação, ao mencionar simultaneamente a finalidade legítima do tratamento e a adoção de medidas de segurança, elementos estruturantes do regime de proteção de dados pessoais. ANÁLISE DAS DEMAIS ALTERNATIVAS A avaliação das demais alternativas demonstra que apenas a alternativa “A LGPD estabelece que dados pessoais devem ser tratados para finalidades legítimas e com medidas de segurança adequadas, de modo a evitar acessos não autorizados ou situações de uso indevido”, se mostra juridicamente correta. Alternativa: Dados pessoais podem ser compartilhados livremente entre setores de uma organização pública, independentemente da finalidade ou do contexto do tratamento. – Afirma que dados pessoais podem ser compartilhados livremente entre setores da organização pública, independentemente da finalidade ou do contexto do tratamento. Tal afirmação contraria diretamente os princípios da finalidade, adequação e necessidade, previstos no art. 6º da LGPD, que condicionam o tratamento de dados a propósitos legítimos e específicos. Alternativa: A adoção de mecanismos de segurança da informação dispensa a necessidade de observar princípios previstos na LGPD, desde que os dados estejam armazenados em sistemas internos. - Sustenta que a adoção de mecanismos de segurança dispensaria a observância dos princípios da LGPD caso os dados estejam armazenados em sistemas internos. Essa proposição é incompatível com o regime legal, pois a observância dos princípios previstos no art. 6º é obrigatória em qualquer tratamento de dados pessoais, independentemente do ambiente tecnológico utilizado. Alternativa: A responsabilidade pela proteção de dados pessoais recai exclusivamente sobre empresas privadas, não se aplicando a órgãos e entidades da administração pública. – Afirma que a responsabilidade pela proteção de dados pessoais recai exclusivamente sobre empresas privadas. Essa afirmação é incorreta, pois a LGPD se aplica tanto ao setor privado quanto ao setor público. O art. 1º da Lei nº 13.709/2018 estabelece a aplicação da norma ao tratamento de dados realizado por pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado. Além disso, o Capítulo IV da LGPD (arts. 23 a 30) regula especificamente o tratamento de dados pela Administração Pública. Dessa forma, resta evidente que somente a alternativa “A LGPD estabelece que dados pessoais devem ser tratados para finalidades legítimas e com medidas de segurança adequadas, de modo a evitar acessos não autorizados ou situações de uso indevido. apresenta conteúdo juridicamente correto, inexistindo duplicidade de resposta”. DA ALEGAÇÃO DE IMPRECISÃO DO ENUNCIADO O argumento central do recurso sustenta que a questão não teria delimitado qual princípio específico da LGPD deveria ser considerado. Entretanto, essa alegação não procede. Em avaliações objetivas, é comum que o enunciado solicite a identificação de proposição compatível com a legislação, sem exigir a indicação de um princípio isolado. A alternativa correta pode refletir um conjunto de princípios ou disposições legais, como ocorre no presente caso. A alternativa “A LGPD estabelece que dados pessoais devem ser tratados para finalidades legítimas e com medidas de segurança adequadas, de modo a evitar acessos não autorizados ou situações de uso indevido”, não pretende esgotar todos os princípios previstos na LGPD, mas expressa corretamente elementos fundamentais da lei, especialmente aqueles relacionados à finalidade do tratamento e à segurança dos dados pessoais. Tal formulação não gera ambiguidade nem abre margem para múltiplas interpretações corretas, pois as demais alternativas apresentam afirmações claramente incompatíveis com o texto legal. Assim, não se verifica qualquer falha de elaboração capaz de comprometer a objetividade da questão. CONCLUSÃO DA BANCA EXAMINADORA Após análise detalhada do recurso e da fundamentação apresentada, verifica-se que: - a questão possui formulação clara e contextualizada;

	- a alternativa indicada no gabarito está plenamente fundamentada nos dispositivos da Lei nº 13.709/2018; - as demais alternativas apresentam proposições incompatíveis com a legislação; - não há duplicidade de respostas corretas nem ambiguidade interpretativa. - Diante do exposto, não há fundamento técnico ou jurídico que justifique a anulação da questão ou alteração do gabarito. Decisão da Banca: Recurso INDEFERIDO, mantendo-se o gabarito oficial da alternativa D. Bibliografia BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). DONEDA, Danilo; MENDES, Laura Schertel. Privacidade, Proteção de Dados e Defesa do Consumidor. São Paulo: RT, 2019. CGI.br / NIC.br. Cartilha de Segurança para Internet. Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023. PARECER DO PROFESSOR AVALIADOR Do ponto de vista técnico e acadêmico, a questão encontra-se corretamente estruturada e aborda tema relevante relacionado à proteção de dados pessoais e segurança da informação, especialmente no contexto da Administração Pública. A alternativa indicada como correta sintetiza dois elementos centrais do regime jurídico da LGPD: o tratamento de dados para finalidades legítimas, princípio previsto no art. 6º, inciso I; a adoção de medidas de segurança técnicas e administrativas, prevista no art. 6º, inciso VII, e detalhada no art. 46 da lei. Esses dispositivos estabelecem a base normativa para a proteção de dados pessoais no Brasil e são frequentemente utilizados como referência em políticas institucionais de segurança da informação. O argumento apresentado no recurso, no sentido de que a alternativa correta não contempla todos os princípios previstos na LGPD, não procede. Em avaliações objetivas, a alternativa correta não precisa reproduzir integralmente o conteúdo da lei, bastando que represente corretamente uma proposição compatível com o ordenamento jurídico, o que ocorre de forma inequívoca na alternativa indicada no gabarito. Adicionalmente, as demais alternativas apresentam erros conceituais evidentes quanto à aplicação da LGPD, o que impede qualquer interpretação que as considere corretas. Portanto, sob análise técnica, jurídica e pedagógica, conclui-se que a questão apresenta única resposta correta, sem ambiguidade ou duplicidade interpretativa. Conclusão do avaliador: MANUTENÇÃO INTEGRAL DO GABARITO OFICIAL RECURSO INDEFERIDO
Professor Pedagogo Proteção Social - questão: 40	**Questão: 40** Uma empresa passou a utilizar serviços de armazenamento em nuvem para guardar documentos institucionais e permitir o acesso remoto por seus colaboradores. A adoção desse modelo alterou a forma como os arquivos são armazenados, acessados e compartilhados no dia a dia. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta: (A) Os dados armazenados em nuvem ficam gravados exclusivamente no computador do usuário, sendo acessíveis apenas quando o dispositivo está ligado. (B) Serviços de nuvem eliminam a necessidade de qualquer tipo de cuidado com segurança, pois o provedor é o único responsável pela proteção das informações.

	(C) O armazenamento em nuvem possibilita que arquivos fiquem disponíveis em servidores remotos, podendo ser acessados pela internet conforme permissões definidas pelo usuário ou pela organização. (D) O uso de armazenamento em nuvem impede o compartilhamento de arquivos entre usuários, sendo voltado apenas ao uso individual. **Recurso:** RECURSO – QUESTÃO 40 Concurso Público – Prefeitura Municipal de Ipuaçu Edital nº 002/2025 Cargo: Professor Pedagogo – Proteção Social Questão: 40 Fundamentação do recurso A questão trata do conceito de armazenamento em nuvem (cloud computing). O gabarito preliminar aponta como correta a alternativa C, que associa a computação em nuvem ao armazenamento de arquivos em servidores remotos acessíveis pela internet. Contudo, a definição de computação em nuvem apresenta maior complexidade conceitual na literatura especializada da área de tecnologia da informação. Segundo o National Institute of Standards and Technology (NIST), referência internacional para definição de cloud computing, a computação em nuvem consiste em: “um modelo que permite acesso sob demanda, via rede, a um conjunto compartilhado de recursos computacionais configuráveis (redes, servidores, armazenamento, aplicações e serviços), que podem ser rapidamente provisionados e liberados com mínimo esforço de gerenciamento”. Essa definição demonstra que o conceito de computação em nuvem não se restringe exclusivamente ao armazenamento remoto de arquivos, abrangendo também diversos modelos de serviço e infraestrutura, como: • IaaS (Infrastructure as a Service) • PaaS (Platform as a Service) • SaaS (Software as a Service). Além disso, existem diferentes modelos de implantação, como: • nuvem pública; • nuvem privada; • nuvem híbrida. Dessa forma, a alternativa apontada como correta apresenta uma simplificação conceitual, que não abrange a totalidade do conceito de computação em nuvem. Considerando que a questão não delimita qual definição ou modelo de cloud computing deve ser adotado, a formulação do item permite interpretações distintas do conceito tecnológico envolvido. Em provas objetivas, a ausência de delimitação conceitual pode comprometer a existência de uma única alternativa plenamente correta. Pedido Diante da imprecisão conceitual na definição de computação em nuvem apresentada na questão, solicita-se a anulação da questão 40, com a atribuição da pontuação correspondente a todos os candidatos. **Resposta ao recurso:**

	Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir: A questão apresenta uma situação contextualizada envolvendo uma empresa que passou a utilizar serviços de armazenamento em nuvem para guardar documentos institucionais e permitir acesso remoto por colaboradores. Portanto, o enunciado delimita claramente o contexto tecnológico específico tratado na pergunta: armazenamento de arquivos em nuvem (cloud storage) no ambiente corporativo. O comando da questão solicita que o candidato identifique a alternativa correta com base nesse contexto, ou seja, considerando a utilização de serviços de armazenamento em nuvem para documentos organizacionais. Nesse sentido, a alternativa afirma: “O armazenamento em nuvem possibilita que arquivos fiquem disponíveis em servidores remotos, podendo ser acessados pela internet conforme permissões definidas pelo usuário ou pela organização.” Essa proposição descreve corretamente o funcionamento de serviços amplamente utilizados de cloud storage, nos quais arquivos são mantidos em infraestruturas remotas mantidas por provedores de nuvem, sendo acessados por meio da internet mediante mecanismos de autenticação e controle de acesso. Tal descrição está alinhada com a literatura técnica da área de computação em nuvem e sistemas distribuídos, que caracteriza o armazenamento em nuvem como um serviço que permite guardar e recuperar dados em servidores remotos acessíveis por rede, geralmente com mecanismos de controle de acesso e sincronização. AVALIAÇÃO DAS ALTERNATIVAS A análise comparativa das alternativas demonstra que apenas a alternativa “O armazenamento em nuvem possibilita que arquivos fiquem disponíveis em servidores remotos, podendo ser acessados pela internet conforme permissões definidas pelo usuário ou pela organização. apresenta afirmação tecnicamente correta. Descreve corretamente o funcionamento de sistemas de armazenamento em nuvem, indicando que os arquivos permanecem em servidores remotos e podem ser acessados pela internet conforme permissões definidas. Esse funcionamento corresponde ao modelo adotado por diversos serviços amplamente difundidos no mercado de tecnologia da informação. Portanto, trata-se de alternativa tecnicamente correta. Alternativa: Os dados armazenados em nuvem ficam gravados exclusivamente no computador do usuário, sendo acessíveis apenas quando o dispositivo está ligado. Afirma que os dados armazenados em nuvem ficam gravados exclusivamente no computador do usuário e somente podem ser acessados quando o dispositivo está ligado. Tal proposição é tecnicamente incorreta, pois a principal característica do armazenamento em nuvem consiste justamente no fato de os dados serem mantidos em infraestruturas remotas, não dependendo da disponibilidade do dispositivo local para acesso. Alternativa: Serviços de nuvem eliminam a necessidade de qualquer tipo de cuidado com segurança, pois o provedor é o único responsável pela proteção das informações. Sustenta que serviços de nuvem eliminariam a necessidade de cuidados com segurança da informação, pois o provedor seria o único responsável pela proteção dos dados. Essa afirmação é equivocada, pois o modelo de computação em nuvem adota o chamado modelo de responsabilidade compartilhada, no qual o provedor protege a infraestrutura, enquanto o usuário ou organização continua responsável por aspectos como: - controle de acesso - gestão de identidades - proteção de credenciais

	- políticas internas de segurança Assim, a alternativa é incorreta. Alternativa: O uso de armazenamento em nuvem impede o compartilhamento de arquivos entre usuários, sendo voltado apenas ao uso individual. Afirma que o armazenamento em nuvem impediria o compartilhamento de arquivos entre usuários. Essa proposição é igualmente incorreta, pois uma das funcionalidades mais comuns dos serviços de armazenamento em nuvem consiste justamente no compartilhamento de arquivos e colaboração entre usuários, com diferentes níveis de permissão. ANÁLISE DA ALEGAÇÃO DE IMPRECISÃO CONCEITUAL O recurso sustenta que a alternativa correta apresentaria simplificação do conceito de computação em nuvem, pois não aborda modelos de serviço como IaaS, PaaS e SaaS. Entretanto, essa argumentação não procede por duas razões principais: 1) Delimitação contextual do enunciado O enunciado não aborda computação em nuvem em sentido amplo, mas sim um caso específico de armazenamento de documentos institucionais em nuvem. Portanto, a questão não exige a definição completa do modelo de cloud computing, mas apenas o reconhecimento de uma característica fundamental do serviço de armazenamento em nuvem. 2) Correção conceitual da alternativa Embora simplificada, a alternativa indicada no gabarito como correta não apresenta erro conceitual. Ela descreve corretamente um dos serviços mais comuns dentro do ecossistema de cloud computing, o cloud storage, que consiste no armazenamento de dados em servidores remotos acessíveis por rede. EM AVALIAÇÕES OBJETIVAS, NÃO É NECESSÁRIO QUE A ALTERNATIVA CORRETA APRESENTE DEFINIÇÃO COMPLETA OU EXAUSTIVA DE UM CONCEITO TECNOLÓGICO; basta que a proposição esteja tecnicamente correta dentro do contexto apresentado, o que ocorre no caso. CONCLUSÃO DA BANCA EXAMINADORA Após análise do recurso, verifica-se que: - o enunciado apresenta contexto claro e delimitado relacionado ao armazenamento de documentos em nuvem; - a alternativa indicada no gabarito descreve corretamente o funcionamento de serviços de armazenamento em nuvem; - as demais alternativas apresentam afirmações tecnicamente incorretas; - não há ambiguidade nem duplicidade de respostas corretas. Assim, a alegação de imprecisão conceitual não compromete a objetividade da questão, uma vez que o contexto apresentado direciona adequadamente a interpretação do candidato. Decisão da banca: Recurso INDEFERIDO, mantendo-se o gabarito oficial da alternativa “O armazenamento em nuvem possibilita que arquivos fiquem disponíveis em servidores remotos, podendo ser acessados pela internet conforme permissões definidas pelo usuário ou pela organização”. PARECER DO PROFESSOR AVALIADOR Sob análise técnica e pedagógica, a questão encontra-se adequada ao nível de conhecimento esperado em avaliações de conhecimentos gerais de tecnologia da informação. A alternativa considerada correta descreve adequadamente o funcionamento de sistemas de armazenamento em nuvem, tecnologia amplamente utilizada para disponibilização de arquivos em servidores remotos com acesso via internet e controle de permissões. Embora a computação em nuvem possua abrangência conceitual mais ampla — incluindo modelos como IaaS, PaaS e SaaS, conforme definido pelo NIST (National Institute of Standards and Technology) — o enunciado da questão delimita explicitamente o uso de serviços de armazenamento em nuvem para documentos institucionais. Portanto, a alternativa correta não pretende definir integralmente o conceito de cloud

	computing, mas apenas identificar uma característica fundamental de cloud storage, o que é plenamente adequado ao contexto apresentado. Adicionalmente, as demais alternativas apresentam erros conceituais evidentes quanto ao funcionamento dos serviços de nuvem, o que reforça a existência de uma única alternativa correta. Assim, do ponto de vista técnico, didático e conceitual, não se identificam inconsistências capazes de justificar anulação ou alteração de gabarito. Conclusão do avaliador: Manutenção do gabarito oficial da alternativa “O armazenamento em nuvem possibilita que arquivos fiquem disponíveis em servidores remotos, podendo ser acessados pela internet conforme permissões definidas pelo usuário ou pela organização”, com indeferimento do recurso. Referências bibliográficas LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. Sistemas de Informação Gerenciais. São Paulo: Pearson. STALLINGS, William. Arquitetura e Organização de Computadores. São Paulo: Pearson. NIST. The NIST Definition of Cloud Computing – Special Publication 800-145. TANENBAUM, Andrew; BOS, Herbert. Sistemas Distribuídos: Princípios e Paradigmas. Pearson. RECURSO INDEFERIDO